

**BANDIDOS
E
MOCINHOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

BANDIDOS E MOCINHOS

ZÉLIA MARIA DE MELO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROF. GISÉLIA POTENGY

Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de
Mestre em Antropologia

Recife, 1991

CPD PE000009364 LOCAL BC
REG 91/026008C
CHM 39/M5288//TESE/BC
OBS EMPR/PROIBIDO

Universidade Federal de Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL
CIDADE UNIV. S. MARIA
50000 - Recife - Pernambuco - Brasil

2600 30/12/91 PIU A

PE-00000936-4

ACERVO: 169104

JV.06

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

Art. 5. - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei;
- III - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- XLIII - A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crime hediondo, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;
- XLVIII - A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;
- XLIX - É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;
- LVI - São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;
- LXI - Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definido em lei;
- LXII - A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao Juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;
- LXIII - O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurado a assistência da família e do advogado;
- LXVI - Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

Brasil, Constituição (1988)

Constituição: República Federativa do Brasil - Brasília:

Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

"A violência é como uma onça com fome,
como uma pessoa no deserto desamparada.
É como um saco de revolta.

Transforma a pessoa e passa a ser mau,
mesmo sendo boa.

A pessoa porque foi espancada
passa a persistir na revolta.

É o começo da criminalidade
Não se conquista a paz com violência".

(P.P.A.B. 1980, 27 anos, assalto)

Iniciação à criminalidade aos 17 anos

SUMÁRIO

Agradecimentos	I
Resumo	III
Introdução	01
Decisão Metodológica	03
Capítulo I	
. Fundamentação Teórica	12
. Hipóteses Levantadas	17
Capítulo II	
. Casa de Detenção :	
Percurso Histórico	20
Derrubadas dos muros	22
. Presídio Professor Aníbal Bruno (P.P.A.B.) :	
Espaço físico	23
Classificação dos Pavilhões e respectivas composições	24
Chegada ao P.P.A.B.	26
Composição do serviço técnico	27
Vida em comunidade	28
Momento de passagem	29
. Segurança :	
Por detrás dos bastidores	29
Polícia penitenciária	30
Representação do medo e terror	32

Bandidos ou Mocinhos? O estigma da violência	33
Mocinho: Ser ou não ser	33
. Como se faz um policial?	34
. Mocinho X Bandido :	
Mocinho: A representação do bandido	37
 Capítulo III	
. Bandidos ou mocinhos?	41
. Ritual de iniciação à vida do crime	71
 Capítulo IV	
. Malandragem : Lei e código de honra	81
. Organização da comunidade	83
. Código de honra : não caboetar	90
. Maresia : A malandragem do atraso	92
. Máquina da violência : O Robô	93
. Caboeta	95
. Cantineiro	97
. Chaveiro	99
. Privilegiado : O malandro que fala alto	103
. Controle da violência : O serviço técnico	106
. Violência : Legitimação :	
Direção : Legitimação da violência	111

Considerações finais	117
Referências Bibliográficas	124
Periódicos	130
Anexos :	
1 - Roteiro dos dados pesquisados nas Fichas de identificações	
2 - Roteiro da entrevistas	
3 - Ficha de identificação P.P.A.B.	
4 - Transferência de Presos P.P.A.B. (período de 1980 a 1989), registro oficial de fugas, recapturas, mortes e encaminhamento I.M.L. (período 1980 a 1989), registro de internamentos consultas nos hospitais do grande Recife e cidades (janeiro 1980 a 31 agosto 1989)	
5 - Exigências da Academia de Polícia Civil	
6 - Formulário de Punições Disciplinares	
7 - Tabelas 12 a 22, população residente no P.P.A.B. (período 1979 a 31/08/89)	
8 - Secretários da justiça e respectivas superintendências do sistema penitenciário	
9 - Diretoria do P.P.A.B., desde a inauguração (1979 a agosto de 1990)	
10 - Serviço Técnico - Competência	
11 - Regulamento Casa de Detenção	
12 - Diretoria da Casa de Detenção (período 1885 a 1973)	

AGRADECIMENTOS

Aos presos, policiais penitenciários e aos profissionais do serviço técnico do P.P.A.B e da Superintendência do Sistema Penitenciário.

Através dos depoimentos, consegui articular, dar forma e ordem nos escritos da violência institucional. Muitas vezes nos desesperos dos discursos, aprofundava meus questionamentos sobre a ética, a vida e a impotência do ser humano diante dos controles e pressões sociais.

Dr. Izael Nóbrega, secretário da justiça no momento que esta era apenas um projeto. Acreditou, acolheu e resolveu os primeiros entraves.

A Prof^a Gisélia Potengy que orientou a construção e elaboração do trabalho. Acreditou, e diante das minhas inquietações no duplo movimento de investir - desistir, deu credibilidade, favorecendo o caminho das considerações finais.

A violência me deixou perplexa, de que é capaz a natureza humana e as estratégias de sobrevivência diante do caos. Aprendi muito.

Aos professores do mestrado de Antropologia e Sociologia, através de Maria do Carmo Brandão, Maria do Carmo Vieira (Du), Maria Brayner, Salete Marinho, Solange Souto, Parry Scott e Judith Hoffnagel encontrei espaço disponível para análise crítica dos "bandidos" e "mocinhos".

Jessé Gomes de Oliveira chefe do departamento de estatística da Unicap, paciência e disponibilidade nos ensinamentos.

Às amigas e assessoras do departamento de Psicologia da Unicap; Ana Cristina Queiroz, Carla Medeiros, Carmem Barreto, Márcia Rejane Oliveira, Nanette Frej. Sempre encontrei espaço para expressar minhas perplexidades nas discriminações sociais.

Ao amigo Pedro Sérgio, jurista, filósofo e professor da Universidade Católica de Goiás. Ouviu e entendeu as inquietações diante das discriminações da justiça.

Ao chefe do departamento de Letras da Unicap, Profº Luciano Missin e a Profª Núbia Godin, pela revisão do texto.

A Pró-Reitoria Administrativa da Unicap, através do Núcleo de Informática (NIC) responsável pela reprodução inicial do trabalho, confecção de gráficos e tabelas. ”

Ao magnífico Reitor da Universidade Católica, Pe. Theodoro Peteres, e o Decano do Centro de Teologia e ciências Humanas, Profº Bruno Lerman, pelo incentivo a ciência.

RESUMO

Objetivamos no nosso estudo de caso a compreensão de violência instituída e legitimada na Instituição prisional Presídio Professor Aníbal Bruno.

Analizamos a organização social e constatamos que a instituição está estruturada para aniquilar o preso e não para reeducá-lo e reintegrá-lo ao convívio social. Através do método da observação participante e entrevistas semi-estruturadas, envolvendo o preso e todos os outros segmentos hierárquicos, comprovamos que o sistema está montado de forma para contribuir cada vez mais com a violência.

A instituição está inserida nos pressupostos da relação da violência, utilizando os mesmos mecanismos que são responsáveis pela vinda dos desviantes. A violência dos presos versus violência institucional é autorizada e legitimada pelo sistema de poder, sendo que os desviantes são punidos, espancados, torturados e até legitimados a morrerem, ao passo que a Instituição é aplaudida, por falar em nome da ordem, disciplina e segurança social. No entanto, os presos utilizam a mesma linguagem instituída pelo sistema.

A violência da prisão é reforçada pelo sistema de controle totalizador, que, em decorrência desse controle, aumenta o comportamento desviante, fortalecendo a deteriorização da identidade social.

A Instituição prisional também é considerada desviante. Preso e Instituição, ambos desviantes, sendo que o sistema legitima a violência, movimentos instituídos por grupos de dominação.

Constatamos que o P.P.A.B reforça o estigma do "nocivo" e "irrecuperável" e abre espaço para a violência, como estratégia de sobrevivência dentro da Instituição, matar para não morrer, ou a própria morte simbolizada como categoria individual e coletiva. A organização social do P.P.A.B utiliza a representação simbólica da tortura, terror e morte em nome da ordem e segurança social.

A partir dessas construções buscamos uma compreensão mais abrangente para a questão da violência na prisão, muito embora o P.P.A.B sendo uma unidade prisional única é ao mesmo tempo universal, tendo em vista os duplos movimentos: ser única, por ser nomeada P.P.A.B; universal, por conviver com, as contradições, linguagem reveladora do aniquilamento e postulado formal da reeducação e retorno do indivíduo ao coletivo.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em 1982 fui contratada pela Secretaria de Justiça, com o objetivo de estruturar um trabalho na área de Psicologia.

Considerei um desafio, trabalhar com uma população rotulada de "**socialmente nociva**". Foi motivador estar em contato com ela escutando o que tinha para dizer.

Como Psicóloga desenvolvi trabalhos individuais, tentando entender o que levaria um indivíduo a parar no Presídio Professor Anilbal Bruno (P.P.A.B.), que emaranhados, cadeias associativas, desejos e punições impostas pela vida o conduziam a isso. Mais ainda: como poderia intervir para o desvinculamento de tais desejos, punições, no seu projeto de vida?

Existiriam projetos?

Nos labirintos dos sistemas pouco percebidos, com os tecidos das cadeias mais fortalecidos cada vez mais sem projetos, o preso buscava a morte como forma de tentar quebrar as cadeias. Eram descontinuidades fortalecendo a continuidade.

Após releitura do nosso projeto reformulamos questões relativas à ciência, à definição do social e do ideológico na ampliação das questões coletivas, trazendo à tona os movimentos instituídos e destituídos.

O nosso objetivo em estudar a questão da violência no P.P.A.B. foi motivado pelos freqüentes movimentos de rebeliões e motins, surgidos, não somente no Estado de Pernambuco, mas, simultaneamente, em vários presídios e penitenciárias de todo o país.

O aumento significativo de rebeliões amplamente divulgado pela imprensa falada e escrita denunciava a precária qualidade de vida e freqüentes práticas de violência física entre os presos no dia-a-dia. No entanto, o relato das violências restringe-se a agressão, ferimentos e mortes, entre os presos encobrendo o aspecto da violência instituída e legitimada pelo sistema de poder.

O objetivo da pesquisa não foi comprovar o fracasso institucional prisional, mas a existência e manutenção de um

sistema controlador e totalizador, de violência instituída dentro da prisão, atendendo a interesses externos. Desde a sua criação, o sistema prisional não atende aos princípios pré-estabelecidos de reeducação e respeito aos limites da integridade física e psíquica, pautado dentro dos direitos humanos.

A instituição convive com paradoxos e contradições: instituindo normas e leis que atendam às propostas formais de reeducação para o convívio coletivo, ela própria quebra essas normas, desestrutura o indivíduo e institui a violência e a desordem social, em nome da ordem.

O que é ordem? É a disciplina, a vigilância tão presente na linguagem instituída na prisão. Tem caráter repressivo, impedindo o indivíduo de pensar, agir e conviver com a desigualdade social, e utiliza-se de estratégias para sua manutenção, camuflando a desordem e a violência.

Que "ordem" é essa em cujo nome é permitido espancar e violentar física, social e psicologicamente, não permitindo seja escutada a voz que grita, denunciando a violência?

Cada momento leva o indivíduo a percorrer caminhos mais profundos dentro da violência, a fazer parte dos mecanismos de poder, a manter a instituição utilizando a violência dos "bandidos" para abafar e escamotear a violência instituída, que atende a interesses políticos, econômicos e sociais.

Com base nesta experiência, iniciamos uma leitura dos movimentos institucionais, bem como dos contextos sociais, responsáveis pela vinda dos "bandidos" a esta instituição. Começamos por questionar a violência dos "bandidos" e a violência institucional, procurando entender os movimentos individuais e coletivos, inclusive as estratégias de sobrevivência desta população dentro do presídio. A partir daí, questionamos as agressões, as frequentes tentativas de morte e os movimentos instituídos pela Polícia Penitenciária, Serviço Técnico e Direção, e de como intervinham, no processo da violência.

Que tipo de movimentos e estratégias são estabelecidos entre os "bandidos" e a polícia penitenciária? Como são determinados nas relações mantidas o papel dos "bandidos" e o dos

"**mocinhos**"? De que forma o sistema os utiliza para que se tornem instrumentos de manutenção da violência?

A instituição denuncia a manutenção dos mecanismos que perpetua fracasso e que institui e legitima a violência, utiliza linguagem reveladora do poder controlador e totalizador dos indivíduos "**marginalizados**", estigmatizados, sem espaço para construir uma vida produtiva, e sim, cada vez mais envolvidos com a violência.

Ao estudarmos o fenômeno de violência tínhamos como meta principal analisar como os sistemas de controle da instituição atendem a interesses maiores do sistema e, em nome da segurança social, mantêm os "desvios" e legitimam a violência institucional, contribuindo para a deteriorização da identidade social.

Inserida nos pressupostos da relação de poder ela utiliza para coerção os mesmos mecanismos que são responsáveis pela vinda dos "bandidos" ao presídio.

A violência dos presos e violência da instituição, caminham na mesma direção e os "bandidos" estabelecem relações internas, utilizando-se da linguagem instituída pelo sistema.

Enfatizamos na hipótese levantada para realização do nosso estudo, o aspecto "desviante" das normas vigentes da instituição no que tange aos direitos, deveres e respeito à cidadania.

Os "**bandidos**" e a instituição são desviantes, sendo que o sistema legitima a violência institucional e abre espaço para movimentos instituídos, interesses hegemônicos de classes dominantes. O presídio, reforçando o estigma de "irrecuperável" e "nocivo", contribui para a manutenção da violência individual, utilizando-se dos mecanismos de camuflagem para esconder a violência institucional.

A escolha do Presídio Professor Aníbal Bruno deve-se ao fato de ser o mesmo considerado presídio de segurança máxima e de maior representatividade no Estado de Pernambuco.

Para atingirmos o objetivo do nosso trabalho de campo, utilizamos várias técnicas de pesquisa compreendendo dados

quantitativos e qualitativos da população do P.P.A.B., observação participante, levantamento dos discursos dos presos, dos agentes penitenciários, dos profissionais que compõem o Serviço Técnico, das Direções do P.P.A.B e das chefias da Superintendência do Sistema Penitenciário, Diretoria Geral e Secretaria da Justiça.

Ao descrever os vários tipos, tecemos algumas considerações acerca das dificuldades e facilidades que encontramos para a realização da pesquisa.

1 - Análise quantitativa e qualitativa da população do P.P.A.B.. A partir das fichas de identificações preenchidas pelos **agentes penitenciários** na secção penal, no momento da chegada do preso à instituição, através da análise dos dados contidos nas fichas, de presos que deram entrada no P.P.A.B. desde a sua inauguração, em dezembro de 1979 até o dia 31 de agosto de 1989, perfazendo um período de praticamente dez anos.

Tal levantamento foi iniciado em maio e concluído em agosto de 1989, num universo de **675** presos.

Levamos em conta nessa análise, ano de entrada, tipo de infrações, (primário ou reincidente) idade, estado civil, naturalidade, escolaridade, cor, profissão e condições econômicas, dados esses contidos nas fichas (anexo¹).

A meta era traçar o perfil sócio-econômico do grupo em estudo, identificando quais as características sociais da população do P.P.A.B. e, através das análises, chegar à compreensão das relações sociais lá existentes.

É pertinente sublinhar a inexistência de dados estatísticos no P.P.A.B, diante da ausência de registro do perfil da população residente, donde surgiu a necessidade de levantamento dos dados quantitativos e qualitativos.

2 - Observação Participante.

A maior parte dos dados foi obtida através de observação direta, da convivência diária e das entrevistas realizadas por meio de contatos informais, onde foram aprofundadas as questões ligadas à violência no P.P.A.B. e à vida diária do preso na comunidade fora do presídio.

Devido à complexa dinâmica interna do P.P.A.B., a coleta de dados processou-se de forma lenta no espaço de 1 ano e 6 meses, compreendendo o período de fevereiro a agosto de 1990, quando mantivemos contato direto com todos os segmentos institucionais.

Nesse período, observamos motins e/ou rebeliões; práticas de espancamento pelos agentes penitenciários e entre os presos; informações de mortes e agressões entre **presos** e **agentes penitenciários**, motivados pelas tentativas de fuga através dos muros ou pela construção de túneis para as fugas coletivas. Entrevistamos a população envolvida nos movimentos considerados violentos, do ponto de vista físico e nos movimentos de violência institucional.

Mantivemos contatos informais dentro e fora dos pavilhões, nos setores administrativos e locais de trabalho incluindo o espaço físico desde a entrada principal até as áreas de lazer.

A escrita não consegue traduzir a intensidade da violência vivenciada no período de pesquisa. Após as observações das práticas, quando entrevistávamos os envolvidos era sensível na fala e nos gestos a marca de uma comunidade sofrida e violentada.

Em cada observação da prática de agressões, espancamentos, constatávamos vivenciar, junto ao grupo, os processos da tortura, aliados à perplexidade diante das estratégias de sobrevivência utilizadas pela comunidade.

As outras atividades que desenvolvíamos anteriormente no P.P.A.B. contribuíram para a nossa penetração nos grupos, possibilitando-nos o acesso às informações e à compreensão da dinâmica institucional; os contatos frequentes com os grupos de conflitos não acarretaram prejuízo no desenvolvimento dos nossos trabalhos.

A necessidade de falar, denunciando os movimentos instituídos favoreceram a descrição e interpretação dos dados. Conseguimos conviver com a "**marginalidade**" sem riscos e sem temores, apesar de, por várias vezes, sermos alertados para os

riscos constantes a que estávamos sujeitas no andamento da pesquisa. Em relação à população, sempre contamos com a sua disponibilidade, cooperação e espírito crítico, durante o período de interação.

A observação participante tornou possível a convivência com diversos grupos de presos e a compreensão da sequência de movimentos internos.

Aponta Pelto sobre a observação participante que "o antropólogo procura realizar vários objetivos principais. Primeiro, espera que, envolvendo-se bastante na vida local possa conquistar o respeito e a confiança dos moradores, de modo que lhe revelem espontaneamente aspectos de suas vidas privadas. Segundo, a participação é com frequência a melhor forma de ver os detalhes complexos do comportamento humano". (Pelto, 1987:18).

O processo de observação possibilitou-nos uma melhor compreensão da instituição, e das relações estabelecidas com o preso, agente penitenciário, serviço técnico, direções e chefias de setores e, de como os emaranhados dessas relações intervem no processos da violência social e institucional.

3 - Análise qualitativa do discurso do preso (entrevista semi-estruturada).

Com base na coleta de dados realizada através da observação participante foi possível aprofundar questões a serem analisadas nas entrevistas da amostra estudada sobre pontos relevantes da violência, e dados que nos chamaram a atenção nos contatos com grupos envolvidos no processo. Estes abrangem família, escola e profissão, assim como a iniciação à vida do crime, através de relatos das experiências vividas, dentro e fora do P.P.A.B., relações mantidas entre preso, Agente Penitenciário, Serviço Técnico e Direções, conceito de violência e cidadania, conceito de normalidade dentro e fora da comunidade prisional, comparação da violência do P.P.A.B. com a da sociedade, posicionamento frente à prática de espancamentos, castigos e mortes internas. (anexo²).

A amostra foi recolhida através da alocação dos presos por pavilhões, em virtude de divergência e conflitos entre

os grupos dos diferentes pavilhões estendendo-se destes às áreas de enfermagem, rancho, e setores de segurança e administração.

As entrevistas abrangeram um total de 45 presos, sendo 4 e 5 presos por pavilhão, o que corresponde a 6,66% do universo pesquisado. Registradas através de anotações, levaram em média 2 horas para serem concluídas.¹

As dificuldades que encontramos foram na realização das entrevistas com a categoria dos "chaveiros"². A pesquisa envolvia depoimentos de todo o universo da categoria, no entanto estes não atenderam à solicitação.

Os "chaveiros" são presos que desempenham atividades de prevenção à segurança junto aos demais presos, dentro do pavilhão, no que se refere à disciplina diária, sendo da sua competência informar das ocorrências à administração e aos agentes penitenciários responsáveis pela segurança.

Diante do duplo movimento a que pertencem, os chaveiros são reservados e receosos de prestarem informações que possam comprometer sua posição pessoal diante dos presos e da polícia penitenciária e são extremamente cautelosos, evitando os problemas de segurança pessoal na comunidade. Foram entrevistados 4(quatro) "chaveiros", não tendo a substituição das entrevistas prejudicado o desenvolvimento dos trabalhos.

A demora para realização dessa etapa da pesquisa deveu-se aos constantes motins e mortes no P.P.A.B., o que sempre repercute na estabilidade interna, provocando dispersões e revoltas, ficando os presos, durante essas ocasiões, isolados das práticas das ocorrências e não querendo manifestar-se diante das situações mais amplas.

Na análise qualitativa dos discursos desses informantes levamos em conta o conteúdo manifesto e latente contido nos mesmos.

(1) Na apresentação dos discursos dos presos, registramos idade, tempo que permanece no P.P.A.B, grau de instrução e tipo de infração.

(2) CHAVEIRO: Grupo de presos responsáveis pela limpeza e segurança do pavilhão.

4 - Análise qualitativa do discurso do Agente Penitenciário.

Entrevistas semi dirigidas com tópicos únicos para os vários segmentos institucionais. As questões relacionavam-se com os conceitos de violência, cidadania, justiça, normalidade dentro e fora do P.P.A.B., e das relações mantidas com todos os segmentos, posicionamentos quanto à prática de espancamento, castigo e mortes. Foram utilizadas as mesmas questões para todos os envolvidos no processo da pesquisa.

As diferenças nas entrevistas foram marcadas pela motivação para início de vida profissional, motivo das escolhas, vantagens e desvantagens do dia-a-dia.

Foram entrevistados 20 **agentes penitenciários**, sendo a amostra representativa de 13,51% do universo pesquisado, escolhidos pelas diferenças de atividades exercidas dentro do P.P.A.B., setor administrativo, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades burocráticas e setor de segurança, atuando na prevenção e manutenção da segurança.

A pesquisa abangeu entrevistas com agentes da **área administrativa e de segurança**, sendo as dificuldades registradas com estes últimos, em razão da sua pouca disponibilidade para serem entrevistados. Estavam cansados quando saíam das escalas de trabalho e, durante o serviço, sempre existiam impedimentos e situações conflitivas no P.P.A.B.

O tempo de duração das entrevistas foi longo, mas foi realizado o número planejado e os entrevistados foram claros e fluentes nas expressões das idéias.

Registradas no momento da fala, as entrevistas duraram em média de 60 a 90 minutos e, os subsídios adquiridos através das análises dos discursos fundamentaram o trabalho na compreensão da dinâmica interna do P.P.A.B..

5 - Análise qualitativa do discurso dos profissionais que compõem o Serviço Técnico, Direções e todas as Chefias da Superintendência do Sistema Penitenciário, Diretoria Geral e Secretário de Justiça.

Na última etapa da coleta de dados da pesquisa, as en

entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos profissionais que compunham os grupos envolvidos no processo. Utilizamos o mesmo roteiro de entrevistas, com objetivo de analisar o discurso das diferentes categorias, compará-lhes as semelhanças e divergências e analisar os fatores que intervêm no processo da violência institucional.

As dificuldades encontradas foram na área de saúde: os profissionais médicos não foram todos entrevistados por incompatibilidade de horários. As entrevistas foram cooperativas, com elaborações claras e objetivas, tendo sido utilizado o gravador para facilitar o trabalho de escrita posterior. O tempo de duração de cada entrevista foi de 60 a 90 minutos.

Chamou-nos a atenção no P.P.A.B. a passividade e acomodação por parte do pessoal do serviço técnico. Alheio a todo o processo da violência institucional, dava a impressão de não fazer parte dela, demarcando-a tão somente como questão física. Luta pela não-existência de espancamentos no setor, mas não há nenhuma mobilização de sua parte diante da intensa violência institucional, com a qual convive e legitima durante a realização do trabalho.

As demais dificuldades encontradas foram com as direções do P.P.A.B. devido a constantes mudanças e a pouca disponibilidade na participação da pesquisa.

A relação da instituição sustenta-se no pacto de ouvir e constatar, numa relação de omissão, sem autoridade para analisar e escrever a vivência diária da violência instituída. Quem é mais violento, o preso ou os elementos autorizados e legitimados pela Instituição?

A análise dos diversos discursos forneceu subsídios como já dissemos anteriormente, para a fundamentação do nosso trabalho e compreensão pluridimensional na questão do conceito de violência.

O trabalho apresenta no cap. I construção teórica que, nos forneceu sustentação para o desenvolvimento do estudo etnográfico do P.P.A.B., cap. II o breve histórico que antecede o P.P.A.B e a análise qualitativa e quantitativa dos elementos

tos realizados com a população de agentes penitenciários.

O capítulo III apresenta as análises quantitativa e qualitativa dos presos que permaneceram no P.P.A.B. no período do levantamento dos dados. Tentamos fazer uma análise do discurso do preso, através das entrevistas e da apresentação de tabelas e dos gráficos.

No capítulo IV analisamos as entrevistas envolvendo preso, agente penitenciário, serviço técnico e todas as chefias da Superintendência do Sistema Penitenciário, e fazemos a leitura da organização social do P.P.A.B., registrando através dos escritos intitulados, a representação social da violência.

Nas considerações finais, análise dos modelos institucionais que estigmatizam classes sociais, considerando-os responsáveis pela violência social, reforçando conceito dos irreuperáveis e nocivos a sociedade e questionamentos sobre as transgressões das normas institucionais, legitimando e instituindo violência através dos mecanismos e estratégias de controle.

1954

CAPITULO I

Fundamentação Teórica

No percurso da nossa pesquisa registramos os movimentos da violência no P.P.A.B, envolvendo não somente o preso, mas os vários segmentos hierárquicos institucionais.

Apesar da pesquisa ter o objetivo de um estudo de caso no P.P.A.B, não podemos deixar de tecer e articular com estudos amplos da violência institucional, pois a cultura da violência carcerária tem pontos em comum com o P.P.A.B.

São diárias as lutas e reivindicações na preservação da integridade física, psíquica e social, bem como de autorizar a legitimação da ordem disciplinar para sobrevivência individual e institucional.

As mobilizações surgem em várias prisões, como se houvesse uma cadeia associativa de intercomunicação, apesar de serem os movimentos realizados dentro das instituições demarcadas por limites de controle totalizador.

Goffman caracteriza a instituição total "como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e fortemente administrada." (Goffman, 1987:11).

É tarefa complexa conceituar a violência carcerária como distante dos parâmetros de normalidade, pois um fenômeno social poderá ser considerado por um grupo social como padrão e divergente por outro.

Durkheim (1987) faz referência a que o fator social obedece a uma ordem, mas existe inserção entre as categorias. O sadio pode ser percebido como doente ou vice-versa ambos atendem a interesses de subsistências de grupos de dominação e preservação, pois para manter a permanência de grupos sadios é necessária a existência de grupos anormais.

A violência está presente em todas as sociedades, perpetuando-se ao longo da história da humanidade, para deixar de existir é necessário que não seja parte integrante do individual. A categoria de "doença" e de "saúde", atende a uma utilida

de do sistema de preservar e instituir uma ordem que não ponha em risco a permanência do grupo de dominação. Remetendo a questão teórica para a instituição prisional constatamos o poder coercitivo que exerce no indivíduo, o interesse de preservar o conceito do "irrecuperável", "nocivo" e "inútil" à sociedade.

"Não se pode pensar a ordem, correlativamente a desordem, senão por referência a lei ou a norma que a institui e define" (Albuquerque, 1978:17).

Sublinha Albuquerque (1978) a lei é também expressão da vontade soberana, e norma é regulamento. Correlacionada com a norma que institui, a desordem passa a ser considerada como revolta, rebelião ou insubmissão contra a vontade soberana.

O fato social passa a ter uma representação coercitiva, modela uma forma de comportamento dentro das leis e regulamento em favor do poder soberano. E os descumprimentos de tais deveres, estão sendo conceituados como insubordinação e rebeldia, mas a lei pressupõe direitos para cumprimento de deveres e assim rebeldia poderá ter uma leitura do inconformismo social.

Marilena Chaui, (1986) refere-se à dificuldade de uma sociedade definir lei e direito dentro de uma ótica política entre o público e o privado, devido à tentativa desta sociedade em tentar escamotear os conflitos internos, entre os exploradores e explorados, os dominadores e dominados de classes ou grupos sociais.

A sociedade luta pela defesa de uma ordem que massacra o direito, em substituição da lei. A ordem é utilizada como apropriação privada da lei, é incompatível com o direito. A lei por sua vez legaliza essa ordem que substitui o direito e institucionaliza a violência e legitima as relações sociais de "bom" e "mau", de "vítima" e do "perigo", do dever "morrer" para diminuir a rebelião e insubordinação, abrindo assim espaço para legitimar a violência.

Goffman (1982) desenvolveu o conceito de "estigma", e definiu como sendo uma forma de relação social impessoal, despersonalizante, uma vez que deriva não da consideração do ou-

tro como individualidade empírica mas, apenas como representação circunstancial de certas características tipicamente associadas a sua classe de estigma.

É uma categoria de acusação interiorizada de carácter totalizador. Não só como nas acusações do desvio, mas uma manipulação de identidade.

Para Goffman, os estigmas destroem atributo e qualidade. no indivíduo, o controle interioriza a deteriorização da identidade social, só abrindo espaço para os grupos perceberem as marcas, os desvios, sem espaço para perceberem o carácter ideológico das estigmatizações.

Diante das pressões totalizadoras o indivíduo é descreditado e como tal é considerado nocivo à sociedade, discriminamos ideologicamente os estigmatizados, reforçamos as representações simbólicas do "nocivo" e "irrecuperável", num esforço constante do social para manter a eficácia desse simbólico, tentando camuflar a dominação do sistema na relação acusado/acusador, que provavelmente reflete interesses maiores do sistema de controle social.

O social reduz as oportunidades, os esforços e movimentos do estigmatizado, não atribui valor e nem reflete sobre o que esta por trás de um estigma, de uma identidade deteriorada por uma ação social.

Quais os interesses do sistema em reforçar o carácter estigmatizado do desviante, em reforçar a leitura do "irrecuperável" e atribuir o carácter do "inútil socialmente"?

A instituição prisional reforça o desvio e institui a violência na medida que está sendo mantida para deteriorizar a identidade social e não para reeducar o indivíduo.

Machado (1978) aponta para a instituição prisional e sublinha que a mesma não atende aos seus objetivos de reeducação do homem, o de introduzir um elemento estruturante que não cumpre os objetivos explícito sem acentuar temor, tortura e morte, mas que são mantidos seus modelos desde o nascimento das prisões, apesar das denúncias e das constatações de fracasso.

Como já referido anteriormente, a instituição utiliza linguagem reveladora do poder controlador e totalizador dos in

divíduos "desviantes", sem espaço para construir uma vida produtiva e sim cada vez mais envolvida com a violência.

Como atua o sistema do controle da instituição e de que forma os controles sociais contribuem para o aumento dos comportamentos violentos e reforçando a deteriorização da identidade social? Provavelmente os controles das instituições prisionais atendem a interesses maiores do sistema ao reforçar o estigma e um nome da ordem institucional manter os desvios e legitimam a violência.

Maria Júlia Goldwasser (1985) aponta a ideologia da reintegração estruturada para preservar o desvio. "As instituições totais não operam para dissolver barreiras na organização social porque essas barreiras são parte integrante do sistema de diferenciação e classificação social, e para o qual a eliminação da categoria dos desviantes constituiria a própria anulação da existência dos normais" (Goldwasser, 1985:51).

Foucault (1986) relata a história da violência nas prisões, demonstra como sempre o social reagiu diante do caráter desviante das normas e códigos sociais. Análise os grandes festivais de punições praticadas pelo social. As grandes fogueiras, a melancólica festa de punição, os espetáculos públicos de apedrejamento, a confissão pública dos crimes utilizados nos séculos passados.

Em todas as grandes "civilizações" os desviantes foram apedrejados, queimados pelos acusadores. Ao assinalar esses festivais de ritos de cerimoniais de tortura, onde os condenados eram amarrados com coleiras de ferro, grilheta nos pés, recebendo pancadarias e até queimados em praça pública, devido a constituírem ameaças às determinações dos códigos sociais.

Hoje, no final do século XX não é diferente. Os festivais continuam, os rituais estão sendo velados e dissimulados. Em vez de serem aplaudidos em praça pública são instituídos nas instituições totais, fechados e controlados pelo sistema do poder.

A instituição convive com a contradição, institui normas para reeducar o indivíduo para o convívio coletivo e é essa mesma instituição que institui a violência e dificulta a in

tegração do indivíduo no contexto social, reforçando o estigma do "irrecuperável".

Sublinha Foucault nos escritos concernentes ao fracasso da prisão "qual é a utilidade desses diversos fenômenos que a crítica, continuamente denuncia manutenção da delinqüência, indução em reincidência, transformação do infrator ocasional em delinqüência habitual, organização de um meio fechado de delinqüência". (Foucault, 1986:239-240). Questiona sobre o que é mascarado na instituição. Quais os interesses em manter o sistema que institui a violência?

Foucault (1986) faz referência que o funcionamento da prisão é mantido e assegurado não por discursos formulados mas vividos e estruturados nas estratégias da manutenção do sistema manipulador do indivíduo. No entanto, a mesma instituição utiliza um discurso formulado no regulamento e nos motivos das decisões, quando durante séculos mantém o mesmo caráter disciplinador e vigilante.

Essa linguagem está simbolicamente representada na legitimação de um sistema violentador.

No estudo da Microfísica do Poder, Foucault faz referência a que "na economia do poder é mais rentável vigiar do que punir" (Foucault, 1986:130). O poder está inserido no corpo do indivíduo, nos seus gestos, suas atitudes, expressões, discursos, mantendo toda a estrutura metodológica do dia-a-dia e passando a exercer um controle, perpétuo e às vezes intermitente, ocupando todo o espaço de vida no indivíduo, perpassando para o corpo social, perpetuando uma instituição que caminha com a delinqüência e com a desordem social.

Para Foucault "a prisão não pode deixar de fabricar delinqüentes. Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem: que fiquem isolados nas celas ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não pensar no homem em sociedade. A prisão fabrica também delinqüentes impondo aos presos limitações violentas: ela se destina a aplicar as leis e a ensinar o respeito por elas; ora todo o seu funcionamento se desenrola

no sentido do abuso de poder" (Foucault, 1986:235). "Os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico, como no político". (Foucault, 1986:1320).

Hipótese Levantadas

Nesta ótica o presídio surge aniquilamento e não respeita a temática e o objetivo da reeducação e interação coletiva dos indivíduos que norteiam os pressupostos de sua existência. Os indivíduos que transgridem as normas internas do Presídio, são considerados violentos e no entanto, a instituição age com a mesma violência, transgredindo direito a deveres dos desviantes.

Este conjunto de questionamento nos permitiu verificar a institucionalização da violência dentro de um sistema prisional que, como já foi referido, está pautado nos pressupostos formais de reeducação do indivíduo, nos postulados da não violência do respeito à integridade física e psíquica do preso e do reestabelecer condições para o convívio social.

Construímos um pensamento, articulamos com as hipóteses levantadas na etapa inicial da pesquisa e através de um estudo etnográfico da instituição analisamos a violência legitimada e instituída pelo sistema de controle da instituição total, reafirmamos a construção teórica de que a instituição tem proposta formal de reeducação do desviante e a integração no convívio social. No entanto, utiliza o mesmo mecanismo de violência que é responsável pela vinda do desviante para a instituição.

A instituição prisional deve ser também considerada desviante das normas vigentes distante dos direitos, deveres e respeito à cidadania. Ambos desviantes, sendo que o sistema legitima a violência, movimentos instituídos, interesse hegemônico de classe dominantes. O Presídio reforça o estigma do irreversível, o nocivo, e abre espaço para a violência do indivíduo desviante.

Partindo dos pressupostos teóricos acima referidos a pesquisa contribuiu para a construção do conhecimento formal

das relações internas desta instituição e de que forma contribuem para o aumento da violência. Existem sequências de trabalhos publicados sobre o assunto, no entanto a característica do novo é estruturada na leitura das relações internas estabelecidas no P.P.A.B.

Analizamos etnograficamente, as relações de violência física e institucionais e observamos o dia-a-dia da comunidade, envolvendo preso, agente penitenciário, serviço técnico, direções, chefias da superintendência do sistema penitenciários. Questionamos o modelo, a organização social da comunidade, suas estratégias de sobrevivência na violência, legitimação da morte física e ou simbolizada através das questões individuais ou coletivas.

Construímos um percurso histórico que antecede a instituição analisada e constatamos que o P.P.A.B repete o modelo organizacional da Casa de Detenção, anteriormente fechada e substituída pela instituição ora estudada, para atender postulados formais da reeducação e reintegração do preso ao convívio social. No entanto, a instituição repete modelos fracassados para reafirmar as contradições impostas pelo sistema que é o de aniquilar o indivíduo desviante das normas e códigos sociais.

CAPITULO II

Casa de Detenção

Percurso Histórico

Aos dezesseis de agosto de 1848, a lei nº 213, autorizou ao então governador da Província de Pernambuco, Antônio da Costa Pinto, construir na cidade do Recife, uma Casa de Detenção, com capacidade para duzentos presos, que seriam mantidos em celas individuais, e separados por pavilhões, de acordo com o sexo e a natureza do crime.¹

Com a aprovação do projeto, iniciou-se a construção em dezesseis de janeiro de 1850, sendo responsável pela obra, o engenheiro José Mamede Alves Ferreira, de formação francesa na área de arquitetura que respondeu, também, pelos projetos do Hospital Pedro II e do Ginásio Pernambucano.

Em 1855, foi inaugurada uma das alas, a chamada raio norte, para onde foram levados os presos, e que constava, além das celas, da área de administração, da guarda para manutenção da segurança e de toda a muralha que circundava a prisão.

Concluído o raio sul em 1860, juntamente com a varanda onde ficava localizado o santuário, foi celebrada a primeira missa, no dia 28 de outubro.

Em 1867, concluía-se o raio leste e todas as demais dependências da bela e monumental Casa de Detenção da rua Floriano Peixoto, que chegara a ser visitada pelo Imperador Pedro II em 1859.

Com o decorrer dos anos e com o crescimento demográfico do Recife, aliado a outras circunstâncias, a Casa de Detenção veio a tornar-se uma construção inadequada ao funcionamento de um presídio, localizada, além do mais, em pleno centro urbano, ao lado da Estação Ferroviária.

Construída para abrigar duzentos presos, a Casa, já em 1971, alojava mais de mil detentos, transformando-se num antro de promiscuidade e desrespeito à dignidade humana. Segundo

(1) Ver coletânea de artigos de ANDRADE (1975) "O nosso 14 de julho", onde o autor relata o percurso histórico da Casa de Detenção.

o autor "Sua existência configurava um espetáculo quase cir-
cense: as grades, os prisioneiros, a rede elétrica de seguran-
ça, os guardas armados, em pleno centro da cidade, espetáculo
visto diariamente por milhares que chegavam à cidade, vindo das
cidades vizinhas ou interior, pelo povo em geral, das ruas,
dos escritórios, das lojas e dos ônibus".(Andrade, 1975:45).

A precariedade da situação devia-se não só à locali-
zação do prédio, mas, sobretudo, à estrutura física imprópria,
à carência de espaço, à deficiência de condições sanitárias, à
falta total de higiene, sobrecarregando o ar de uma atmosfera
maléfica, que impedia uma respiração saudável, tornando impra-
ticável a observância das próprias disposições legais.

Constam dos registros, que além dos advogados para
prestação de assistência jurídica aos sentenciados, havia servi-
ço médico, assistência social e religiosa, sem discriminação
de crenças. Os rituais religiosos eram celebrados na presença
de todos. Constam ainda dos registros, professores da Secreta-
ria de Educação e da Fundação Guararapes, que eram responsá-
veis pela alfabetização e pelo curso médio.

Paulo Cavalcanti, faz referência à Casa de Detenção
no período considerado de grande repressão política como "o ve-
lho Edifício da Casa de Detenção, no centro do Recife, que, pe-
la habitual afluência de setenciados comuns, esgotava sua capa-
cidade de lotação, via-se agora a braços com problema de toda
ordem, em face da presença de centenas de presos políticos das
mais variadas camadas da sociedade". (Cavalcanti, 1980:70).

A Casa de Detenção configurava um espetáculo de ma-
nifestações contraditórias "operários e camponeses, perplexos,
sem condições de medir, em perspectiva, a duração do tempo de
encarceramento". (Cavalcanti, 1980:70). Nas celas de grossas
paredes, quase medievais, com alguns metros quadrados de espa-
ço formava-se uma comunidade de pobres e ricos, pretos e bran-
cos, operários e doutores, mas com sentimentos humanos comuns,
apesar das diferenças sociais econômicas e políticas.

Registra, ainda, Cavalcanti, (1980) entre as condi-
ções insuportáveis da Casa de Detenção, não somente a falta de

liberdade, mas a má alimentação, o desconforto, e a promiscuidade caracterizando a violação da integridade física e psicológica do indivíduo.

Era um depósito de seres humanos e não um local com proposta de reeducação ao convívio social.

"As verbas orçamentárias eram reduzidas e o plano de tornar o presídio auto-suficiente em matéria de recursos financeiros, com funcionamento de oficinas, marcenaria, alfaiataria, sapataria, eletricidade etc, falharam a cada meta administrativa." (Cavalcanti, 1980:74). O contraste entre a prisão e o mundo livre, construído no centro da cidade, tinha espectadores por detrás das grades assistindo ao grande espetáculo de liberdade e mobilidade física, unido ao seu desejo de circular pelo mundo fantasioso, sem problemas nem dificuldades.

As feras enjauladas tinham de ser domadas, não importando os meios utilizados. Tais práticas eram para ser assistidas e aplaudidas por um público mas, o centro da cidade era público demais. Elas tinham que ser às escondidas e não expostas à vida diária da comunidade.

Derrubada dos Muros:

Fechamento da Casa de Detenção

Andrade, (1975) aponta para o fracasso e a negação aos direitos humanos na proposta da Casa de Detenção. Muros, refletem sofrimentos e desrespeito à integridade física e psicológica, são símbolo do direito e da lei, ausência de justiça. O fechamento da Casa de Detenção foi marcado pela intenção de reformar as bases do sistema penitenciário. Pernambuco foi o primeiro no Brasil a implantar o regime da prisão albergue, permitindo aos apenados trabalho e estudo externo, com concessão de residência a familiares de setenciados, na Penitenciária de Itamaracá.

Visita ao lar em regime de semi-liberdade e direito a encontros conjugais, resgatando um problema crucial nas prisões.

PRESÍDIO

"A pena se alimenta não da reprovabilidade do fato cometido, mas da necessidade de evitar que novos fatos igualmente ilícitos se cometam".

PROF. ANIBAL BRUNO.²

O decreto 6685 de 30.09.79 determina a criação do Presídio Prof. Aníbal Bruno, com objetivo de desativar o Presídio Mourão Filho, que vinha funcionando precariamente em decorrência da superlotação e das condições de instalações inadequadas das cadeias públicas. As condições físicas não foram estruturadas para o funcionamento dos serviços de assistência jurídica, social, de saúde física e psicológica, apoio educacional, práticas esportivas e de recreação, todas elas, com a finalidade de atender à proposta formal da instituição.

Na Av. Liberdade, no bairro do Curado, em frente ao Cemitério Parque das Flores, nesta capital, foi inaugurado o Presídio no mês de dezembro de 1979, que recebeu o nome de Prof. Aníbal Bruno, homenagem prestada ao criminalista, professor da Universidade Federal de Pernambuco, autor de várias publicações na área de Direito Criminal. O Presídio e Centro de classificação foi construído com verba do Ministério da Justiça, com base na reforma Penal lei 6416, dentro das exigências da lei.

ESPAÇO FÍSICO

A extensão da área é de 12.938.40 m², delimitada por uma muralha sobre a qual fios de alta tensão fazem o contorno completo, com existência de guaritas funcionando permanentemente com militares da Polícia do Estado, para vigilância sob regime de plantão. Isso por se tratar de estabelecimento onde a segurança máxima deve ser garantida.

A estrutura física compreende 8 pavilhões divididos em 174 celas individuais, com área de 11,70 m² cada e 38 celas coletivas, com área correspondente 35,30 m², salas para serviços de administração e segurança.

(?) In ANDRADE (1975)

A área administrativa abrange gabinete do diretor, vice-diretor, setor de pessoal, financeiro, setor penal, expediente, almoxarifado, arquivo, secretaria, copa e três ranchos, sendo um para preso, agente penitenciário e Polícia militar.

A área de segurança é composta por setor de disciplina, chefia de guarda, áreas internas próxima aos pavilhões e área construída na entrada do Presídio, onde permanece a guarda do dia, tanto da Polícia Civil, chamada agente Penitenciário, como a guarda da Polícia Militar.

Consta ainda de salas para serviço de atendimento ao preso, compreendendo: serviço jurídico, assistência social, serviço de saúde: psiquiátrico, clínico, psicológico e nutrição, havendo, também, espaço com área para funcionamento de uma escola para alfabetização ou continuidade aos estudos interrompidos de primeiro grau, conveniado pela Secretaria da Educação com verba do Ministério da Justiça, além de uma Biblioteca contendo livros didáticos, alguns romances e revistas.

Existem ainda, um Auditório para a realização de festas e celebração de missas; campo de futebol para atividades esportivas e eventuais competições entre grupos de internos; enfermaria com 12 leitos, salas de atendimento médico e gabinete dentário; Área de Produção contendo pocilga, supervisionada por um veterinário; padaria responsável por toda a fabricação do pão, a ser consumido pela população interna. (presos, agentes penitenciários, polícia militar e plantonistas).

Alguns presos que desenvolvem atividades de trabalho são chamados de concessionados, chegando até o serviço por iniciativa própria, indicação de presos mais antigos ou através dos agentes penitenciários.

Os pavilhões são designados por ordem alfabética de A a H, com celas coletivas, capacitadas para abrigar 6 presos e individuais para um único preso.

Classificação dos pavilhões e respectivas composições.

Pavilhões A- 13 celas, sendo 12 celas coletivas, 1 individual.

Pavilhão B- 13 celas, 12 coletivas e 1 individual.
 Pavilhão C- 20 celas, 08 coletivas 12 individuais.
 Pavilhão D- 26 celas, 06 coletivas 20 individuais.
 Pavilhão E- 40 celas, 00 coletivas 40 individuais.
 Pavilhão F- 40 celas, 00 coletivas 40 individuais. ”
 Pavilhão G- 30 celas, 00 coletivas 30 individuais.
 Pavilhão H- 30 celas, 00 coletivas 30 individuais.

Além dos pavilhões acima citados há uma cela coletiva chamada disciplina, nomeada por presos e outros segmentos da instituição, "castigo" e um pavilhão recém construído denominado segurança, que é o local para onde os presos ameaçados de morte, são encaminhados.

Os presos vão para o castigo quando transgridem normas internas³ e, para o pavilhão de segurança, quando está ameaçada a sua integridade física. O agente penitenciário encaminha-os para resguardá-los ou quando feita solicitação por eles mesmos, a fim de evitar envolvimento que possa acarretar danos físicos.

O pavilhão construído para encontro conjugal, espaço reservado para receber as mulheres, está desativado. Os presos solicitaram a um dos diretores em 1989, a prática do encontro conjugal na própria cela, no que foram atendidos. O pavilhão está sendo utilizado atualmente para alocação de presos, devido à superlotação. É importante registrar que o P.P.A.B. é o maior do Estado, com capacidade para abrigar 471 presos provisórios do sexo masculino, idade superior a 18 anos, sob a jurisdição da comarca do Recife e área metropolitana, bem como à demanda dos presos provisórios das comarcas do interior, que não dispõem de cadeias públicas para recolhimento dos mesmos.

(3) Normas disciplinares: horários, desobediência às filas de rancho, na contagem para verificar a totalidade, agressões, tentativa de fuga, tóxicos e outros.

CHEGADA AO PRESÍDIO

O encaminhamento para o presídio é feito através das diversas delegacias ou da própria justiça⁴, desde que conste ato de infração através de flagrante delito por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, variando de um simples ato transgredido, até ocorrências de crimes considerados perigosos, primários ou reincidentes de acordo com o código Civil; **Primário** é quando o preso responde a processo sem ter sido condenado anteriormente, por outros processos e **Reincidente** quando reincide no crime e é condenado pelo poder judiciário competente.

O presídio é o local que recebe o preso provisório, isto é, aquele que aguarda julgamento para apresentar-se posteriormente à justiça, e após decisão judicial, ser posto em liberdade, caso não seja comprovada a sua participação no delito ou não seja condenado. Havendo participação, o condenado será encaminhado para a penitenciária conforme tempo e pena a ser cumprida.

Devido às extinções de diversas cadeias públicas, do grande Recife, o presídio recebe número elevado de presos, fazendo com que a sua população esteja permanentemente acima da sua capacidade física.

O tempo de permanência deverá ser relativamente curto, até a definição da situação judicial.

Chegando ao presídio, o preso é recolhido e colocado num local chamado **setor de triagem**, onde é feita a identificação e encaminhamento para avaliação pelo Serviço Técnico.

(4) Constituição Federativa do Brasil, dos direitos e garantias fundamentais, art LXI p.10 1988.

COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇO TÉCNICO

Advogados (2)

Assistentes Sociais (2)

Psicólogos⁵ (2)

Médico clínico 2

Psiquiatra 3

Dentista 2

Nutricionista 1

Os presos são entrevistados por um profissional de cada área. Após realização da entrevista é emitido um parecer que será colocado na pasta de identificação, juntamente com toda a documentação comprobatória do encaminhamento para o presídio.

A identificação consta de uma entrevista com o setor Penal, quando o **agente penitenciário** preenche uma ficha de identificação contendo nome, idade, profissão, filiação, condições econômicas, tipo de delito, se primário ou reincidente, características físicas, marcas ou tatuagem, vulgo e digitais, bem como, residência. Após, o preenchimento desta ficha o preso segue para ser fotografado. (vide anexo³).

O agente penitenciário encarregado do setor de expediente é responsável pela alocação dos presos nas celas, quando, após a análise da situação física, psicológica, social e criminal, o agente diz que, com base nos dados acima referidos, encaminha o preso para os pavilhões.

(5) (atribuições-decreto 543 de 18 de novembro de 1960, exceto cargo de Psicólogo, incorporado em dezembro de 1980).

VIDA EM COMUNIDADE :

Durante o dia os presos circulam por áreas livres em grupos ou isolados, dependendo da situação específica de cada um.

Não têm acesso às áreas administrativas a não ser quando trabalham no setor ou é solicitada sua presença, sendo tais setores isolados por portões de ferro, e contando sempre com a presença de **agente penitenciário**, responsável pela segurança.

Durante o dia, (exceto os que estão no castigo), permanecem, caso queiram, fora dos pavilhões. No início da noite, após a refeição, são recolhidos.

Desde a rebelião em 1987, quando houve quebra dos cadeados e grades, fato divulgado amplamente pela imprensa, os presos negociaram com a Superintendência e Secretário da Justiça o direito à transição física interna, no que foram atendidos. Tal situação não é permitida quando existe clima maior de tensão, motivado por tentativas de fugas, agressões entre eles ou o agente penitenciário. Nestes casos, ficam trancados nas celas sem direito a circular internamente pelas áreas consideradas de lazer.

Durante a semana, todos os presos, exceto os que estão de castigo, têm direito a receber visitas dos familiares e mulheres, desde que os visitantes sejam revistados minuciosamente pelos agentes penitenciários responsáveis, no intuito de manter a segurança, impedindo a entrada de armas, objetos cor-tantes, tóxico ou vestimentas que possam facilitar fugas.

As visitas ocorrem nos domingos e nas quartas-feiras, e os visitantes devem obedecer ao regulamento do horário pré-determinado pela direção da casa: Pela observação constatou-se a fragilidade sócio-econômica dos familiares dos presos, que vivem em sua maioria em total miserabilidade, sem condições para ajudá-los, levando alimentos ou objetos de uso pessoal. Em muitos casos, é a família quem vai buscar do preso ajuda financeira e, aos domingos, almoçam todos no presídio, retrato da dificuldade em que vivem.

MOMENTO DE PASSAGEM

Após julgamento, e sendo condenado, o preso deve ser transferido para as penitenciárias. O encaminhamento é determinado pelo juiz, de acordo com a história criminal e condições pessoais do preso, sendo observados aspectos psicológicos e sociais. Em contato com os movimentos diários do P.P.A.B compreendendo período de 1 de janeiro de 1980 a 31 de agosto de 1989. Não foi encontrado registro de preso anterior a janeiro de 1980.

A pesquisadora fez, pessoalmente, o levantamento de todos os registros de transferências fugas e mortes, sendo os dados registrados após pesquisa realizada nos movimentos diários, durante o período de dez anos (vide anexo⁴).

SEGURANÇA:

"Por detrás dos bastidores."

O Departamento de Polícia Penitenciária estabelece as normas de segurança para os estabelecimentos penais (vide anexo⁵).

O estudo realizado no P.P.A.B envolve várias relações entre os diversos segmentos institucionais, vem como, a organização social e a segurança penitenciária. A pesquisa abrange análise dos agentes lotados no P.P.A.B durante o período de realização dos trabalhos.

A amostra estudada corresponde a **13,51%** do universo dos **agentes penitenciários** lotados no P.P.A.B, sendo **6,08%** pertencente ao quadro da segurança penitenciária, grupo que atua na prevenção e manutenção da segurança interna da instituição e **7,43%** responsável pelo desenvolvimento das atividades administrativas e ou burocráticas. As variações de tempo de permanência no serviços são de 3 a 25 anos.

No tocante às entrevistas realizadas no setor admi-

nistrativo, a pesquisa envolveu elementos de todos os setores burocráticos.

Na área de segurança foram entrevistados agentes por diferenciação de escalas, no entanto, houve recusa por parte de alguns profissionais de determinadas escalas de serviço, os quais foram substituídos.

POLÍCIA PENITENCIÁRIA

Os Mocinhos do P.P.A.B

Os indivíduos incluídos na amostra têm predominância da cor parda, correspondendo a 40%, seguida de 35% de cor preta e 25% de cor branca, tendo 60% concluído o 2. grau e 35% freqüentado ou freqüentando curso universitário.

Com relação às condições sócio-econômicas 50% revelaram ter vivido dificuldades financeiras na infância e adolescência, enfrentando o mercado de trabalho desde cedo, para complementar a renda familiar e poder freqüentar a escola pública ou particular.

Na adolescência, a maioria trabalhou em atividades burocráticas, na área comercial ou industrial, como: ajudante geral em lojas, cobrador, empacotador, e alguns relatam na infância e adolescência terem vendido frutas e verduras na feira para ajudar os pais e poderem freqüentar a escola.

A maior parte dos entrevistados vêm de família numerosa onde o pai exerce profissão considerada qualificada ou semi-qualificada. Tal como: funcionário público (agente policial militar, administrativo e municipal) comerciante, feirante, industriário, mecânico, estivador, ou na área da construção civil como: mestre de obra e pedreiro.

A mãe quase nunca participa da competição do mercado de trabalho, o que corresponde a um percentual de 65% da amostra estudada. A maioria dedica-se ao trabalho doméstico, e as que exerceram ou exercem profissões, são parteiras, auxiliares de enfermagem, costureiras, industriárias (operárias) tendo concluído ou não o curso primário. Há, também, relatos de um gran

de número de mães analfabetas.

A amostra tem variações de idade entre 24 a 62 anos, sendo **65%** naturais do Recife ou área metropolitana do grande Recife.

Entre eles **70%** são casados, tendo a maioria, filhos, que frequentam ou que frequentaram escolas públicas ou particulares.

Tornar-se mocinho: ou o ingresso profissional e a auto-imagem do papel social.

Relatos como esses são freqüentes no transcorrer das entrevistas, assim como as afirmações de não ter escolhido ser **agente penitenciário**, estando a maioria desempregada e optado pelo concurso; quando aprovados, cursaram a academia de Polícia Civil.

"Falta de opção para outro emprego"

"Surgiu um concurso como qualquer outro"

"Segurança profissional, de carteira assinada e não poder ser demitido"

Na amostra estudada **70%** relatam não ter vocação para a profissão e pretendem deixá-la, fazendo novos concursos que exijam trabalho envolvendo menor risco de vida; alguns afirmam que pretendem ser delegados, enquanto outros não se decidiram quanto a novos rumos profissionais.

No período em que frequentaram a academia, relatam haver recebido muitas informações teóricas e pouca preparação para enfrentarem o **"contato com a escória da sociedade"**, havendo também, referências aos aspectos repressivos e controladores da formação, quando têm que: **"receber tudo calado sem ter direito a criticar"**, bem como relatos de agentes afirmando que: **"violência só é resolvida com violência"** e é preciso: **"baixar o pau para os marginais respeitarem e obedecerem à hierarquia"**.

Sublinham que falta disciplina e respeito ao agente penitenciário, e que: **"a instituição só dá espaço para o marginal, tirando o poder e autoridade do policial"**.

É destacado como vantagem o fato de serem concursados, funcionários públicos, o que lhes assegura estabilidade e salário certo no final do mês. As desvantagens, no entanto, são bem maiores, pois convivem constantemente com o risco de vida, e não são reconhecidos socialmente como profissão digna de respeito, por não possuírem as condições básicas para o desenvolvimento de um trabalho que proteja e dê segurança à coletividade.

Apontam a falta de armamento, munições e aumento efetivo de **agentes penitenciários** no P.P.A.B., como obstáculos a estruturação de seu trabalho, destacando que os presos têm conhecimento da precariedade de suas condições, o que favorece os motins e o desrespeito à hierarquia do **policia**l, disciplina do dia-a-dia.

Os constantes riscos de vida, associados a salários poucos compensatórios, os contatos com a "**marginalidade**", bem como o pouco reconhecimento pelos segmentos hierárquicos da instituição, contribuem para a desvalorização da figura do **policia**l. Eles têm a noção exata de sua condição, e é este o **primeiro** passo no caminho da corrupção do **policia**l.

Sabe-se que a instituição tem conhecimento dos fatos e não assume posições claras no sentido de modificar as condições básicas para o desenvolvimento de um trabalho digno e respeitoso por parte do **policia**l, sempre. Há sempre a preocupação em puni-los, utilizando-se para isso, a prioridade dos "**Bandidos**" e dos "**Direitos Humanos**".

Representação do medo e terror.

É ambígua e contraditória a representação social da segurança. Segurança de quem?

São frequentes nos relatos, afirmações de: "**Buscar a segurança**" diante da opção de um concurso, não importando o que se faz, como se faz e para que se faz; as linhas básicas são a segurança.

Afirmam ainda que tais experiências são adquiridas no dia-à-dia, não trazendo eles a preparação adequada para enfrentar um presídio de segurança máxima.

BANDIDOS OU MOCINHOS?

..

O estigma da violência

É significativa a fragilidade do compromisso e comprometimento social com a profissão, 70% da amostra analisada fazem referências ao fato de não assumirem, perante outros grupos ser policial, devido aos desgastes e ao desrespeito que a sociedade tem para com a polícia.

- "Sinto repúdio pela profissão"
- "Não há reconhecimento, somos tratados como marginais"
- "Ser policial significa corrupção".

Tais afirmações foram frequentes durante a realização das entrevistas. Quando questionados sobre a profissão, preferem dizer-se funcionário público, ou qualquer outra coisa, desde que não seja policial.

- "Falo que sou enfermeira, costureira, até cabeleireira, menos uma policial".

Nas entrevistas com o **setor administrativo** 55% relatam que não conseguiram permanecer na área de segurança interna, solicitando transferência para setores burocráticos, por não concordarem com a prática de trabalho dos colegas, "**dene-grindo a profissão**".

Relatam as frequentes práticas de espancamento e torturas, para imposição da hierarquia e da ordem, tornando o clima tenso, e o ambiente com sérios riscos de vida, não só para os presos, como para os agentes penitenciários, e afirmam a participação de colegas nas práticas de desordem e corrupção.

MOCINHO:

Ser ou não ser policial

O equívoco: ser policial representa a falta de segurança, a linha que demarca e limita os lados opostos, converge para a mesma direção: ser **policial** e ser "**marginal**". Ambos estão à margem das classes dominantes, pertencem à mesma categoria de classes populares. Os primeiros convergem para a representação da força e poder na busca da "**proteção**" a fim de tornar-se o "**marginal**" legitimado pela instituição, que, por sua vez utiliza-se dos movimentos opostos, autorizando a força e o poder, institucionalizando a violência, enquanto o marginaliza como grupo social.

Não é a ausência do armamento, da munição e falta de vigilância interna no estabelecimento penal que traz a insegurança. Ser policial é a representação da força do poder e da autoridade, na busca da "**segurança**", através da instrumentalização dos mecanismos repressivos. Estar armado traz significante de ameaça e terror, de impor respeito, mas um respeito vigilante e punitivo sobre a formação do policial. Comenta Pinheiro, "a polícia está situada num lugar social ambíguo, desempenhando funções contraditórias (reprimir as classes populares e proteger a sociedade contra os criminosos) composta em sua maioria de cidadãos das próprias classes populares". (Pinheiro 1986:146)

Prossegue ainda, que preocupação de instrumentalizar a polícia, acarretou o descompromisso de funções básicas e legítimas na proteção ao cidadão e na prevenção ao crime.

É pertinente grifar que o sistema que se despreocupou com a formação do policial, fragilizou conceitos de cidadania e fragmentou o discernimento entre direitos e deveres, sem refletir que, antes de ser um policial, ele é um cidadão. Essa dissociação perpassou conceitos confusos e obscuros, legitimou a arbitrariedade, permitiu as transgressões e autorizou o terror, o medo e a morte em nome da segurança da coletividade.

COMO SE FAZ UM POLICIAL?

Em matéria redacional publicada pela imprensa escrita, o advogado Marques Pereira, da comissão de Direitos Huma-

nos da O.A.B. em São Paulo, faz referência à falta de formação dos policiais, somando a precária condição de efetivar um processo de seleção de pessoal para admissão nos quadros policiais e a falta de formação durante o treinamento, donde resulta a série de tragédias que ocorrem na vida da comunidade no dia-a-dia.

Não havendo diferença na formação militar e civil, os agentes penitenciários, em período relativo de cento e oitenta dias, são treinados e alocados nos presídios, respondendo pela segurança e estabilidade de uma instituição que violenta e legítima a desordem, em nome da ordem.

A imprensa local divulga matéria sublinhada pelo advogado Ferreira Lima, membro integrante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, afirmando, que a qualidade primordial da polícia é a preservação da ordem pública e garantias dos cidadãos, e que a violência daqueles que ameaçam ou agredem os interesses fundamentais de outrem, encontra na organização policial o limite necessário para evitar, punir ou fazer punir o autor ou autores dos atos delituosos. No entanto, a "legalização" da violência na instituição ameaça fazer do policial um instrumento que infunde medo e ódio, ao invés de confiança. A agressividade do agente de ordem está se disseminando de tal forma, que na sua ação indiscriminada, ameaça pôr em risco a própria estabilidade social.

É oportuno sublinhar as posturas rígidas e repressivas da instituição responsável pela formação do policial penitenciário, assumindo atitudes autoritárias e pouco reflexivas, sem abrir espaço para críticas. O indivíduo, buscando uma "adaptação" diante da instituição passiva, coisificada e acomodada, começa a repetir os discursos e as práticas adotadas, sem refletir que o considerado errado pode ser também percebido como certo, e que tais conceitos são valorativos, estando sujeitos à interferência subjetivas, interesses ideológicos, econômicos e sociais.

- "Péssima a experiência da formação muito rígida, que quer fazer o cara de imbecil, rigidez para sadismo, indução a ser violento".

- Fiz uma sugestão, pensava que podia e o diretor gritou "**calado, aqui só se escuta**".

- "**Os caras terminam o curso e já estão doidos para bater no preso**". (depoimento de um agente penitenciário).

Nos discursos da instituição há uma constante preocupação com a formação do **agente penitenciário**. Em depoimento publicado pela imprensa local, o Secretário da Justiça afirma da importância de resgatar a imagem social e profissional do policial como instituição, sem desvinculá-la do compromisso ético e moral, no contexto do dia-a-dia com o sentenciado.

Na mesma entrevista, o Diretor do Departamento de Polícia Penitenciária afirma, que a postura adotada pelo Secretária da Justiça é punir qualquer agente que transgrida as determinações superiores e, através do serviço de acompanhamento, pode assegurar que não há tortura dentro dos presídios, que não existe clima de violência nas penitenciárias. Refere, também, existir todo um esforço da **Academia de Polícia Civil** na preparação e formação do agente penitenciário. A preocupação básica é a reciclagem do profissional, e estão trabalhando no esforço único de discussão sobre a segurança e deficiência da atuação do policial.

É mister apontar os critérios e os conceitos da violência. Sua representação social ultrapassa idéias restritas vinculando-a a espancamento e a tortura, quando na realidade, são estes bem mais amplos.

O papel do policial não poderá associar-se tão somente à questão da segurança, sem que sejam vistos e analisados os aspectos preventivos e educacionais. A questão da segurança ultrapassa a representação de armamento e munição.

São frequentes as manchetes de jornais envolvendo policiais na transgressão e inversão de papéis. A instituição responsabiliza-o nas fugas e motins, legitimando as práticas da violência que ultrapassam a demarcação dos limites da identidade; configura-se aí, a inversão dos papéis, quando ele passa a assumir a postura de "**bandidos**".

A violência ultrapassa o muro dos presídios, invade as

instituições e compromete o sistema no contexto dos direitos e deveres. É preciso reler o que está por trás das fugas e dos motins.

MOCINHO X BANDIDO

”

Mocinho: a representação do bandido

O estar desempregado e ir buscar a segurança poderá estar revestido da busca da segurança na força e no autoritarismo, institucionalizados pelos mecanismos repressivos e controladores do aparelho de estado.

"A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis, tanto no domínio econômico como no político, os delinquentes servem para alguma coisa.

Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada, enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documento, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinquentes?

Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinquentes?" (Foucault, 1986: 132-138)

Reflete a análise de Foucault que ambos são instrumentos e mecanismos da manutenção do poder, ambos são agredidos pelo sistema da dominação, explorados e violentados pelo capital, não cabendo a tais categorias, participação e decisão social.

Estigmatizados e violentados pelo sistema no que concerne a direitos e deveres, estão situados nos limites das categorias opostas, marcados pela ambigüidade da aproximação e diferenciação.

A um é autorizado e legitimado o direito de violentar, agredir e até de matar em nome da segurança social. Ao outro, é atribuída toda a responsabilidade dos atos violentos, camuflando a violência das classes de dominação.

Benevides, em um dos seus escritos relata que "embo-

ra não possa definir legalmente as formas de violência não criminosa. Mas se há sempre uma determinada concepção de ordem, esta não é percebida da mesma maneira pelos diversos grupos de uma sociedade. A violação dessa ordem será tolerada ou punida de acordo com os códigos de valores que distinguem a vítima, o infrator e o objeto da questão" (Benevides, 1984: 72-73).

A polícia legítima o direito de invadir casas, descarregar armas nas favelas e até mesmo matar indivíduos que transitam pelas periferias, em nome da averiguação e da suposição do crime.

A atuação policial não deveria ser restrita somente às áreas faveladas, periféricas, em busca de assaltantes e traficantes, mas também, nas zonas onde residem classes de dominação. Mas, o sistema vincula miséria à criminalidade, exigindo do policial que represente a força e a autoridade diante da pobreza. Afastá-la e responsabilizá-la pela violência. Por si só a pobreza já é uma violência, imposta pelo sistema de exploração e acumulação do capital.

A identidade de ambos, policial e bandido é desestruturada e contaminada. Socialmente, ela é demarcada por linhas frágeis; o sistema utiliza-os e corresponsabiliza-os pela violência.

As diferenças que os confundem são as mesmas que os aproximam: o ser "**policial**" passa a ser o registro de "**bandi-**
do".

Ser **policial** para não ser o "**bandido**" e sendo assim tão interligadas as identidades sociais, que negam pelo desejo de ser. São discriminados e utilizados como massa de manutenção de uma sociedade que estigmatiza, dando poderes a uma categoria para que essa possa, em nome da segurança, impedir e bloquear a própria segurança.

Assumem a identidade do "**bandido**" revestido de "**he**
rói" que se confundem nas estórias da vida, nas posições arbitrárias e na própria violência, na ilusão de ter o poder e de legitimar a morte. Chegam a legitimar a sua própria morte como categoria, na visão individual camuflada de interesses coletivos. Reprimir, para encobrir transgressões, evitar aproxima-

ções para camuflar aproximação nas transações.

Querem a segurança e trabalham para a insegurança travestida de segurança, através das munições e armamentos. Buscam aproximação nas posturas dos "bandidos" e evitam aproximação na utilização de força e autoridade.

A falta de preparação e formação para exercer cargos e funções são práticas institucionais, inclusive com participação das diretorias, que por sua vez não são preparadas para exercerem tais funções e sim, brincarem de **bang-bang** expressando frustrações e tornando-se objetos decorativos de propostas políticas governamentais, desvinculadas dos interesses coletivos. Instrumentos utilizados para manutenção dos sistema de controle social em favor da exploração são representados pela violência, e manipulados pela mesma força e violência que os institui e os legitima.

Marginalizados e responsabilizados por essa violência, o policial e o bandido, ambos instrumentos de manutenção do sistema, confundem-se e repudiam-se.

Em nome da força e da segurança, a um é dado o direito a usar da violência até a morte; enquanto ao outro é muitas vezes negado o direito à própria vida.

Ao bandido, é atribuída a responsabilidade pela violência, violência esta, vinculada a demarcações físicas. Ao ser preso, ele vai ser punido por essa violência, através de mais violência.

O sistema, no entanto, é violento não só nas questões meramente físicas, mas na representação do controle social, instituído e legitimado pelo próprio sistema.

Vivendo nas periferias, antes de ser um trabalhador, o indivíduo já é vinculado à identidade social de ser bandido.

A população de presos pesquisados no P.P.A.B. enquadra-se nesse contingente dos que nunca participaram, nunca tiveram direitos, mas a quem foram cobrados deveres de não transgressão à ordem.

Dando continuidade aos estudos, o próximo passo será o levantamento do perfil do preso no P.P.A.B.

CAPITULO III

Bandidos ou Mocinhos?

Os registros das entradas no período de 1 de janeiro de 1980 à 31 de agosto de 1989 foram de **7.531** presos, sendo a população pesquisada de **675** correspondente a **8,96%** do universo, não sendo encontrado registros anteriores ao período acima.

A definição do critério para delimitar a população foi através da permanência do preso no P.P.A.B., no período de maio à agosto de 1989, quando da realização do levantamento de dados, em que a população aguardava julgamento ou já havia sido julgada, lá permanecendo por motivos outros, a serem analisados posteriormente no desenvolvimento do trabalho.

Devido ao fato de ser o P.P.A.B. o local onde é guardado o preso provisório, há rotatividade diária, isto é, entrada e saída destes bem como suas transferências para penitenciárias, ou comarcas do interior e de outros estados, onde serão julgados. Tal fato torna impossível o registro de todos durante o período do levantamento, por não permanecer a documentação no local de origem, nos caso de transferência.

A pesquisadora realizou o levantamento dos dados na seção penal, através das fichas individuais e de documentos como: Recolhimento, movimento criminal e registro das punições disciplinares. (anexo⁶).

Com base nos dados contidos nas fichas de identificação, verificou-se que as principais características da população estudada foram: ano de entrada tipo de infração, classe delinquente (primária ou reincidente) idade, estado civil, naturalidade e município de origem (capital ou interior) escolaridade, cor, profissão e condições econômicas. Estes dados foram colocados nas fichas preenchidas pelos agentes penitenciários quando da identificação do preso, assim como outras informações que pudessem ser relevantes para o desenvolvimento do trabalho.

A população do P.P.A.B. é de origem predominantemente interiorana, totalizando **326** presos, isto é, **48.29%** ao lado de **296** da capital o que corresponde a **43.85%**, além de **50** presos de outros Estados e **3** do exterior.

Tabela 1

CAPITAL	INTERIOR	OUTROS ESTADOS	EXTERIOR
296	326	50	3
43.85%	48.29%	7.40%	0,44%

Por ser maior a incidência de presos nascidos no Interior de Pernambuco, não há correlação entre sua origem e o local das ocorrências, sendo a maioria das infrações registradas na área metropolitana do Grande Recife.

Tabela 2

População residente no P.P.A.B. segundo região geográfica

ANO	ZONAS			
	LITORAL	MATA	AGRESTE	SERTÃO
1980	1	3	-	-
1981	1	2	1	1
1982	2	1	2	1
1983	2	6	1	1
1984	1	6	2	-
1985	9	18	5	1
1986	-	18	3	1
1987	9	36	2	5
1988	26	40	12	-
1989	18	74	11	4
PERCENTUAL	21,16%	65,57%	11,96%	4,29%

Como vemos, a grande maioria da população do Presídio vem da **Zona da Mata**.

À Zona da Mata pertencem 65,57% dos presos provisórios no P.P.A.B. que deixaram suas terras buscando melhores oportunidades de empregos.

Os problemas sociais são agravados com o aumento considerável de favelas, subempregos e condições inadequadas de vida nas áreas marginais da cidade, onde as péssimas condições de saúde e habitação reforçam o desrespeito, dificultam a sobrevivência e violentam a dignidade e o direito à cidadania. ,,

Através de estudos estatísticos realizados pelo IBGE¹, comprovou-se que o aumento de migrações para a região metropolitana do Grande Recife é sinal representativo da busca de melhores condições de sobrevivência, sendo registrados em 1950, um total de 800 mil habitantes e na década 80, 2,3 milhões de habitantes. Como vemos, a Zona da Mata é a maior concentração da população localizando-se nela o parque industrial e a atividade agrícola, sendo essa uma pequena porção do nordeste, com menos de 18,2% da área, ocupando cerca de 128.000 km², com grande concentração de habitantes.

O clima é quente e úmido, sendo o tempo bem definido em chuvoso e seco, é o clima o elemento que mais marca a paisagem e preocupa o homem.

Sublinha Andrade (1986) ter a cana de açúcar o domínio da cultura, que com ela desenvolve mais rapidamente sua industrialização e concentração fundiária, com produtos de exportação.

As principais características da amostra estudada estão sumariadas nas tabelas registradas por ano de entrada no P.P.A.B. correspondendo período sanção de 1980 à 31 de agosto de 1989, contidas nos anexos do trabalho. (Anexo⁷)

Dando continuidade, segue registro e análise das tabelas e gráficos representativos das condições socio-culturais da população marginal.

CATEGORIA DA COR

Por ano de entrada, a cor da população do P.P.A.B, é demonstrado através de tabelas e gráficos incluindo o período de 1980 à 1989. (Tabela 3 gráfico 1)

(1) Ver escritos de Andrade, Manoel Correia (1986).

A população compõe-se de **79%** de indivíduos considerados de cor **mestiça**, sendo **1,0%** de cor **preta** **20%** de cor **branca**.

Na categoria mestiça foi considerada a junção de pardo, moreno e moreno escuro, para facilitar a demonstração dos dados no gráfico. O preenchimento das fichas de identificação é realizado pelos agentes penitenciários, segundo critérios individuais, sem obedecer a estudo pré-determinado de tipo físico.

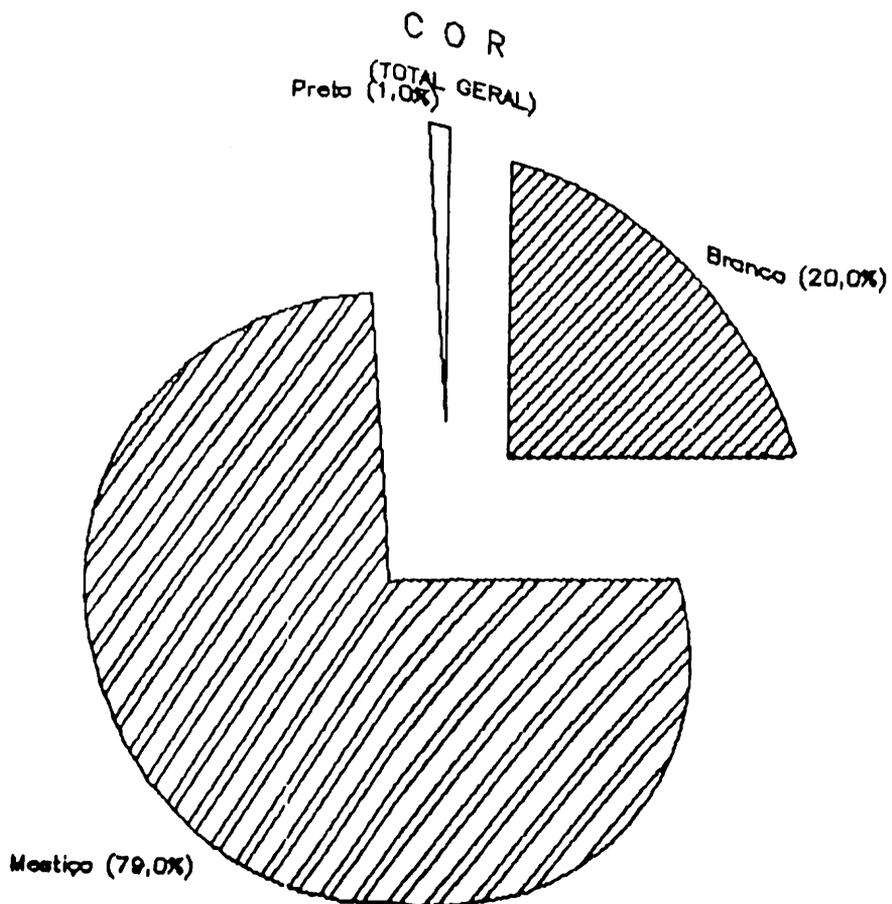
Não podemos deixar de considerar o fator preconceito instituído pelo social e pela categoria que assumem posição hierárquica de poder e autoridade².

(2) Seção Penal, local onde é realizado o registro de identificação do preso. Ressalta-se que dentre os quatro agentes da seção na época da pesquisa, dois eram de cor preta.

CATEGORIA DA COR

Ano	Branco	Mestiço	Preto	% Branco	% Mestiço	% Preto
1979						
1980	4	4				
1981	7	8		50,00%	50,00%	0,00%
1982	8	6		46,67%	53,33%	0,00%
1983	2	14		57,14%	42,86%	0,00%
1984	5	13		12,50%	87,50%	0,00%
1985	6	39		27,78%	72,22%	0,00%
1986	4	41	2	13,33%	86,67%	0,00%
1987	26	77	4	8,51%	87,23%	4,26%
1988	22	149	1	24,30%	71,96%	3,74%
1989	51	182	1	12,87%	87,13%	0,00%
Total ->	135	533	7	21,79%	77,78%	0,43%
				20,00%	78,96%	1,04%

GRÁFICO 1



A Tabela 4 e gráfico 2, são demonstrativos dos estudos globais da população, em relação às suas condições sócio-econômicas. A população existente no P.P.A.B. é representativa de **88,89%** da categoria **Precária** ou **Péssima** em termos sócio-econômicos, sendo definida como de categoria Precária o preso que chega ao P.P.A.B. sem emprego fixo, ou ausência de renda familiar.

Pertencer à **Categoria Regular** significa ter família em condições de ajudá-lo financeiramente, ou alguma renda que possa utilizar para sobreviver enquanto aguarda julgamento, totalizando estes um percentual de **10,25%**.

Fazer parte da **Categoria Boa** significa ter renda própria ou família com condições financeiras num percentual de **0,9%**. Tais classificações são fornecidas pelos agentes penitenciários, após perguntarem ao preso sobre suas condições econômicas.

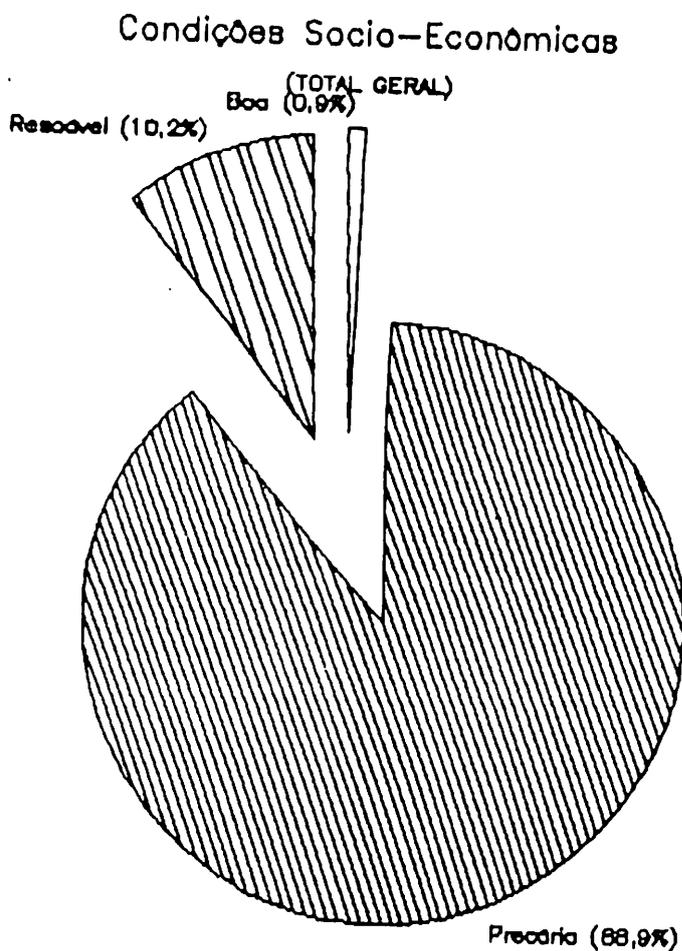
A pesquisadora ao realizar o levantamento dos dados observou não existirem critérios objetivos para essa classificação no processo do preenchimento das fichas. No entanto a população que chega ao P.P.A.B. denuncia seu estado de flagelo vestindo na maioria das vezes roupas rasgadas, sujas, manchadas de sangue por causa de ferimentos e espancamentos. Muitas vezes usam roupas emprestadas a fim de poderem circular internamente, até que a família tome conhecimento de sua prisão através de pessoas de sua comunidade ou da imprensa falada.

Em condições favoráveis o preso ou a família providenciam advogados, roupas e o que se fizer necessário. Na ausência dessas condições, são os próprios presos que trocam e lavam suas roupas e demais pertences.

CONDIÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS

Ano	Precaria	Resoável	Boa	% Prec.	% Raz.	% Boa
1979						
1980	8			100,00%	0,00%	0,00%
1981	15			100,00%	0,00%	0,00%
1982	11	3		78,57%	21,43%	0,00%
1983	15	1		93,75%	6,25%	0,00%
1984	18			100,00%	0,00%	0,00%
1985	42	2	1	93,33%	4,44%	2,22%
1986	45	2		95,74%	4,26%	0,00%
1987	96	11		89,72%	10,28%	0,00%
1988	152	17	2	88,89%	9,94%	1,17%
1989	198	33	3	84,62%	14,10%	1,28%
Total ->	600	69	6	88,89%	10,22%	0,89%

GRÁFICO 2



Na tabela 5 e gráfico 3 seguintes, a população representada é de uma faixa de idade com maior concentração entre 21 e 30 anos, correspondendo a 50,67% da população, seguida por 23,11% da faixa etária que vai dos 18 aos 20 anos. O estudo levantado retrata uma população jovem, com vigor para produzir, criar, e, no entanto, encarcerada, ociosa, sem conseguir espaço no meio social para trabalhar, desconhecendo seus direitos, o que vem implicar no descomprimento dos deveres.

A maioria desses jovens residia nas zonas marginais do Grande Recife, sem acesso às condições básicas de sobrevivência. Aguardam julgamento, amontoados num ambiente físico com população acima do limite, o que favorece um clima de constantes conflitos entre eles e a guarda representativa do poder e da autoridade.

Tais circunstâncias geram situações de tensão demonstradas através dos comportamentos agressivos com os colegas e superiores hierárquicos, sendo frequentes as fugas, tentativas de motins, e todo tipo de manifestações de insatisfação que vão se somando à violência da instituição.

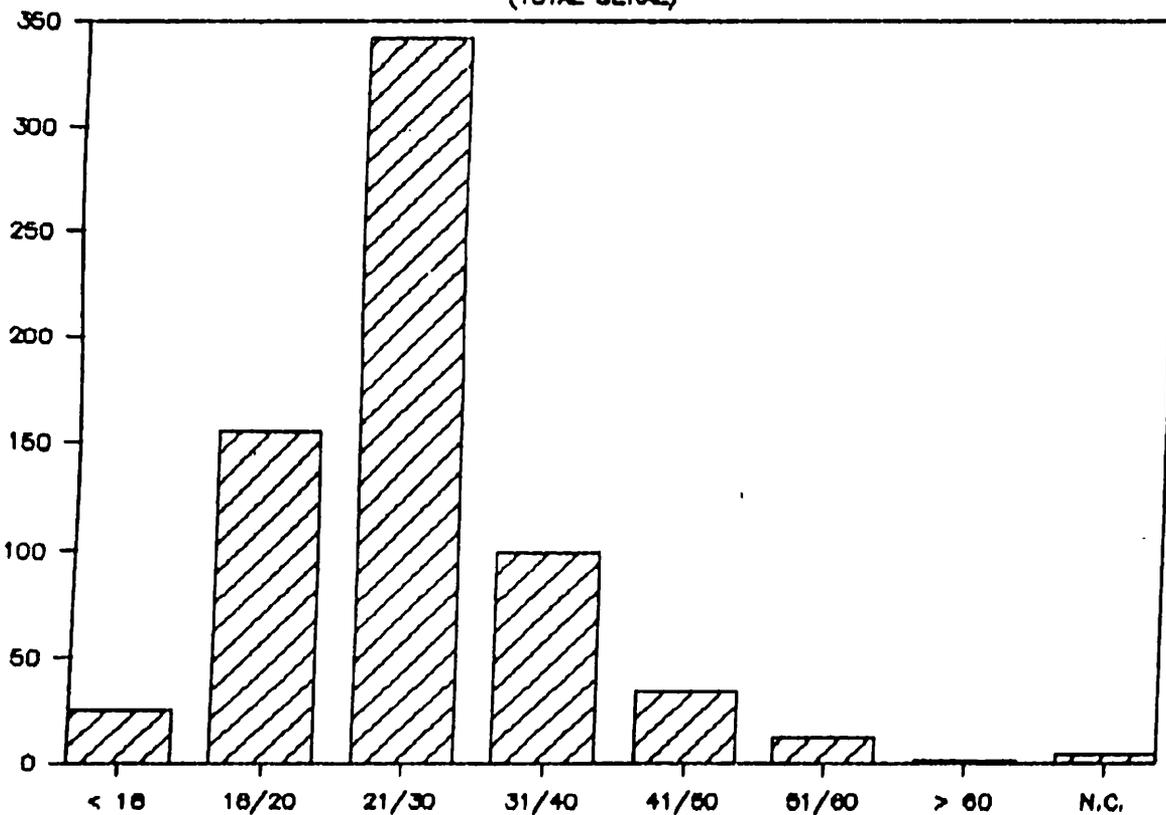
Há registros de menores de 18 anos no Presídio, no aguardo do juiz de menor da capital. Esses menores fogem da Febem, ficam perambulando no grande Recife, e para sobreviver furtam, sendo a maioria autuada por policiais e encaminhado para as Delegacias. Não tendo documento comprobatório de registro ou carteira de Identidade, são enviados ao Presídio e lá permanecem aguardando autorização do juiz para retornar ou não à Febem.

FAIXAS ETÁRIAS

Ano	< 18	18/20	21/30	31/40	41/50	51/60	> 60	N.C.
1979								
1980		3	5					
1981		3	8	3	1			
1982		1	10	1	1	1		
1983		4	5	3	4			
1984	1	2	11	2	2			
1985		13	24	3	3	1		1
1986	2	9	27	6	3			
1987	9	22	51	17	3	3	1	1
1988	6	56	80	19	7	3		
1989	7	43	121	46	11	4		2
Total ->	25	156	342	100	35	12	1	4
Parc. ->	3,70%	23,11%	50,67%	14,81%	5,19%	1,78%	0,15%	0,59%

GRÁFICO 3

Faixas Etárias
(TOTAL GERAL)



Na tabela 6 e gráfico 4 representativos de grau de instrução, no P.P.A.B. o percentual de analfabetos corresponde a **38,96%** da população, seguido de **30,96%** de indivíduos com o curso Primário concluído ou incompleto. Vale ressaltar que a leitura dos dados não significa que os **30,96%** ler e escreve, muitos apenas assinam o nome, apesar de haverem frequentado escolas públicas.

A correlação dos dados de escolaridade com faixa etária de 21 a 30 anos mostra um percentual de **39,47%**, relativo a indivíduos jovens analfabetos que frequentaram ou não a escola, denunciando assim a fragilidade da política educacional.

A escola não lhes pertence. Não existe um espaço para as camadas sociais que representam a miséria.

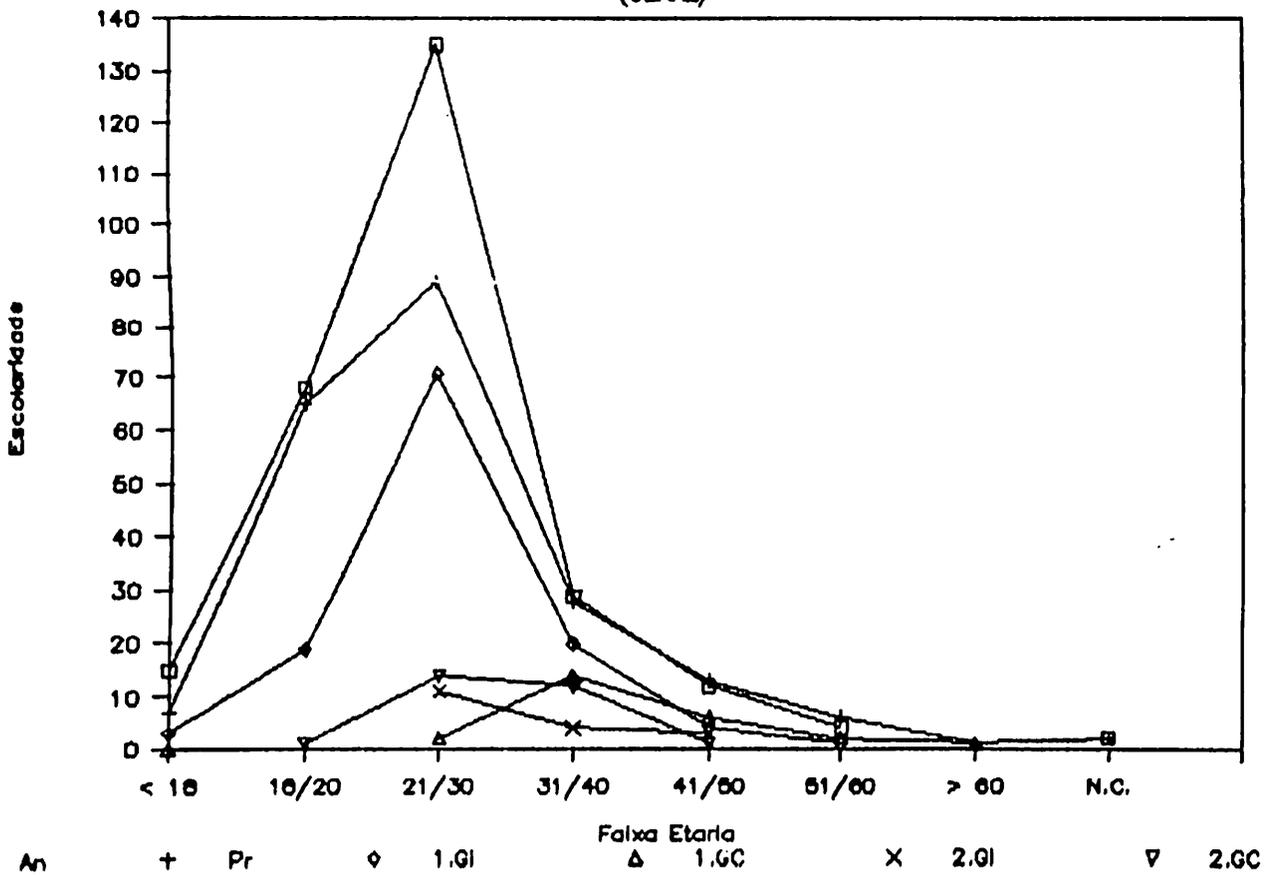
TABELA 6

GRAU DE INSTRUÇÃO / IDADE (GERAL)

Escol.	< 18	18/20	21/30	31/40	41/50	51/60	> 60	N.C.
Analf.	15	68	135	29	12	4		2
Prim.	7	65	89	28	13	6	1	2
1oG Inc.	3	19	71	20	4	1		
1oG Com.		2	14	6	2	1		
2oG Inc.			11	4	3			
2oG Com.		1	14	12	1			
Sup Inc.			1					
Sup Com.			4	1				
N/C			3			1		
Total ->	25	155	342	100	36	12	1	4
Perc. ->	3,70%	22,96%	50,67%	14,81%	5,33%	1,78%	0,15%	0,59%

GRÁFICO 4

Escolaridade/Faixa Etária (GERAL)



Na tabela 7 e gráfico 5 referentes à categoria de estado civil, a população do P.P.A.B. é representada por **22,37%** de casados e **75,56%** de solteiros. No entanto, a análise qualitativa mostra o número elevado de filhos por casal, tanto na categoria casado como na de solteiro. Na população dos casados o percentual com filhos é de 19,11% e na de solteiros é de **21,93%**, não significando isso que sejam responsáveis pela manutenção financeira e educacional dos filhos.

A categoria solteiro com filhos evidencia serem estes de várias relações, sem paternidade responsável pela manutenção das crianças, que ficam sempre sob a responsabilidade da mãe ou avós e até dos órgãos assistenciais do Estado (Febem). Na população de casados esse registro foi menos significativo.

É pertinente sublinhar que a população de solteiros é considerada a mais jovem, estando concentrada na categoria de analfabeto, o que reforça a problemática sócio-educacional em termos de direito e deveres de indivíduos que desconhecem sua identidade de cidadãos. A par da escassez da mão de obra especializada, há toda uma estrutura social de legitimação da violência, fazendo com que os mesmos não percebam a intensidade desta violência instituída, manifestando-se através da manipulação e deteriorização de um estigma.

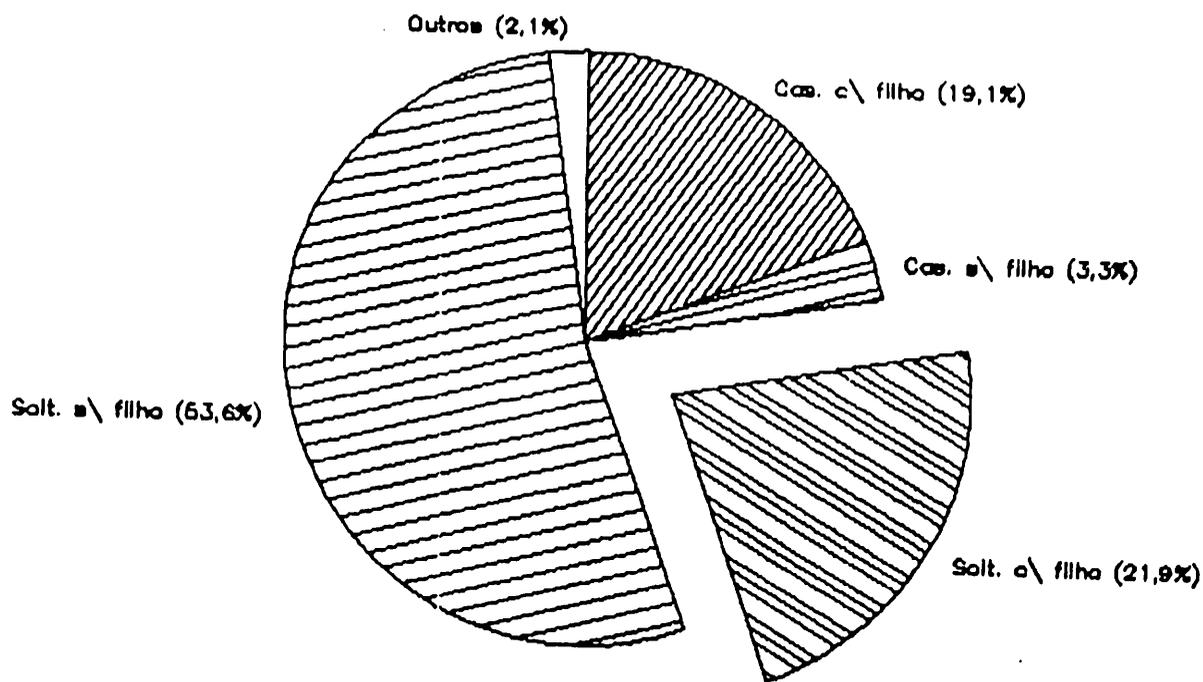
Tais análises serão aprofundadas posteriormente nos estudos dos discursos da amostra estudada.

ESTADO CIVIL

Ano	Casado		Solteiro		Outros
	c\ filho	s\ filhola	c\ filho	s\ filhola	
1979					
1980	1				
1981	6	1	1	6	
1982	4	4	2	6	
1983				6	
1984	1		8	8	
1985	11	1	3	13	1
1986	7	1	14	19	
1987	22	5	13	25	1
1988	24	6	19	54	7
1989	53	4	36	103	2
Total ->	129	22	148	362	14
Perc. ->	19,11%	3,26%	21,93%	53,63%	2,07%

GRÁFICO 5

Estado Civil
(TOTAL GERAL)



Análise da profissão da população residente no P.P.A.B.

A pesquisa registra as profissões da população no P.P.A.B., demonstradas na tabela 8, através de números absolutos e percentuais.

Cerca de 12,29% da população se considera sem profissão, visto que não participa do mercado de trabalho, por ser discriminada e por não produzir, devido provavelmente não ter emprego e nem especialização³. (Tabela 8)

Esta população discriminada e marginalizada é considerada ameaçadora à estabilidade social, devido a não contribuir e nada fazer, além de destruir e violentar a segurança.

A estrutura social não abre espaço para profissionalizá-los, pela necessidade de estigmatizar camadas sociais como violentas, escamoteando os conflitos de dominação e dominados.

Como já foi dito, os marginais têm pouca possibilidade de participação na engrenagem do mercado de capital. Por suas próprias condições de periferia, eles são identificados como responsáveis pela violência criminal, o que atende aos interesses de um sistema violento e repressor, camuflado, para não clarificar conflitos e desigualdade sociais.

O registro de 12,59% das profissões consideradas feirantes, ambulantes, camelô, biscateiros mostra não ser a falta de profissão especializada o motivo do seu ingresso no presídio e sim o fato de pertencerem a camadas sociais discriminadas.

É também significativo que a categoria autônomo, servente e sem profissão que, somados, totalizam 36,73% fazem parte de uma categoria ampla, os sem especialização. Logo, os sem especialização são os mais discriminados socialmente⁴.

(3) Consta na ficha de identificação preenchida pelos agentes penitenciários, percentual de 12,29% da população do P.P.A.B. pertencente a categoria sem profissão. Sem profissão provavelmente deverá estar relacionados sem trabalho, pois é significativo o número de pessoas que chegam ao Presídio, sem trabalho e sem especialização.

(4) Foram considerados como profissão os autônomos e serventes para ser fiel aos registros. No entanto a categoria deve ser registrada como sem especialização.

Análise da profissão da população residente no P.P.A.B.

Tabela 8.

Nas tabelas demonstradas por ano, contida no anexo do trabalho, a pesquisa registra as profissões encontradas. No entanto, ressaltamos as de maior incidência, demonstradas na tabela 8 através de números absolutos e relativos.

Profissão	Num. absol.	Num. perc.
autônomo ⁽⁵⁾	85	12,59%
sem profissão	83	12,29%
servente	80	11,85%
pedreiro	78	11,55%
motorista	56	9,62%
agricultor	40	5,92%
pintor	31	4,59%
carpinteiro	24	3,55%
vigilante	18	2,66%
eletricista	15	2,22%
encanador	8	1,18%
pol. civil/militar	8	1,18%
soldador	6	0,88%

(5) feirante, ambulante, camelô, vendedor, biscateiro, lavador de carro.

Na correlação de dados de profissão com categorias de delinquência criminal, isto é, **Primário** ou **Reincidente**, o conceito foi fiel aos registros feitos nas fichas individuais' realizadas pelos agentes Penitenciários.

É importante sublinhar não haver índice significativo na reincidência da criminalidade com tipos de profissão. (Tabela 9). A iniciação na criminalidade é mais freqüente na ausência da profissão; não podemos deixar de considerar o fator da discriminação social. Não podemos correlacionar movimento de pobreza com marginalidade, o que confirmam os trabalhos realizados por Zaluar (1983).

A pesquisa reafirma suas conclusões de "que os membros de classe popular, deixam de tornar-se trabalhadores porque sua própria condição de pobre ameaça e amedronta os que lhes poderiam fornecer emprego. Os pobres são perigosos, antes de efetivamente o serem ao optar pela vida do crime, um círculo vicioso que opera como um obstáculo efetivo à obtenção de emprego" (Zaluar, 1983:256).

Profissão	Quantidade	Infrações	
		Primária	Reincidente
autônomo	85	56	29
sem profissão	83	56	27
servente	80	67	13
pedreiro	78	61	17
motorista	56	42	14
agricultor	40	36	4
carpinteiro	24	18	6
vigilante	18	16	2
eletricista	15	12	3
encanador	8	6	2
pol. civil/militar	8	8	-
soldador	6	5	1
outros

A pesquisa registra que **76,29%** da população estudada é considerada **primária** e **23,70%** **reincidente**, (Tabela 10) sendo que o maior índice encontrado de **reincidência** foi com relação a **assaltos** correspondendo a **50,62%** seguido de **22,5%** de **roubos e furtos**, **25%** de **homicídios e ferimentos** e **11,25%** de **infração correlacionada com tóxico**.

Vale ressaltar que as infrações vêm sempre acompanhadas por outras de maior ou menor complexidade.

Nos estudos relacionados com a **categoria Primária**, a pesquisa revela **36,1%** correspondente a **assaltos**, **10,6%** a **roubos e furtos**, **23,1%** a **homicídios**, **6,7%** a **ferimentos** e **4,4%** a **infração com tóxicos**. Não é nossa proposta estudar as categoria **Primária** e **Reincidência**. Há, no entanto, registros de dados percentuais, que podem vir a se constituir posteriormente num espaço para estudo e aprofundamento da questão, principalmente nas reincidências de infrações, como assalto, roubo e furto, após permanência por período longo no presídio e penitenciária.

A pesquisa denuncia o aumento da criminalidade na categoria **Primária** com relação a assalto, tentativa ou prática de homicídios, sendo importante relacionar essa tendência com o empobrecimento econômico do Estado e as poucas condições de trabalho digno.

TABELA 10

CORRELAÇÃO ENTRE CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS E CATEGORIA PRIMÁRIA E REINCIDENTE

Ano	Primária			Reincidente		
	Capital	Interior	Estado	Capital	Interior	Out. estados
1980	-	-	-	4	4	-
1981	1	-	-	6	5	3
1982	-	2	-	7	4	1
1983	1	5	-	2	5	3
1984	-	4	1	7	5	1
1986	10	15	3	12	7	-
1987	28	43	7	19	9	1
1988	68	70	10	12	8	3
1989	101	105	13	10	2	-
Abs.	213	263	36	83	63	14
Perc.	31,55%	38,96%	5,33%	12,29%	9,33%	2,07%

Os registros de **675 presos**, permanecendo no presídio mais os que estavam em trânsito para serem encaminhados a penitenciárias ou comarcas do interior, evidenciavam uma superlotação; O presídio tem capacidade para abrigar **471 presos** o que excede ao seu limite gerando sérios problemas. É grande o número de adultos, jovens ociosos. Mesmo que cada um deles tivesse vários processos a responder em diferentes varas criminais, a morosidade da justiça por si só não poderia ser responsabilizada pela permanência de presos desde 1980, aguardando julgamento. Há registro, nos movimentos diários, da não apresentação do preso à justiça por falta de transporte, combustível, munições, e número insuficiente de agentes penitenciários ativos como justificativa para a não realização do trabalho.

São do conhecimento público, através da imprensa, os depoimentos de autoridades competentes que fazem referências às dificuldades existentes em relação ao pessoal disponível nos quadros, bem como, à preparação dos mesmos às precárias condições de armas, e munições.

Levantamento oficial realizado em julho de 1989 mostra que o P.P.A.B dispõe de :

- . 46 revólveres calibre 38
- . 38 em condições de uso
- . 08 revólveres quebrados
- . 04 espingardas calibre 12 (02 em condições de uso e 02 quebrados)
- . 15 rifles calibre 44 (15 completos e 02 incompletos)
- . 222 cartuchos calibre 38 (208 completos, 12 deflagrados e 02 pinados)
- . Não existiam na ocasião cartuchos calibre 44.

Os dados acima referidos, como morosidade da justiça, dificuldade de pessoal e armamento deficitários, devem atender a interesses institucionais, uma vez que tal prática se perpetua.

Não é preciso vincular armamento e número efetivo de pessoal, com a permanência do preso nos presídios, pois, quanto menor a lotação, maior a facilidade para administrar. Mas, administrar uma instituição penal pode estar vinculado ao atendimento de função da polícia que seria a de intervir com armamento, pela necessidade de existência do aparelho policial repressor.

Também a superlotação provavelmente deverá atender aos interesses institucionais, como o de reprimir movimentos internos com postulados policiais repressivos, o que justificaria a permanência da polícia, reforçando o fato de ser esta população responsável pela violência social à medida que amontoa adultos jovens, ociosos e agredidos em ambientes fechados, sem condições de falar e expressar suas insatisfações, a não ser através das práticas de tentativas de fugas ou motins para rebelar-se.

Como faz referência Machado (1978), nos seus escritos sobre prisão: "A cadeia é um espaço fechado onde os presos são amontoados. Amontoamento que representa um perigo na medida que pode significar a formação de um bloco de resistência e de degradação; como também porque possibilita que os prisioneiros possam tanto planejar fugas possíveis de maior sucesso quando atuar uns sobre os outros no sentido de elevar todos na escola do vício". (Machado, 1978:318).

O amontoamento poderá corresponder à representação da continuidade do crime, estendendo-se para além do espaço físico da cela e indo até à confusão de idéias e revoltas, que vão sendo amontoadas no espaço psíquico e social de cada um.

Machado(1978), destaca que "aglomeração significa, portanto, impossibilidade de ordenar a comunicação entre os prisioneiros que então podem estabelecer uma rede que impossibilita o conhecimento e o controle que os constitui como bloco, como um todo indiferenciado e opaco à penetração dos olhos e do braço da justiça rebelde ao conhecimento do erro e à submissão" (Machado, 1978:319).

É um círculo vicioso, o das tentativa de fugas, des-

respeito às normas hierárquicas, e o conseqüente castigo. O grupo rebela-se pelas agressões físicas que recebe e iniciam-se os movimentos internos de rebeliões, que vão de encontro ao regulamento da casa.

A representação da violência é feita através dos registros das marcas no corpo. Mas, o que leva à não representação social da violência, através das práticas do dia-a-dia instituídas pelo sistema?

Os presos provavelmente tentam através dos motins, falar e reivindicar melhores condições de vida e maior respeito à sua dignidade humana.

Verificamos que mais de 10% (11,6%) do total de presos registrados foram castigados no P.P.A.B no período de 1979 a 1989. Estes dados foram obtidos através do levantamento realizado nos movimentos diários⁶ e fichas disciplinares. (Tabela 11).

Tais anotações são feitas pelos agentes penitenciários e as informações chegam à direção através do chefe de disciplina, que determina o tempo de permanência no castigo. Ao diretor cabe acatar ou não a decisão da chefia.

Como já foi referido anteriormente, a superlotação no P.P.A.B., facilita o clima de intranquilidade propiciando conflitos internos entre os presos, e entre presos e instituição.

Observa-se na tabela 11, que, quanto maior o número de presos, menor o número de pessoas castigadas, provavelmente os dados omitidos das fichas disciplinares acobertam interesses outros, não denunciando dados que possam comprometer a violência instituída, pela omissão de fatos existentes e não oficializados.

Vale ressaltar que os dados são significativos quanto às características da postura assumida pelas direções nes-

(6) Movimento diário é uma espécie de formulário onde devem ser registradas diariamente, as ocorrências relativas a cada preso, assim como as penalidades a ele imputadas diante das infrações às normas do P.P.A.B.

ses períodos, oscilando entre o autoritarismo, e posturas humanísticas. A primeira, ao permitir a utilização de práticas de torturas, segundo dados obtidos através de informações dos presos e outros segmentos e uma prática mais humanística como a proposta de resgatar a dignidade do preso, sendo as ocorrências de espancamento e torturas provavelmente sem a autorização e acato da direção.

Fausto. (1984) sublinha nos seus estudos sobre criminalidade em São Paulo, dúvidas em torno do significado das estatísticas que vão desde a negação e omissão de dados, até questões mais complexas, com a finalidade de camuflar a discriminação social dos aparelhos ideológicos do Estado, para com a população pobre, dominada pelo sistema mantenedor da violência "as estatísticas referentes a prisões, ou a processos criminais, correspondem ao nível da atividade policial e judiciária variável em função da eficácia: A questão da eficácia não é apenas técnica, mas está ligada à discriminação social e às opções da política repressiva. (Fausto, 148:18).

São danosas as lacunas, as faltas de informações contidas nos fichários e arquivos. Constatamos ausência de dados e levantamento estatístico no P.P.A.B., mas estes fatos podemos relacionar com questão do poder e controle institucional, pois estatística denuncia uma realidade social e para evitar a leitura institucional, utilizam-se artifícios omitindo ou negando informações. É pertinente articular o pensamento com pontos levantados nas análises feita por Foucault, (1986) que para entender a instituição penal não é necessário limitarmos aos discursos formulados e sim às estratégias do funcionamento, os discursos não formulados, mas vivenciados, pois são esses que asseguram a permanência da instituição.

Sublinha Foucault que "a mecânica do poder, atinge os indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana" (Foucault 1986:131).

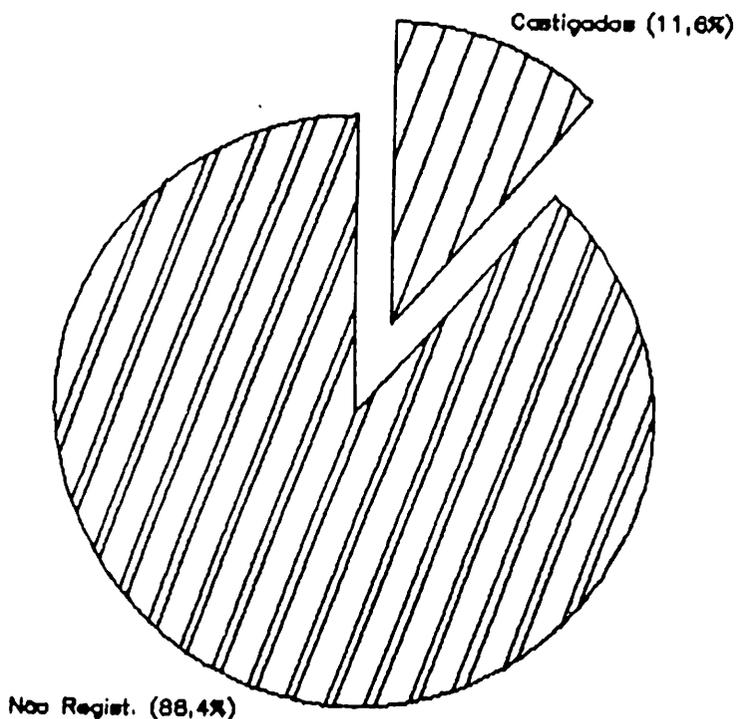
A omissão e ausência de dados atende a estratégias outros, até mesmo de questionar sobre a inutilidade de um serviço prisional.

CASTIGADOS E NÃO REGISTRADOS

Ano	Total	Castigados	Nao Regist.	% Cast.	% Não Reg.
1979					
1980	8	1	7	12,50%	87,50%
1981	15	5	10	33,33%	66,67%
1982	14	4	10	28,57%	71,43%
1983	16	5	11	31,25%	68,75%
1984	18	4	14	22,22%	77,78%
1985	45	20	25	44,44%	55,56%
1986	47	13	34	27,66%	72,34%
1987	107	14	93	13,08%	86,92%
1988	171	5	166	2,92%	97,08%
1989	234	7	227	2,99%	97,01%
Total ->	675	78	597	11,56%	88,44%

GRÁFICO 6

Castigados e Não Registrado
(TOTAL GERAL)



Observamos nas fichas disciplinares os registros das práticas da violência interna, assim como dos instrumentos utilizados:

- . Lesão corporal
- . Violência contra companheiro de Cella (agressão física)
- . Seqüestro de Diretor e profissional técnico (dentista)
- . Estupro entre companheiros de cela
- . Luta corporal na enfermaria de preso com preso
- . Luta corporal entre preso e agente
- . Tentativas de homicídios
- . Homicídios
- . Incentivo a movimentos de motins e quebra das paredes dos pavilhões
- . Construção de tunel (operação tatu)
- . Retirada dos combogós das paredes dos pavilhões
- . Prática de assalto entre companheiros
- . Desrespeito às normas internas (Direção)
- . Tráfico de maconha
- . Desrespeito à Polícia Militar
- . Desrespeito aos Agentes Penitenciários (Agressão Verbal)
- . Prática de Motim
- . Porte de faca peixeira (8 polegadas)
- . Porte de arma de fogo na cintura
- . Porte de pólvora (explodir paredes)
- . Porte de colher de pedreiro (feriu companheiro)
- . Porte de ferro e chuço⁷
- . Agressão com barrote
- . Posse indevida de lençol levando à agressão entre companheiros de cela

(7) Chuço - objeto cortante fabricado pelos próprios presos, geralmente de ferro.

- . Garrafada na cabeça do companheiro
- . Porte de canivete

Registros de castigos de acôrdo com as infrações cometidas

a) **4 dias de Isolamento**

- . Ludibriou a guarda do presídio, falou que foi mordido de cobra, foi para o hospital e lá não assumiu o acidente.

b) **5 dias de Isolamento**

- . Falta considerada grave
- . Jogando porrinha com agente Penitenciário

c) **7 dias de Isolamento**

- . Furtou lençol do companheiro para utilizá-lo
- . Fumando maconha

d) **10 dias de Isolamento**

- . Incentivo a realização de motim (contra a direção)
- . Maconha
- . Luta corporal considerando que portava arma na cintura
- . Agressão ao companheiro
- . Construção de tunel

e) **15 dias de Isolamento**

- . Tumulto
- . Maconha
- . Porte de chuço
- . Agressão interna
- . Violência contra companheiro de cela
- . Luta corporal

f) **20 dias de Isolamento**

- . Falta gravíssima: portador de chaves falsas
- . desobediência às normas do presídio
(desobedeceu a ordem da fila)

. Ingestão de álcool

g) 25 dias de Isolamento

. Falta de respeito com os agentes da disciplina

h) 30 dias de Isolamento

- . Luta corporal
- . Vendendo e fumando maconha
- . Desobediência à chefia da guarda
(Negou nome e número do pontuário a guarda de plantão)
- . Ameaça verbal de agressão física ao agente
- . Ameaça verbal de fuga
- . Roubou o companheiro (recebeu um sapato para vender, vendeu e não entregou o dinheiro ao preso que era dono, jogou o dinheiro no bicho).
- . Ameaça de agressão ao companheiro com chuço.
- . Tentativa de agressão física contra agente penitenciário
- . Agressão verbal (palavra considerada de baixo calão, dita ao agente)
- . Desrespeito ao agente penitenciário (chamou o preso por apelido)
- . Fuga
- . Falta gravíssima: portador de instrumento cortante
- . Fuga em massa
- . Ferimento ao companheiro
- . Burlou a vigilância da segurança (foi até o portão e falou com a família)
- . Tentativa de fuga
- . Tentativa de estupro no cárcere
- . Fazendo críticas à administração (consideradas infundadas).
- . Cheirando loló
- . Tentativa de homicídio (falta grave)

- . Portador de chuço
- . Portador de pólvora
- . Sequestro
- . Retirando combogó das paredes

i) **60 dias de Isolamento**

- . Falta gravíssima: danificou porta da cela
- . Desobediência à disciplina do presídio
- . Burlou a vigilância para tentativa de fuga

j) **90 dias de Isolamento**

- . Portador de bebida alcóolica no presídio

Castigos sem registro do tempo de Isolamento

- . Agressão aos companheiros de cárcere
- . Agressão física com chuço
- . Roubo nas celas
- . Desobediência à disciplina do presídio
- . Portador de faca peixeira
- . Lesão corporal

Da mesma forma como foram relatadas as práticas de violência entre os presos, foi feito o levantamento das práticas e dos instrumentos utilizados pelos agentes penitenciários no P.P.A.B.

- . Espancamento com fio de virola
- . Palmatória
- . Choque elétrico
- . Borracha de extintor de incêndio
- . Espancamento nos testículos
- . Pisoteamento dos presos
- . Barrote de ferro e madeira
- . Quebrar armas nas costas
- . Queimaduras de cigarro
- . Queimaduras com vela
- . Bacia sanitária, utilizada para prática de sufocamento

- . Pau de arara
- . Pontapé nos rins, estômago.

Conseqüência físicas de tais práticas:

- . Morte
- . Hidrocele
- . Hemorragias
- . Fraturas
- . Hematomas, contusões e sangramento
- . Perda de dentes
- . Cicatrizes pelo corpo.

(Dados obtidos através das entrevistas e contatos diretos com presos internados na enfermaria do P.P.A.B.)

Dentro do perfil etnográfico do P.P.A.B., foram vistas a sua história, características e propostas, sendo levantados os pontos relevantes quanto à questão da violência instituída e legitimada, tanto por parte dos presos, quanto por parte da instituição.

Traçado um perfil social dos seus residentes, o próximo passo consistirá no estudo e análise de uma amostra representativa desta população, retrocedendo-se à sua infância, adolescência, e ritual de passagem, marco de iniciação à vida criminal.

••

"Quando seu moço nasceu meu rebento
Não era o momento dela rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome para lhe dar
Como fui levando não sei lhe explicar
Fui assim levando, ele a me levar
E na sua meninice ele um dia
me disse que chegava lá
Olha aí, olha aí, aí o meu guri"

(CHICO BUARQUE)

Ritual de iniciação à vida do crime

Na amostra escolhida para realização das entrevistas⁷ constatou-se a fragilidade econômica da família, predominando as condições de extrema privação vivenciada na infância e adolescência.

A maioria dos entrevistados teve que enfrentar o mercado de trabalho desde cedo, sem possibilidade de escolha, necessitando assumir qualquer tipo de trabalho não qualificado para complementar, a renda familiar: quase todos, filhos de famílias numerosas, com pai e mãe atuando no mercado de trabalho não qualificado, de origem pobre da zona urbana, sem acesso a escola, filhos de analfabetos ou de pais com formação primária.

Foi constatado que a figura masculina tem maiores possibilidades de acesso ao trabalho qualificado nas profissões de pouca ascensão profissional.

Na zona rural os filhos dedicam-se inicialmente ao cultivo da terra juntamente com os pais. Mais tarde, diante das poucas oportunidades de trabalho no campo, deixam a família na adolescência, ou quando adulto jovem, em busca de melhores condições de sobrevivência.

Foi freqüente o relato da infância, a afirmação de ter de pegar no "**pesado**", na enxada para sobreviver, em terras arrendadas de terceiros.

"Saiu do interior para trabalhar
gostava da terra e ganhava pouco.
A gente trabalhava e ele ficava com
tudo e eu não tinha nada, me revoltei
e saí para Recife"

(P.P.A.B. 1987, 27 anos, art. homicídio)

(7) Entrevistados 45 presos, correspondendo a 6,66% do universo pesquisado.

O pai ficava com tudo, para sustentar a família numerosa, exigindo esforço de todos, mas não havia depois a divisão do "lucro" com os filhos o que acarretava revolta.

Não havendo lucro, todos se sentiam explorados. Pai e filhos eram marcados pela exploração do dono da terra.⁸

Apesar de serem sempre filhos de família numerosa é freqüente o registro de terem sido abandonados pelos pais após nascimento ou na infância, tendo a mãe assumindo sozinha, sua educação, e, em várias circunstâncias buscando novas relações afetivas, na ilusão de encontrar proteção econômica, isto é, suporte para moradia e alimentação, constituindo outra família, e repetindo as situações de abandono.

Como relatam João, José e muitos Severinos

"iguais em tudo na vida
morremos de morte igual
mesma morte severina
que é a morte que se morre
de velhice antes dos trinta
de emboscada antes dos vinte"

João Cabral de Melo

"Não conheci pai, nem mãe, me
jogaram na maternidade e
fui adotado" (P.P.A.B entrada 1983/1985
24 anos, art. furto e assalto) (4 anos sem ir a justiça)

"Pai deixou mãe desde que ela
ficou grávida de mim, ele nunca
ligou para mim, não queria
que eu nascesse. mãe casou-se
de novo" (P.P.A.B. há 3 anos, 29 anos, analfabeto, art. homicídios)

(8) A situação da terra é tão dramática que há uma quebra frente aos padrões característicos da unidade camponesa.

Meu pai é um cabra safado, só
 soube me fazer, sai de casa
 bebia muito e batia na gente". (P.P.A.B. desde 88,
 17 anos, analfabeto, art: homicídio)

Minha mãe me deixou quando
 eu não andava ainda, ela casou-se
 de novo" (P.P.A.B 1980; 1986, 1988
 31 anos; analfabeto, art: assalto)

"mãe morreu quando eu tinha
 1(um) ano, fui criado por aí,
 pelo mundo (P.P.A.B desde 1987;
 37 anos; alfabetizado; art: assalto, anteriormente latrocínio
 (18 anos de reclusão) fugitivo/em 1987).

"Mãe me colocou no juizado
 e criou os filhos padastro"
 (P.P.A.B. desde 88, 27 anos; art: assalto, anteriormente tóxico)

É freqüente na constelação família os irmãos serem resultado de varias relações afetivas e nelas há pouca ou nenhuma participação da figura paterna na educação dos filhos.

A mãe têm que enfrentar o nascimento e a criação deles, sozinha, às vezes com apoio da família, mas são sempre considerados **"mais uma para sustentar"**, trazendo transtornos por causa das péssimas condições sócio-econômicas existentes.

A pesquisa comprova os estudos realizados por Parry Scott, no que se refere à sobrevivência das famílias de baixa renda no Recife.

"A situação de pobreza força o ingresso precoce dos jovens no mercado de trabalho, sem capacitação ou qualificação levando à reprodução da estratégia através de gerações"(Scott, 1983:71,

Em virtude da sua qualificação profissional, tem que trabalhar em atividades domésticas, como: cozinheira, lavadei-

ra e ou faxineiras, passando o dia, ou mesmo a semana, fora de casa ficando sempre uma irmã, ou um irmão mais velho como responsável pela educação dos filhos. Noutras vezes, isso fica por conta de alguém da comunidade ou de instituições assistenciais do Estado (Febem).

O trabalho doméstico passa a ser feito por outro membro da família, em virtude da mãe estar trabalhando fora de casa e é ele responsável pelo salário para à manutenção dos filhos. "É ela que permite a reposição de energia gasta na obtenção de renda e é o que reproduz os trabalhadores de hoje e de amanhã (Scott, 1983:73).

Os filhos têm que enfrentar desde cedo o trabalho como **"biscateiro"** para complementar a renda familiar, não tendo reconhecimento nem proteção das leis trabalhistas.

"Quando criança vivia pegando frete para ajudar dentro de casa, trabalhava sem dinheiro ou com dinheiro, para não faltar o pão. Batalhava muito". (P.P.A.B. desde 86,24 anos, art: assalto).

"Sou filho mais velho, na minha casa eu dormia com fome, as vezes comia uma vez e passava o dia ajudando numa oficina. O que ganhava comprava feijão e farinha. Era para minha mãe e irmãos, não podia comprar fiado, não podia pagar.

Quando precisava do médico era um sufoco, fazia o que os vizinhos ensinava na favela. Não tinha carteira assinada na maioria dos trabalhos. A fome fazia parte do sofrimento da minha família. Um dia cansei de passar fome". (P.P.A.B desde 1980; 29 anos, curso primário, art: assalto e homicídio).

Tendo que enfrentar o trabalho desde criança, a escola passa a ser secundária, frente à necessidade de ganhar dinheiro.

Muitos não chegavam lá e os que a frequentaram, em sua maioria não conseguiram concluir o curso primário, aprenderam a escrever o nome.

"Trabalhava vendendo café no centro da cidade, tinha dificuldade de dinheiro. Fui para a escola, não ficava porque não aprendia ler, não aprendia mesmo. Não entrava leitura na minha cabeça". (P.P.A.B. desde 1981; 33 anos; analfabeto; art: homicídio e assalto).

"Desde 9 anos trabalhava na enxada, é pesado, mas nunca faltou comida porque a gente plantava. Fui para a escola com 9 anos e nunca saí da 2. série. É tão difícil aprender a ler e escrever". (P.P.A.B. desde 1983; 26 anos; art: homicídio).

"A produção doméstica, tal como se pratica entre população de baixa renda de área do Recife, constitui um conjunto de estratégias de sobrevivência e complementação de renda resultante da exclusão ou subutilização efetuada pelo capitalismo modernizador, de grande parte da população economicamente ativa, submetida, por conseguinte, a regime de superexploração de sua força de trabalho potencial". (Scott, 1983:80).

A exigência no excesso de deveres e responsabilidade, imposta ao menor, sem o cuidado com os seus direitos na aquisição de condição básica de sobrevivência se constitui num processo de violação à sua condição de criança, ignorando sua necessidade de proteção institucional.

A eles foram negados assistência educacional, saúde, habitação e segurança, bem como o direito inerente de brincar e de participar em grupos na sua comunidade, sem ter que trazer para casa o sustento dos irmãos.

"Apanhei muito de pai e mãe, porque era traquino, desobedecia, apanhava de corda, mas não adiantava nada, gostava de brincar, pisar na plantação e atirar com badoque". (P.P.A.B. desde 1983; 26 anos, art: homicídio).

"Mãe espancava muito queria que fizesse o serviço de casa, não deixava soltar papagaio e jogar bola de gude. Eu era danado, dava nos colegas de rua e lasquei a cabeça de gente. Fui bandido desde cedo, quando mãe me botou no juizado de menor". (P.P.A.B. condenado 29 anos; 26 anos; art: homicídio/assalto).

Foram frequentes os relatos de revolta por fome, e privação vividas na infância e adolescência, quando não suportando a vida de miséria, deixaram a família, partindo em busca de novas possibilidades.

"Lá em casa dormia com fome, não tinha comida para todos" (P.P.A.B. 1988, 31 anos, art: arrombamento. Anteriormente P.P.A.B 1980 a 1986/mesmo artigo).

"Pai vivia bêbado e me obrigava acordar às 3:00 da madrugada para começar a trabalhar" (P.P.A.B. 1985, 31 anos, analfabeto, art. arrombamento).

É significativo nas histórias relatadas ausência e omissão dos pais na responsabilidade de criá-los, sendo bem mais freqüente ausência da figura paterna. ,,

É como se o social exigisse do homem apenas a condição de gerar o filho, desimcumbindo-o de participar da sua formação sócio-educacional e do próprio sustento financeiro. Mas, pode ocorrer o inverso, a fuga e descompromisso diante da impossibilidade de assumir o filho. O não ter sido assumido poderá ser revertido em não conseguir assumir a paternidade, bem como as próprias condições de vida, dificuldade de conseguir emprego pode ser o motivo da fuga.

Para a mulher torna-se até mais fácil ter o filho, pois é ela que carrega no ventre, o que dificulta o afastamento do problema. Opção de aborto tem outras conseqüências, pois desconhecem na maioria das vezes regras de controle da natalidade. Opta pelo sustento do filho, torna-se mais viável, diante de maior oportunidade de emprego, devido possibilidade de atividades domésticas.

A figura materna aparece no discurso num misto de afeto, e gratidão, revolta e acusações.

Nessas leituras perpassa a revolta quando se referem aos espancamentos sofridos na infância.

À mãe faz registros de tudo responsabilizando-se pelas tristezas e transtornos causados. Nas observações de campo, constatou-se ausência da figura paterna nos dias de visita, cabendo à mãe estar presente em todos os momentos, até mesmo quando são castigados e agredidos internamente.

"Mãe batia muito, eu fugia da escola para bater bola com os meninos da favela. Ela só queria o bom para mim" (P.P.A.B. 1981, 27 anos, assalto, Primário).

O social predestina a criança pobre a ser o adulto marginal, sendo freqüente nos relatos ligados às questões lúdicas a presença dos castigos, espancamentos e censuras determi-

nando o não poder fazer. No fazer estaria implícito a marginalidade.

As transgressões seriam as representações sociais de iniciação à vida criminal, impostas desde o nascimento.

Existe um duplo movimento: o desejo de transgredir, agredindo um sistema que não o reconhece como indivíduo, com direitos iguais aos de outros, e o desejo de ser o "bandido" pela vinculação deste à identidade social.

Nascidos nas periferias estão fadados a ser o que a sociedade impõe e espera que eles sejam.

A relação materna, estruturada na culpa, é frágil, com relação aos limites que não lhe foram dados.

A história não é um movimento isolado, tende a repetir-se, durante o processo de vida. Faz-se necessária uma intervenção, mas, como intervir diante da omissão da sociedade e o acumpliciamento do Estado?

É constante na amostra estudada a omissão paterna, ficando os filhos, sempre, sob a responsabilidade total da mãe e de outros familiares, passando fome e privação, após a prisão do pai. Trabalhando desde cedo para complementar a renda familiar e sendo conseqüência de várias relações afetivas, provavelmente eles repetirão as histórias, diante das identificações sociais. Não terão acesso à escola e se a frequentarem irão apenas aprender a escrever o nome.

A mulher, diante da indefinição da justiça, ou das condenações por longo tempo, abandone os bandidos e busca novas relações que possam ampará-la, e amenizam a carga que a sociedade lhes impõe.

"Se eu demorar uns meses,
convém às vezes você sofrer;
mas, depois de um anos eu não vindo
ponha a roupa de domingo
e pode me esquecer"

(Chico Buarque)

No P.P.A.B. novas relações vão ser vividas, novas crianças vão nascer e as histórias se repetirão, perpetuando avio
lência.

"Saí de casa tinha 17 anos, fui morar fora.

Depois me casei passei 7 anos com ela. Vim para cadeia e mandei embora, não po
dia sustentar ela.

Tive dois filhos com ela, mandei que arranjasse um homem para criar os filhos.
Ela está vivendo com um cara pior que eu. Tenho outra mulher arranjei aqui, ela tem 1 filho
meu e espera outro"...

(P.P.A.B. desde 1987, 25 anos; analfabeto; art: homicídio).

Anteriormente P.P.A.B. 1983:1984, art: homicídio)

O social lhe impôs o tornar-se bandido, antes mesmo
que ele viesse a sê-lo.

A violência já lhe fora mostrada anteriormente, quan
do da negação do seu direito de ser criança, sem espaço para
brincar, deixado às margens dos programas de educação, saúde e
justiça.

Pela violência cometida na sociedade, ele irá ser pu
nido, em obediência às leis do sistema que penalizam essa vio
lência.

Teoricamente, a proposta formal do presídio é a ree
ducação do preso.

Convivendo lá com normas violentas legisladas e auto
rizadas pela Instituição, ele também institui e legitima a vio
lência como forma de sobreviver.

Violência simbolicamente representada na morte indi
vidual e coletiva é analisar a violência instituída e legitima
da e as estratégias de sobrevivência desta população que legis
la e institui normas e obedece a uma ordem institucional.

CAPITULO IV

"A cadeia não regenera ninguém
Revolta e aperfeiçoa mais a
pessoa a matar.

É uma industria de marginalização
não tem trabalho, só se faz o
que não presta".

(P.P.A.B. desde 1980, 27 anos, alfabeti-
zado, assaltante).

MALANDRAGEM: LEI E CÓDIGO DE HONRA

A instituição tem princípios básicos que fundamentam a estrutura social da organização, além de reger e instituir normas e valores para quem dela faz parte.

O Presídio é o local de guarda do preso provisório, considerado infrator diante dos princípios que regulamentam o código penal brasileiro. Os presos respondem a tal legislação e também às determinações de uma direção que institui e exige o cumprimento de suas normas.

Além do regulamento da Instituição os presos estabelecem, por eles mesmos, um conjunto de regras que, quando não cumpridas, acarretam sanções, que variam desde punições como uma simples rejeição ou isolamento do grupo, até à morte.

Dependendo da gravidade da falta cometida, a morte é legitimada e aceita pelo grupo, pois o preso, tem, nessas regras, as leis que instituem a "malandragem", e regulam a ordem na convivência diária.

A "malandragem" é considerada a marca de um grupo organizado que luta por melhores condições de vida, condições, que incluem desde as reivindicações de melhoria na alimentação até à circulação do tóxico no presídio.

Possuindo códigos rígidos e posições definidas quanto à questão da disciplina interna, eles lutam pelos direitos coletivos, sem permitir, no entanto que haja nenhuma vinculação com a polícia ou com o chamado agente penitenciário.

Os Direitos Coletivos - compreendem a ajuda mútua entre os presos, que vão, desde a transição livre da maconha, do planejamento de fuga, execução de túnel, ajuda financeira aos presos necessitados, motins, e melhoria no atendimento relativos às questões judiciais e a questões mais amplas, como saúde e subsistência.

A "malandragem" divide-se em dois grupos: o chamado "malandragem adiante" e o "malandragem do atraso".

"Adiante" é a da ajuda mútua entre os presos, respei

tando a regra fundamental que é a de não caboetar¹, e não manter vinculação com a polícia nas transações internas.

No caso específico dos presos eles elaboram um jargão, uma variante linguística hermética para não serem compreendidos pelos não iniciados.

"Quem caboeta aqui, faz pior lá fora, captura com a polícia.

"Preso é preso.

Polícia é polícia".

"Caboetar é entregar a cabeça do colega, mas está entregando a cabeça a polícia. É passar a ser o jogo da polícia.

"Fica colado na polícia, fica tão colada que parece agente da polícia. Isto desgraça a vida da gente, que vive neste inferno.

Ele atrapalha a nossa vida". (P.P.A.B desde 1984, 27 anos, analfabeto, homicídio e assalto).

"Malandragem do atraso" é a que faz a transação com a polícia. Caboeta e prejudica os movimentos internos.

"Atrasa a vida do outro, mata para ser herói, mata a troco de nada".

"Faz ligação com a polícia. Simples discussão termina em morte" (P.P.A.B desde 1986, 25 anos, analfabeto, homicida).

Ambos os grupos vivem em constantes conflitos internos e tais situações são responsáveis por brigas e até mortes.

No "adiante", as discussões e brigas são resolvidos entre eles, sem interferência da Direção e dos agentes penitenciários.

Os grupos são as lideranças do presídio, e exigem o cumprimento das regras, diante dos problemas, ou dão-lhes soluções.

"Fá comunicação com os pavilhões, quando acontece alguma coisa errada. Tem a organização, um elemento dos pavilhões fazem comunicação entre eles e decidem. A decisão pertence a um grupo, sempre do pavilhão que foi prejudicado. Não obedece, vai ser linchado". (P.P.A.B desde, 1988, 28 anos curso primario, art. assalto).

(1) Caboeta: palavra de origem árabe: AL - QAUUEB, ALCAGUETE, CAGUETE, significando delator dedo-duro.

ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE:

Na convivência do dia-a-dia, o preso responde pelo cumprimento das regras dentro das celas², regras essas impostas pelo grupo. É de extrema importância a limpeza diária, não sendo permitidos restos de comida e pontas de cigarro no chão ou em lugares inadequados. A faxina diária consiste em varrer, lavar os sanitários e, durante a semana, lavar as roupas. Há sempre um grupo encarregado disso no pavilhão, que obedece à ordem do "chaveiro" e do grupo que reside nas celas. Qualquer quebra do contrato é informada ao **chaveiro** e, caso fique decidido que o infrator não serve para conviver dentro das determinações do grupo, este é expulso. As regras às vezes são mais abrangentes, utilizando-se do escudo da limpeza para expulsar alguém. Pode acontecer do grupo não confiar em um dos seus integrantes e nesse caso o líder conversa com o "chaveiro" podendo ou não vir a expulsá-lo. Quando expulso, o preso vai procurar outra cela para ficar. No pavilhão, há sempre um que cede espaço, e no caso desse continuar, o grupo passa a tornar-se vigilante em relação a ele.

Quando da realização da faxina, o grupo determina, quais serão os presos que irão executá-la.

Há uma hierarquia, determinando quais os que fazem e quais os que ordenam, cabendo sempre na decisão aos de melhor condição financeira ou àqueles que convivem com as quebras dos contratos. Autorizado pela administração a circular pelas áreas internas do presídio durante o dia, o preso não é obrigado a permanecer trancado na cela. Ele conversa com o grupo, dentro ou fora do pavilhão, o que não prejudica aquele que dorme. É significativo o índice elevado de presos que dormem durante a manhã ou a tarde, concorrendo para isso, a ociosidade reinante. Durante a noite, eles assistem a filmes pela televisão, quer trancados no pavilhão, quer na cela de alguém que também queira assistir.

(2) CELA: lugar designado para guardar o preso.

Após servido o jantar a partir das 17:00 e depois da contagem feita pelos agentes penitenciários são todos encaminhados aos pavilhões, podendo as celas ficar abertas ou não. A obrigatoriedade é quanto ao fechamento dos pavilhões, podendo as celas ser abertas no momento em que assim o desejarem.

Não é permitido pelas normas da instituição jogar baralho, dominó ou praticar qualquer atividade lúdica que envolva dinheiro, pois isso acarreta desentendimento, agressões e conflitos entre os grupos.

Tal proibição nem sempre é obedecida, há os que jogam durante o dia a noite. As atividades noturnas são intensas, envolvendo ainda planejamentos de fugas e construções de túneis, no que colabora todo o pavilhão. Os presos denominados "**atraso**" são afastados dos pavilhões, no período que antecede as discussões.

A **solidariedade e a cooperação** fazem parte da convivência diária na comunidade dando condições para que sejam percebidos e analisados os procedimentos que podem determinar as **categorias "atraso" e "adiante"**. Essas cooperações vão desde as situações materiais como a partilha de roupas, remédios, maconha, tóxico e cigarro, às discussões envolvendo fugas, abertura de túneis, greves de fome e mortes.

Não é permitida a quebra do sigilo, mesmo havendo risco de castigo ou de outras punições maiores. Posteriormente, o grupo irá mobilizar greves de fome ou motins, em favor dos que foram prejudicados.

Ao decidirem realizar fugas através de túneis as lideranças que articulam o projeto verificam condições materiais e financeiras para a execução, e ficam decididas as regras fundamentais. Caso a polícia não permita a realização final do projeto, os culpados já são escolhidos previamente pelo grupo. As punições desses culpados serão amenizadas, pois as lideranças intelectuais ficam nos bastidores, tentando resolver, inclusive a respeito das denúncias, no caso de serem necessários, o espancamento ou pressão dos companheiros prejudicados.

... "Estava incluído na fuga. Houve problema técnico e a teimosia de uns.

Desci no túnel e vi a necessidade de fazer outro suspiro, começaram, mas não fizeram e perderam a orientação. Havia um grupo que decidia, nos últimos dois dias um deles quis assumir, a liderança errou a saída; 30 dias de trabalho, sacrifício muito grande. Houve frustração. Havia um pacto se algum deles falasse para colegas de outro pavilhão morria. Todo viciado é inconfiável, um fez muita conversa e ficou empolgado e convidou outro para fugir. Houve clima tenso, pois um deles colocou um colega do outro pavilhão no seu e escondeu.

A polícia encontrou porque saímos na frente deles. Tapamos o buraco e a polícia ouviu o barulho e viu o facho de luz. Perdi 3 kilos de tensão emocional não consigo dormir pensando nas falhas. Aqui é, não ouvi, não vi, não falei, só se fala o necessário e se ouve mais. Houve a descoberta, já tinha tudo planejado se descobrisse, mas não houve castigo, mas muita pressão.

Fizemos uma carta para o governador, relatando as conivências e transações erradas da polícia., houve amenização do nosso castigo e soltamos todos. O diretor achou por bem encerrar o problema desde que deixasse de lado as denúncias" (P.P.A.B. 2. grau 1989, 49 anos, art. receptor).

Diariamente no P.P.A.B circulam transações comerciais envolvendo muito dinheiro e cabe ao preso **"honrar seus compromissos**, ou seja, pagar o que deve por ter adquirido a maconha, alimentos nas cantinas ou objetos de uso pessoal. É freqüente a negociação para se obter dinheiro, através da compra e venda de mercadorias, inclusive das próprias roupas.

"As vezes o cara fica preso na cela, vende a roupa para comprar o que precisa, mandar para casa ou comprar uma comida melhor, espera que a família venha e ajude a pagar. Tem gente aqui que passa fome, a visita chega aqui e tira manga verde para comer de fome. Conseguir comer nos dias de visita como pode ajudar a pagar? Aí começa o inferno, não honra o compromisso, vem briga e morte" (P.P.A.B 1987; 25 anos; alfabetizado, art. homicídio).

De acordo com o tipo de infração praticada o preso poderá ser rejeitado. O grupo exige compromisso ético, não permitindo transgressões quanto ao seu código de valores morais. Existe um movimento de rejeição à infrações como o **"estupro"**.

O preso que responde a processo de **estupro** não é **respeitado pela malandragem**.

"Ninguém aqui gosta de estupro, querem bater e desmoralizar, não subi até hoje para o pavilhão, fiquei aqui na segurança, eles dão valor a quem mata e mandam recado, dizem se eu subir vão me desmoralizar (quem manda?). As pessoas que vivem com o seu artigo.

Eles só falam de matar deste tipo de gente (estupro) dizem se subir a gente

atropela. Um subiu e rebentaram com ele.

O preso é humilhado, mas é pessoa. A gente não pediu para estar aqui. Ninguém sai civilizado, sai revoltado. Piora. Me considero um infeliz sem pai, sem ninguém" (P.P.A.B. 7 meses; 49 anos, curso primário, art. estupro).

É frequente grupos de presos espancarem e até mesmo **"estuprarem"** presos que respondem por este tipo de processo, cabendo à administração intervir, protegendo-os e colocando-os na área de segurança, a fim de evitar brigas e conseqüências piores.

"Quando cheguei não fui espancado mas humilhado, mandava tirar a roupa, procurava barrote, outro vinha e mandava vestir e tomar banho (onde aconteceu?). Na disciplina, fui recebido dessa forma no P.P.A.B." (P.P.A.B há 7 meses, 49 anos, estupro).

"Fui espancado na delegacia, ponta-pé, tabefe no ouvido, com porrete e cabo de revólver, fui até ameaçado de morte, para dizer que estrupei". (P.P.A.B há 1 ano; 35 anos; art. estupro).

A pesquisadora observou que no momento da identificação do preso, os agentes penitenciários reagem com um tipo de rejeição semelhante, agredindo física ou moralmente, quando chegam no P.P.A.B casos de estupro ou homicídio de policial.

Comportando-se de forma agressiva, eles informam, ao preso que **"tome cuidado, pois vai ser espancado no pavilhão"**. Os agentes chegam à sala de identificação, às vezes em números elevados, comunicam-se rapidamente entre eles, e logo o ameaçam de espancamento dizendo inclusive: **"que o preso deveria ser morto"**.

Ao assumir a posição hierárquica através da representação da força e do poder, permeando a mensagem, que compete à categoria, os agentes penitenciários espancam, violam direitos e até mesmo matam, sendo tais posicionamentos apoiados pelos colegas.

A transmissão da mensagem compete ao grupo da polícia, assim como o controle, do poder e da força dentro do P.P.A.B.

As posturas do preso e do agente penitenciário, são idênticas. O que as distingue é a diferenciação na transmissão da ordem, uma vez que os primeiros estão sob o controle da po-

lícia que pode agir como bem entender.

O respeito ao colega da cela, é prioritário dentro da obediência aos princípios. O bandido pode e deve assaltar lá fora, para sobreviver ou pela "aventura do dinheiro fácil", mas não pode praticar assalto dentro ou fora das celas. O preso que desobedecer à tal regra é considerado infrator.

"Malandro do atraso, não respeita o colega e é capaz de fazer tudo até caboetar". (P.P.A.B. 1981; 33 anos; homicídio e assalto).

"Se eu fosse presidente botava tudo na rua por incompetência e trazia outro...

A mulher delegada e policial é desmoralização de um país...

Mulher é para cuidar de casa, filho e escritórios. Mulher não tem experiência de delegacia, tirava a mulher da revista³. A revista é grave demais...

... Os presos não gosta e esquentam na cadeia. O preso fica revoltado pela mãe e nossa mulher ficar sem roupa e olham por baixo, bota o dedo para vê se tem maconha, são sabonete⁴. Faz isto com a mãe de 70 anos. Maconha quem traz é a polícia...

Arma é a polícia. Eles ganham percentual pela maconha vendida, eles ganham a cerveja e a percentagem da venda, ganha dinheiro, bota arma para fuga e o preso paga ao agente. Na revista é feita uma geral, se chega aqui é a polícia que bota (P.P.A.B 1981; 33 anos; art. homicídio, assalto, alfabetizado).

É frequente a intranquilidade do preso quando a revista começa a ser mais rigorosa. A polícia torna-se mais violenta e justifica eficiência para o público. Apesar dos registros das entradas de maconha através da vagina, tal ocorrência é pouco significativa em termos quantitativos. Quando apreendidas é lavrado o flagrante e respondem a processo.

A "malandragem adiante" preserva a mãe e a mulher, não envolvendo com transações ilegais, "mulher e mãe ficam fora dessas coisas". (33 anos; art. homicídio, assalto).

Existe a revolta interna, diante do fato de a mulher ter que tirar a roupa para ser revista, o que é considerado humilhante, pois o corpo da mulher pertence a ele.

"Partes internas da mãe da gente e da mulher não é para ser visto por todo mundo" (33 anos; homicídio; assalto).

(3) REVISTA: denominação dada à vistoria feita em mulheres e homens, pelos agentes penitenciários, para que estes possam ter acesso ao PPAB onde vão visitar os presos.

(4) SABONETE: designação vulgar dada à prática do lesbianismo.

Na referência à figura materna, a idade avançada é sinônimo de responsabilidade, e "não pode se duvidar de uma mulher de 70 anos".

É permeada a mensagem de que o filho está preso, não porque ela quis, mas porque errou e não é cabível à mãe errar.

Com relação à mulher, o que perpassa é a questão da sexualidade, dos preconceitos morais quanto ao despir-se diante de outros. A mulher está ali para ele, seu corpo lhe pertence, não podendo ser despido e tocado nem mesmo por uma mulher. A insegurança da perda, o contraste entre o estar preso, e a liberdade da mulher o perturbam, não está sob seu controle o corpo que ele deseja.

A policial é considerada profissão de homem, o que para ele significa ser "macho". Esses preconceitos são também bastante evidentes em camadas sociais menos diferenciadas.

Uma reportagem publicada na imprensa local, relata a diminuição da burocracia a fim de facilitar o acesso da mulher ao P.P.A.B. fazendo a vinculação rápida dela com a instituição para fins de prática da relação sexual com os presos. Relata a matéria, tratar-se de mulheres envelhecidas, que, perdendo a beleza física, e não conseguindo atrair os homens nos bairros do Recife, partem para os presídios em busca de possíveis clientes. Tais facilidades têm concorrido para a ampla comercialização dos tráficos de tóxicos e exacerbação da prostituição legitimada pela instituição.

Afirma a reportagem que as mulheres estão trocando as ruas do centro da cidade pelo lucro fácil das penitenciárias.

Após a divulgação dessa matéria, os grupos de liderança do P.P.A.B reuniram-se e redigiram notas que foram publicadas posteriormente pela imprensa.

"A grande parte dos visitantes são pessoas pobres, de um poder aquisitivo paupérrimo, sem condições de se vestir bem e até mesmo com graves problemas de saúde. Por este motivo não se pode julgar essas pessoas pela aparência e linguagem pobre a ponto de se dizer que são prostitutas".

É pertinente apontar aqui a diferenciação de classes sociais. Muitas dessas mulheres são prostitutas, devido ao próprio tipo de vida levada pela maioria dos companheiros.

Ressalte-se que a "**malandragem adiante**" tem respeito à mulher que é mãe dos seus filhos, não permitindo a sua vinculação com a prostituição. O ser prostituta fora não significa sê-lo no presídio. É a sociedade quem vincula a identidade do homem pobre da periferia ao "**ser bandido**" e a da mulher ao "**ser prostituta**".

Durante o período de realização da pesquisa não houve registro de presos com posição contrária à entrada de mulheres, não as considerando prostitutas e preferindo manter relações na própria cela, a fazê-lo no espaço reservado para isso, e com tempo determinado.

Nas entrevistas realizadas com policiais da Revista, estes afirmam serem todas as mulheres revistadas, confirmando que encontram maconha nas vaginas. No entanto, há ocorrências da entrada de pessoas para visitarem presos, e circularem internamente autorizadas por outros órgãos ou mesmo pelo próprio P.P.A.B e, isentas de revistas.

O preso por ter liberdade da prática heterossexual, convive com os homossexuais de maneira preconceituosa. Não confiam nele e estão sempre alertas e vigilantes, sem que haja no entanto registro interno de mortes, ou de brigas com consequências sérias. Os homossexuais não são respeitados, mas "afirmam que tem uns que gostam e esses ficam com as bichas"⁵ (P.P.A.B desde 1985; 26 anos; assalto, curso primário).

A instituição lhes reserva um lugar na área de segurança, mas os números são pouco significativos diante da população geral.

Caridade, (1988) em pesquisa realizada na Colônia Penal Feminina constata a privação da sexualidade das mulheres, apesar de ser este um direito adquirido pelo preso. A repressão da instituição recai, especialmente sobre a sexualidade

(5) Bichas - designação vulgar dado à prática de homossexuais.

que é considerada desvio ou pecado. Ela representa a violência simbolizada pela desestruturação de identidade, culpabilizando o desejo, e associando o prazer ao caráter de punição. No P.P.A.B a liberação da prática da sexualidade está vinculada aos controles sociais. A liberalização é utilizada como um contra poder, responsável pela diminuição das tensões físicas e emocionais, a busca ao prazer para camuflar o desprazer.

A violência física é instituída através da prática de espancamento, desrespeito ao direito individual e coletivo, na permissividade da invasão ao espaço do outro. A instituição utiliza a linguagem da liberdade para escamotear a força, medo e ameaça.

CÓDIGO DE HONRA: NÃO CABOETAR

A "**malandragem adiante**" não permite a quebra deste compromisso, mesmo que isso venha a causar sérias consequências coletivas ou individuais.

Matéria publicada pela imprensa local, sobre a rotina diária do P.P.A.B, relata que enquanto alguns detentos estão reunidos no pátio do P.P.A.B para conversar e praticar outras atividades de lazer, o clima é tenso, intranquilo e de desconfiança. É que na sala de direção, o preso x, responsável pela cantina estava sendo interrogado pelo diretor sobre 400g de maconha que pretendia comercializar no estabelecimento penal. Sublinha a matéria que o **preso não quis revelar quem era o fornecedor**.

Diante da omissão da informação, ia ser acrescentada à sua ficha criminal uma autuação por tráfico de maconha, além de ser punido com 30 dias na solitária.

Tais situações são frequentes no dia-à-dia não sendo permitido ao preso **ser informante o que, caso aconteça, legitima sua morte**.

"Todo caboeta é safado.

E também tem estilo de trairá

Ai o que ele arrumou para o nosso irmãozinho.

Deu de bandeja o bom malandro,
 veja bem o que você fez
 seu língua de tamanduá,
 tem gente pagando pelo que não fez
 só porque o seu dedo não soube apontar.
 Agora, a malandragem já esta sabendo
 que você caboeta
 e vai lhe gritar,
 você sabe bem.
 A lei que se aplica em qualquer caboeta,
 Quando seu dedo entra numa de anzol.
 Ele leva rajada
 Ou entra no cacete.
 É, e você já sentiu
 que a rapaziada
 não está lhe aceitando,
 porque a sua língua nervosa
 tudo que vê sai falando.
 E agora canalha a barra
 prá você pesou.
 O seu nome já entrou
 na lista dos condenados.
 E a prova chegou...
 Vai levar pipoco,
 pra deixar de ser um delator,
 vai levar eco para deixar
 de ser um delator - traidor, delator falador".

O samba é a leitura de uma cultura dita popular, vi-
 vida no dia-a-dia pelas diversas camadas sociais. Cantado por
 Bezerra da Silva, é a marca da legitimação da morte, diante da
 informação ao policial, mesmo que não seja realizada de
 imediato. Não há tempo determinado, mas o bandido está marcado
 para morrer. Isto retrata o respeito que é dado aos contratos,
 dentro de uma cultura considerada violenta.

"Quem caboeta ganha a liberdade ou a ilusão da liberdade.

Quem caboeta pode pagar por este crime até 10 anos depois".

MAREZIA: A MALANDRAGEM DO ATRASO

É um grupo considerado carente, que, não tendo recursos financeiros para se manter no presídio, vive na total dependência da alimentação oferecida na casa, sem condições de comprar material para sua higiene pessoal, ou para complementar sua alimentação na cantina. São considerados, como sendo abandonados pela família, mas o que ocorre às vezes é ser a família de condições financeiras tão precárias, que não vem ao presídio por falta de meios. De outras vezes não se tem conhecimento da existência de parentes ou amigos, provavelmente por terem sido eles abandonados ou haverem abandonado os seus e a vida do crime não lhes trouxe melhoria financeira, ou, principiantes, não souberam tirar proveito das situações. Eles chegam ao presídio sem roupa, descalços, passando fome, e há sempre um grupo da malandragem que ajuda.

Às vezes antes de chegarem à delegacia já lhes foi tirado tudo o que tinham materialmente. Eles desconhecem as conviências e as transações comerciais ilegais entre preso e policial.

Maresia pode ser passagem para robô, às vezes não consegue ser percebido mas, em outras situações, é "manjado" no meio da criminalidade, podendo vir a ser transformados no "atraso". São tidos como sendo o malandro que não consegue ter força no grupo.

Maresia é considerada pela malandragem como, vigilante, presente nas conversas, participando da escuta de transações ilegais; devido a isso, o grupo nem sempre confia na sua lealdade. Por não conseguir entrosamento fácil nas relações pessoais e comerciais internas, ele vive na dependência de outros, sem conseguir um trabalho

ou transação que possa lhe render algum lucro; fumando maconha, mas não tendo dinheiro para adquiri-la; vendendo a roupa que recebe dos colegas e quebrando as regras de convívio social.

As lideranças estão sempre analisando o seu comportamento, sempre à escuta, através das comunicações verbais, ou não verbais, pois há uma possibilidade do "maresia" fazer jogo com presos ou policiais, através da caboetagem, tirando proveito de um ou de outro. O maresia não é considerado participante de nenhum grupo, como alguém que não possui objetivos definidos, usufruindo dos grupos sem saber com clareza em determinados momentos, o que está assumindo.

"Maresia" é o preso que não tem nada, é o desprezado. Ele perdeu som e imagem, só tem direito à bóia da casa. Não tem dinheiro para gastar com nada, tanto o preso, como o agente o chamam de maresia, não tem dinheiro para dar para eles (agente penitenciários e presos). Não tem dinheiro para a maconha nem para pagar por uma comida melhor.

O maresia não tem visita, não tem nada, atrapalha a vida do preso. Eles podem dedurar para pegar um dinheiro e sair da maresia. Faz o jogo do preso e o da polícia também.

"Robô e maresia" é a mesma coisa. Primeiro foi maresia, depois, ele é robô.

O robô assume o crime do outro por dinheiro, e passa depois para ser o caboeta.

Faz o jogo do preso e o da polícia. Tem robô safado que faz o jogo dos dois. Tem robô que só faz o jogo do preso, não se confia no robô.

Assume a morte, ele fica respeitado, depois morre também, não tem um que conte vitória". (P.P.A.B desde 1982 33 anos, art. receptação; assalto, alfabetizado).

MÁQUINA DA VIOLÊNCIA: O ROBÔ

"Não quero confusão, não quero me atrasar. Eles me fizeram de robô. Assumi o crime. Tudo que acontece na cadeia é o robô que assume.

Sou caboeta também, falei a verdade para depois para o juiz. Já vi muita pilantragem, não tem segurança. É tudo igual preso e polícia. Vivo aqui embaixo para não morrer. Se os presos se juntarem a polícia corre toda, eles tem medo. Como posso pedir ajuda a polícia?

Aqui tudo é por conta do bode" (P.P.A.B 1988; 36 anos; art. tráfico de tóxico).

O maresia poderá ou não vir a ser considerado "robô".

Robô é como é chamado o preso que assume o crime do outro, sendo o mais comprometido ser aquele que assume crime de morte. Geralmente, os crimes de morte são por caboetagem ou

por "**enxame**" da polícia ou do preso.

O "**enxame**" é quando surge uma denúncia, e a polícia chega para um grupo e diz "**x vai matar y**". O presídio fica tenso, todos preocupados e começa a surgir a possibilidade de y matar primeiro x.

O "**enxame**" pode ocorrer também por intermédio do preso, por causa de brigas ou por circunstâncias anteriores surgidas dentro do P.P.A.B ou no mundo do crime.

Às vezes o "**enxame**" ocorre por pressão, e sua leitura pode ser a mensagem que avisa da caboetagem, na maioria dos casos sobre a transação interna do tóxico.

"Us outros matam por raiva, já vi um assim que matou por causa de 15 mil e por bola de maconha. Tem uns que tem tudo e o outro é maresia, não tem nada.

Maresia fica comendo na cela de quem tem. Elese torna robô, diz que matou o outro, se mela de sangue para dizer que matou. Para o robô não falta nada. As vezes o outro falha e pode ocorrer também risco de morrer.

O cara que matou, quando sabe que vai morrer, pelo enxame ele sabe que vai morrer.

Às vezes é um pavilhão contra o outro, às vezes uma cela contra a outra. Eles não pode ficar quieto, atrasa a vida do outro.

Tem uns aqui se for para os pavilhões morre, fica tudo pela segurança pedindo para não morrer. Caboeta a maconha."

"A polícia faz enxame também quando quer que um morra. O preso que tem maconha atrapalha a vida dele, inflaciona o mercado" (P.P.A.B 1984; 27 anos, homicídio, assalto, 1. grau).

O **robô** também é envolvido em outras transações ilegais como no tráfico, planejamento e execução de fugas. Ele assume o crime tendo ou não participação nele, e responde pelo ato diante dos companheiros, justiça e instituição.

Recebendo apoio financeiro em troca, é autorizado a ser temido e reconhecido pelo grupo, mas seus atos são sempre vigiados pois o **robô** não é considerado confiável para a **malandragem adiante**".

A possibilidade de vir a ser **caboeta** é grande; basta um robô conversar com o policial ou com a "**malandragem do atra**so para isso provocar o "**enxame**".

O **robô**, em muitas circunstâncias, é obrigado assumir o crime como estratégia de sobrevivência, com a possibilidade de estar assumindo e legitimando sua própria morte.

CABOETA:

É a legitimação da morte dentro e fora da instituição. É uma prática incentivada pela polícia a fim de obter informações, também utilizada pelas administrações dos estabelecimentos penais.

Conforme divulgação da **Revista Reclamo**, o diretor do P.P.A.B prestou depoimento sobre as questões ligadas a fugas e motins, fazendo referência a que a informação boca a boca é a maior preocupação da diretoria para obtenção de dados que forneça o desenvolvimento do trabalho. Aponta o diretor que "o principal meio de controle para se evitar uma morte entre eles, ou até mesmo um motim, é se manter bem informado, sabendo o que conversam, se tem alguma ameaça circulando ou se tem alguma briga para estourar" (Reclamo, 1986:14).

Os meios utilizados para a obtenção de informações são as pressões, de natureza física ou psicológica, constando dos depoimentos dos presos, por ocasião da pesquisa, serem estas praticadas por diretores e assessores, dentro de seus gabinetes, práticas essas repetidas pelos policiais.

A reportagem denuncia o fato, acrescentando haverem os presos revelado não poderem ser informantes sob pena de serem mortos.

"Os caboetas vivem no pavilhão, ouve de tudo, participa, lança para a polícia e pede segurança para não morrer. Tem a ilusão de uma vida melhor, come a comida que é dada para a polícia. São transferidos para pavilhão de segurança e tem vez que manda para outra cadeia. Entrega a cabeça do colega mas está entregando a cabeça a polícia. Passa a ser o jogo da polícia. Aqui embaixo não é bom ficar muito tempo, toda a área de segurança tem caboeta. Até quando se fica mais tempo na enfermaria, porque está doente, não é bom. Devemos subir logo".

(P.P.A.B. desde junho 89; 28 anos, assalto. Registro de outras entradas no P.P.A.B. 1986/88. 2. grau).

A "**caboetagem**" passou a ser uma prática utilizada pelos administradores, para manter a pseudo-estabilidade interna, evitando fugas, tráfico e outras transações ilegais.

O incentivo à **caboetagem** é a institucionalização das revoltas e das mortes.

A instituição privilegia o sistema de informação, desde os atos mais simples. É um movimento indiferenciado entre preso e polícia, pois os jogos são pré-estabelecidos e as infrações consumadas.

Foucault (1986) refere que a prisão não reeduca, mas fabrica a delinqüência e os delinqüentes; é, através desses movimentos instituídos, que surgem benefícios.

Os delinqüentes são utilizados também para vigilância dos delinqüentes.

Através de reportagem publicada pela imprensa da cidade de São Paulo é apontada a prática da informação como regra de trabalho da instituição policial, ocupando espaço amplo, e não se limitando aos cárceres, mas, mantendo sempre a vinculação com a violência e trazendo como consequência a legitimação da morte. Os informantes recebem favores por informação dada, ganham drogas, carro oficial emprestado, dinheiro, ou tráfico de influência circunscrito à ilegalidade. Passando as informações, poderão até receber cocaína apreendida de traficante.

A matéria publicada retrata a violência de um sistema que é pautado nos pressupostos dos controles sociais, através da vigilância, utilizando-se a violência, que ele legitima e institui e buscando ao mesmo tempo, intervir no processo da violência, fazendo uso, para isso, dessa mesma violência.

Assim ela é mantida, embora, camuflada, e dirigida para determinadas camadas sociais e escamoteada para não ser percebida em sua intensidade dentro do sistema.

CANTINEIRO

São os privilegiados, tendo direito a negociar dentro do presídio e considerados como prioridade do P.P.A.B., devido à necessidade do preso de complementar sua alimentação e adquirir utensílios pessoais.

É na cantina que ocorrem as transações ilegais, como a venda de maconha, e o trânsito livre para a exploração pelos grupos considerados de dominação.

A comida é transferida do rancho para ser comercializada nas cantinas, sendo autorizada por grupos de presos e agentes penitenciários, que recebem em troca dinheiro e favores.

Os presos consideram-se exploradores com o lucro obtido pelo dono da cantina, que vende a mercadoria por valores bem superiores aos do mercado.

Tratando-se da população praticamente miserável em termos econômicos, eles compram, mas nem sempre conseguem "**honrar seu compromisso de pagar**". A família não os visita, e quando aparece no P.P.A.B., não dispõe de condições para saldar suas dívidas. Essas, vão se acumulando, e começa então a pressão para que sejam pagas.

"Preços são muito altos aqui.

A família não vem para pagar as contas e o dono da cantina corta.

A família vive totalmente na miséria. Eles exploram.

Os cantineiros não pagam luz, água e querem vender tudo mais caro, exploram quem enriquecer fora do tempo.

Carne aqui a gente tem que dar uma "adiante" para seguir, vai para a cantina.

As galinhas são vendidas aos presos que moram no lugar de preso que tem dinheiro.

Eles conseguem dinheiro com os "adiantes" que o preso tem que dar e com as irregularidades.

É tudo igual na irregularidade, os presos e a polícia". (P.P.A.B. desde 28 anos; assalto; homicídio, 1. grau).

"A cantina é um tipo de comércio, não concordo porque exploram. Exploram porque estamos presos. O dono da cantina tem direito de comprar, a gente não pode.

Eles vende caro e sabe que não temos dinheiro e não pode comprar". (P.P.A.B. desde 86; 26 anos; homicídio e assalto).

Os "**cantineiros**" são considerados como fazendo parte da **malandragem do "atraso"**, e percebidos como exploradores, informantes, sendo a cantina um espaço ideal para a realização das transações ilegais como: tráfico de drogas, maconha, e álcool comercializados com o apoio da polícia.

Os lucros são divididos entre eles, e vão auxiliar na complementação da renda familiar.

Os presos vivem em constante alerta contra os "canti-neiros" por se constituírem, eles, em prováveis "caboetas".

Os desacordos existem, e os agentes utilizam-se sempre da força, para delimitar a identidade do "**policial**" diferenciando-o do "**bandido**". A cantina é legitimada pelo sistema, e a instituição permite a comercialização e, conseqüentemente, legítima a violência.

Uma reportagem na imprensa escrita local, aponta para uma ex-direção do P.P.A.B. que afirma ter deixado o cargo por causa da máfia existente dentro do P.P.A.B. e também pela pressão psicológica. Cita a matéria que muitos agentes penitenciar^uários passam drogas para os presos, sendo a erva vendida, abertamente.

Durante a realização da pesquisa, a Direção relatou "que discorda radicalmente do privilégio concedido através da liberação das cantinas. Nas can^utinas é que se rouba, que se consegue materializar o roubo. A comida é roubada do restaurante e transformada em sanduiches e vendido ao próprio preso. A comida do preso é transformada em mercadoria que é vendida a ele próprio, uma verdadeira loucura.

É preciso acabar urgentemente com esta forma.

As cantinas do jeito que estão postas é uma injustiça e é fonte de corrupção". (Diretor P.P.A.B., 1989).

Apesar das críticas, refere-se a cantina, como sendo indispensável. haver um local onde o preso possa comprar merca^udoria, apesar de não concordar com a forma instaurada no P.P.A.B.

O preso também reconhece a utilidade da cantina, o lo^ucal onde compra o que necessita, o que ele não aceita é a forma como se dá a exploração.

Em depoimento da Direção no período da realização da pesquisa, esta aponta para o aspecto anômalo do sistema. "A cantina evidencia diferença dentro da própria população carcerária; existem presos ricos, que conseguiram ficar ricos ali dentro, comercializando, agora tenho dúvida de que a comercialização se restringe só à comida. A comercialização é bem mais ampla, passa por drogas, maconha, álcool. Há um entrosamento para que a cantina possa prosperar, é preciso que haja a colaboração dos próprios agentes, e isso a gente sabe que existe, que existe a sociedade preso-agente.

Há cumplicidade entre os donos da cantina e vários agentes".

É prudente sublinhar que o P.P.A.B. é um micro-sistema, e como tal, repete as diretrizes sociais de exploração da dominação sobre dominados, cabendo ao grupo que detém o poder agir de forma a atender aos interesses de lucro de uma parte, em detrimento da outra.

"Tenho mercadoria, eles querem comprar fiado e não pagam. Não vendo. Vendo fiado para pagar no final da semana, igual ao barracão da usina de moagem (P.P.A.B., 1985; 29 anos, homicídio 2. grau).

O preso vê com clareza a forma como é explorado, e tenta movimentos reivindicatórios contra o sistema, mas os mecanismos de manutenção do poder determinam que cabe a um grupo mandar e ao outro obedecer.

O sistema de informações é rápido, e às vezes, antes das manifestações, já existem grupos de presos sendo espancados e torturados dentro do P.P.A.B. numa manobra da instituição para manter o controle através da força do poder.

Há freqüentes relatos de presos em que estes afirmam que, mesmo os que fazem convivência com a polícia, são torturados e espancados. Assim, mesmo sendo ambos infratores, cabe a um grupo a responsabilidade do fato, e ao outro, a manutenção da ordem.

O poder espancar e torturar é a representação do estar autorizado, legitimada pelo sistema, mesmo sendo ambos infratores.

CHAVEIRO

São os presos que respondem pelo cumprimento das re-

gras internas dos pavilhões, que vão desde a exigência de manutenção diária da limpeza, até o cumprimento das normas disciplinares na instituição.

Na maioria das vezes, eles são escolhidos pelos próprios presos, e respeitados pelo grupo, em virtude de assumir um papel hierárquico no pavilhão. São privilegiados, pois têm acesso fácil à administração, sendo às vezes temidos em virtude do papel que desempenham.

O chaveiro pode e deve cobrar do preso, disciplina, mas não pode fazer vinculação da informação do que se passa internamente, com os agentes penitenciários, sob a pena de perder o cargo e até mesmo vir a ser considerado um "malandro do atraso".

Em virtude da sua constante aproximação com a administração e com agentes penitenciários, eles são privilegiados na instituição, tendo, no entanto, que respeitar as regras que lhes são impostas.

Os chaveiros são analisados constantemente pelo grupo, através de suas ações e palavras. A própria necessidade do trabalho exige deles contato com a administração e com a polícia, não podendo no entanto, usar desta atribuição para ser informantes.

Diante dos movimentos internos dos pavilhões, envolvendo brigas, eles tentam intervir de forma conciliatória, e em determinadas situações decidem sobre a transferência de presos buscando segurança para os que estão ameaçados de morte.

Em situações de maior gravidade que do âmbito das decisões internas das celas e chegam ao conhecimento dos agentes penitenciários, os chaveiros são chamados e obrigados a esclarecer o fato, deixando o grupo em estado de alerta, pois dependendo de como consegue conciliar as informações com a polícia penitenciária, o resultado pode favorecer ou prejudicar o pavilhão.

"Vantagem é diminuir pena, concessão.

Consta na folha de disciplina, diminuir a pena o fato de ter bom comportamento.

O chaveiro não tem regalia, não reconhecem o trabalho de um chaveiro, não tem assistência humana.

Risco que chaveiro corre é de levar facada de preso, porque trabalha com a polícia.

O chaveiro tem que comunicar tudo que ocorre. Fui indicado pelo chaveiro anterior, o grupo aceitou.

O preso novato chegava, os presos tomaram a roupa e fui acabando com este negócio.

Os presos me obedecem.

Zelo pela higiene, faxina do pavilhão, converso e encaminhado para o médico os doentes de doença venérea.

Domingo estou alerta para segurança da família, mantendo a ordem". (P.P.A.B. desde 88; 30 anos; homicídio, 1. grau).

"Como chaveiro ajudo a polícia e tenho ficha limpa se ficar dois anos na concessão.

Se o preso for amigo não tem dificuldade, respeito todos, tem até menor na cela.

100 homens no pavilhão, cela com 8,9 e 10 homens e cela com 2 e 3 homens.

Quando a polícia vem contar, bato nas celas, eles ficam em pé.

Faço a limpeza do pavilhão com presos, e ganho 200,00 de mês em mês.

Ajudo a polícia. Polícia vem com tentativa de fuga, pergunta logo ao chaveiro.

Dificuldade da parte da polícia, ignorância quer que dê conta de tudo e as vezes a gente não sabe.

Sou o líder e sou escolhido pelo pavilhão, a polícia é desconfiada". (P.P.A.B. desde 87; 25 anos; homicídio, assalto, alfabetizado).

O "**chaveiro**" é o líder do grupo pela própria posição hierárquica assumida, e pelas atribuições e competência da função. A exigência de disciplina e obediência à sua autoridade identifica-o com o poder e ele passa assumir atitudes e postura que o aproximam da polícia.

O papel que o chaveiro exerce é ambíguo e contraditório. Para um grupo ele é percebido como a vigilância, para o grupo contrário (polícia) ele é visto como um preso que pode camuflar as informações.

Seduzido, às vezes, pelo poder, ele é utilizado pela instituição como mecanismo de manobra para obter informações precisas e rápidas. Geralmente não permanece por muito tempo

no cargo, sendo destituído pelo preso ou pela instituição, quando um ou outro perde a confiança nele. Em muitas situações, o chaveiro aceita a prática de espancamento físico por parte da polícia, pois lhe é difícil discordar pela própria identificação existente, estabelecida entre ele e o poder.

"Aqui o estado gasta para não reeducar e socializar e não se preocupa com nada. Não regenera, degenera.

Não se faz nada, se aprende a covardia, falsidade e demagogia.

Aqui a dignidade moral e intelectual se perde.

Não aceito em nenhum momento o espancamento, não é justo, gera violência num país civilizado não se pode aceitar.

Em nenhum momento deveria acontecer.

Aqui acontece frequentemente, não fazem comigo porque tenho família e advogado. Tem presos que aceitam, são bandidos, querem ser policial". (P.P.A.B; 1988; 35 anos; assalto, 1. grau).

Quando da sua identificação social com o policial os chaveiros assumem o papel repressivo. Como vigilantes internos obtêm através dessas atitudes, ganhos e privilégios por parte da polícia, podendo até sair à noite, para beber cerveja em bares próximo ao P.P.A.B., conforme depoimento nas entrevistas. Contudo, desconhecem que há uma delimitação dos papéis, diante de ameaça de que sejam denunciadas tais práticas; o bandido será sempre bandido, cabendo à polícia espancar, punir, e até mesmo matar. A instituição autoriza essas práticas em defesa da segurança de uma sociedade considerada como não-violenta.

Para ser "**chaveiro**" é preciso ter a aceitação do grupo, a palavra final cabe à Direção. O preso deverá estar comprometido com as atribuições, e a ele serão cobradas informações, cabendo-lhe saber conciliar o que pode e o que não pode ser dito.

A sedução e identificação com o lado policial geram discordância, e geralmente o "**chaveiro**" tem possibilidade de vir a tornar-se **caboeta**. O fato de ser preso e, ao mesmo tempo assumir uma função de policial, acarreta desconfiança por parte do grupo. Através dele perpassa o prazer de poder ser o bandido "**travestido de policial**", podendo também vir a ser o "**bandi**

do para o próprio bandido".

Um administrador do P.P.A.B quando solicitado a depor sobre os critérios da escolha de chaveiro, afirmou que: "o ideal seria um agente policial, mas não temos número suficiente, nem para a segurança. Às vezes aceitamos o que é o mais cão; se contém o tumulto com outro tumulto".

Estabelece a violência instituída, utilizando-se uma categoria para confrontar-se consigo mesma. Ao camuflar seus interesses e objetivos, aproximando o bandido do policial, a Instituição não legitima a autoridade do preso. O fato de dar-lhe poder, tem por objetivo usufruir das informações que podem ser obtidas através dele, que, por sua vez, vive na ilusão de ser policial, autorizando a instituição a legitimar a morte. O grupo da malandragem não permite a quebra das regras que fundamentam os pressupostos básicos dos códigos, instituindo e definindo os papéis sociais.

PRIVILEGIADO: O MALANDRO QUE FALA ALTO

São considerados os presos que trabalham na administração. Esta envolve desde a Direção até os mais diversos setores como: disciplina, triagem, serviço técnico, seção penal e rancho. As atividades, abrangem desde a limpeza e serviço de copa, até o contato entre preso e comunidade interna e externa, com livre acesso aos setores privados.

"O preso que não tem dinheiro vai para a favela, se ficar doente não tem lugar na enfermaria. Enfermaria é lugar para quem não está doente. Tenho muito tempo de presídio e quem vai me trazer para morar fora da favela? Não tenho consideração, amizade e interesse entre preso e polícia". (P.P.A.B 1987, art: assalto).

"A superlotação da enfermaria é que os agentes penitenciários atropelam.

Chegam trazendo presos que tem amizade lá fora e colocam na enfermaria e deixam os presos com saúde na enfermaria" (P.P.A.B 1986; 30 anos, art: assalto).

"Trabalho na administração, sou mal visto porque trabalho em contato com os homens, dizem que sou informante das coisas erradas. Não posso morar no pavilhão, fico na área de segurança, pois viriam me matar dizendo que sou informante dos túneis". (P.P.A.B. desde 1986; 26 anos, art: homicídio).

Através do grupo de privilegiados a maioria obtém in formação sobre situação criminal e orientações sobre o serviço de triagem, e acesso não só ao serviço técnico, como a todo o funcionamento da instituição.

A maioria deles reside em áreas consideradas privile giadas, como a de segurança, a enfermaria e em lugares construí dos para outras atividades, mas que, devido a superlotação do PPAB estão sendo utilizadas para alocação dos presos. Esses espaços destinam-se a presos com melhores condições sócio-econômicas, aos que trabalham na administração, e aos, que estão ameaçados de morte pelos colegas, devido à prática da **caboetagem**.

A seleção para a moradia é feita através dos contatos internos entre presos e policiais. Os que residem nessas áreas, exceto os da segurança, por serem ameaçados de morte e os que estão no castigo por determinação da direção, têm livre acesso à ins tituição, não estão subordinados ao chaveiro ao cumprimento do horário noturno, nem são trancados no pavilhão. Residem em ce las individuais ou coletivas com pequenos grupos e têm como com panheiros, colegas escolhidos por interesses pessoais.

Grande parte do grupo que reside na segurança é con siderada informante, estando ameaçada de morte, mantendo-se re servada e sob a proteção da polícia, que é considerada uma pseudo-segurança. A malandragem não aceita a quebra de um con trato de honra dentro do grupo, sem puni-la.

Trabalhar na administração significa uma melhor ali mentação e acesso fácil às contravenções em troca de favores. Significa também, estar em posição superior diante da maioria da população interna, conseguir desfrutar de privilégios e ser bem relacionado com a polícia.

"O preso que faz convivência com a polícia tem proteção, acesso a bebida, tó xico, a tudo. Aqui existe comércio. Tem serviço imobiliário, com corretagem e tudo.

"É uma vergonha, mas é verdade, vou comprar um imóvel, uma cela. Aqui custa X para se morar; em polícia e preso com listagem de pagamento para tudo aqui.

A comida é preso para preso e paga ao preso do rancho com convivência da polí cia" (P.P.A.B., 1987; 32 anos; art: assalto).

"Pelo desenrolar aqui tem que ter dinheiro para dar ao superior. Aqui quem tem

dinheiro não vai nem para cima. Estão cobrando X para morar no pavilhão do encontro" (P.P.A. B. 1987; 32 anos; art: assalto).

Durante o desenvolvimento da pesquisa no P.P.A.B, foi constatada a situação real da moradia nos pavilhões, em maio de 1990.

PAV. A - desativado motivado por falta de segurança.

PAV. B - 13 celas, sendo 12 coletivas e uma individual, residindo nelas 96 presos.

PAV. C - 20 celas, sendo 8 coletivas e 12 individuais e nelas

PAV. D - 26 celas, 6 coletivas e 20 individuais com 201 presos residentes.

PAV. E - 40 celas individuais onde residiam 75 presos.

PAV. F - 40 celas individuais com 67 presos residindo.

PAV. G - 30 celas individuais com 80 presos residindo.

PAV. H - 30 celas individuais com 81 presos residindo.

Na enfermaria com 12 leitos, residiam 51 presos. Nas celas coletivas com capacidade para abrigar 6 pessoas no máximo, eram amontoados vários indivíduos em condições sub-humanas, numa amostra da violência institucional.

As condições de subsistência fora dos pavilhões são percebidas como um privilégio graças à maior abertura a contatos e comunicação entre preso e instituição. No entanto, os privilegiados continuam sendo controlados por ambas as partes. Vigilados pelo grupo da "malandragem", para não fazer a vinculação com a polícia, e, pela instituição, para não planejar motins, e informar aos presos das medidas consideradas de segurança. O fato de poder morar só ou escolher com quem morar, facilita a ordenação das idéias, as discussões os planejamentos, e as decisões quanto à maneira de intervir estando sob controle da instituição, em favor do grupo.

Estar amontoado nas celas, traz insubordinação e propicia a quebra dos códigos. Informar, pode ser a maneira de tornar-se um privilegiado no grupo institucional, numa busca da segurança em troca de favores, levados pela necessidade de sobrevivência de ambas as partes. Preso e polícia são vinculados aos mecanismos mantenedores dos estabelecimentos prisionais, que instituem a violência entre os presos a fim de permitir a intervenção da força e o poder da instituição policial.

Ao mesmo tempo, criam-se mecanismos facilitadores das transgressões do policial e do preso, partindo da própria diferenciação das identidades sociais de, "bandido e polícia".

CONTROLE DA VIOLÊNCIA: O SERVIÇO TÉCNICO

Thompson (1976) analisa a questão penitenciária sob o ângulo policial e o dos serviços considerados terapêuticos, instituídos dentro do sistema penitenciário, com a proposta de reeducação e socialização do preso.

É importante a análise desses movimentos, instituídos internamente por diferentes categorias profissionais.

Ao policial, cabe o papel disciplinador de mantenedor da segurança e vigilância. Ao serviço técnico, o de reeducar e socializar.

As propostas são diversificadas e diferenciadas. Enquanto um grupo trabalha em prol da autonomia do preso, o outro afirma-se através da dominação e da institucionalização do controle, do poder e da autoridade.

Com base nos dados pesquisados no P.P.A.B, os dois movimentos, diversificados e instituídos pelos pressupostos básicos da instituição, têm como proposta formal a reeducação dos indivíduos dentro dos postulados da não violência e respeito à sua integridade física e psíquica.

Como é possível instituir normas dentro de pressupostos formais quando, na prática, tais normas e regulamentos são violentados?

O caráter disciplinador e vigilante tem postulado na

institucionalização da violência, através das controvérsias e ambigüidade dos movimentos instituídos de reeducação. Estes, ao legitimar a desordem, cometem uma violentação aos limites da lei, imprescindíveis à estruturação de uma instituição.

Dentro dessas turbulências, Foucault (1986) faz referência sobre o que é necessário para a permanência do que é instituído, as estratégias que não pertencem a uma categoria, mas mecanismos para manutenção e funcionamento da violência dentro das instituições.

Os movimentos prisionais permanecem com a fabricação da delinqüência por questões ideológicas, políticas e econômicas. Assim, afasta-se da instituição penal o interesse da socialização. Ao sistema interessa a manutenção e o funcionamento de legitimação da violência, até mesmo pela necessidade de justificá-la socialmente através de grupos minoritários que aparecem como sendo responsáveis pela desordem social.

O serviço técnico é definido pela população do P.P.A.B, através de afirmações como:

"Fica tranquilo que você vai ser solto"

"Fica frio"

"Amanhã eu faço"

"Depois eu chego"

"Você vai ser solto"

Os presos desconhecem as propostas do trabalho, e fazem referências ao fato de que **"alguém"** falou que tem psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, médicos e profissionais afins, mas não sabem quem são eles, nem o que fazem.

É oportuno sublinhar que o preso ao chegar ao P.P.A.B. é entrevistado por uma equipe multidisciplinar, sem que seja, no entanto, registrada a proposta dessa equipe. A par disso, acrescenta-se que diante das controvérsias e contradições institucionais, o preso não consegue saber como e quando pode solicitar contato com alguém do grupo multidisciplinar, pois o serviço de atendimento tem vinculação com os postulados informais, perdendo, assim, sua meta prioritária a socializa-

ção.

Quando percebem a inexistência de espaço para realizarem qualquer tipo de projeto, os profissionais do Serviço Técnico tornam-se impotentes frente à violência da Instituição. Não compreendem que, inseridos na sua desordem, passaram também a instituí-la.

Associando violência a questões meramente físicas, como é o caso do espancamento, eles criticam a polícia e a direção como sendo os responsáveis, colocando-se a si próprios como estando "fora" da Instituição, quando na realidade, fazem parte dela.

Também na ótica do preso e do policial, o conceito de violência relaciona-se a agressões, espancamentos e morte, sem que seja feita a vinculação destes à violência maior, representada pela indefinição e desrespeito aos seus direitos e deveres.

Ambos são violentados social e institucionalmente; a figura de representação é a física, e no discurso, o ator principal é o espancamento.

Os profissionais do serviço técnico, como já foi dito anteriormente, vinculam a questão da violência às agressões, chegando a demarcá-la por áreas físicas do espaço ambiental: "**Aqui não permitimos violência**", como se esta frase representasse a reivindicação dos direitos e deveres dos presos. Ao ignorá-los, passam a conviver numa intensidade com a violência institucional e social afastando-se, e até mesmo negando-se a fazer parte do grupo que convive com violência.

Os serviços técnicos são considerados no âmbito institucional como um "**faz de conta**", um grupo de pessoas preocupadas com a questão das tensões emocionais. Nas avaliações da triagem, os presos são rotulados como "**equilibrados**", "**normais**" ou "**anormais**". Esses conceitos são registrados nas fichas de avaliação pelos membros do setor de saúde, incapazes de discernir o que seja equilíbrio e normalidade, quando questionados nas entrevistas. Tentam vincular a questão do saber, com o poder determinar a qual categoria o preso pertence, rotulan-

do-o de normal ou anormal, loucos ou sadios, dissociando-o da problemática social. Será que o conceito de "normal" é a representação do amorfo, do indivíduo que perdeu a identidade, diante dos controles sociais de um sistema repressivo?

Os presos que reivindicam e exercem a prática de motins devem por isso ser conceituados doentes?

É oportuno questionar até que ponto a saúde está vinculada com a reivindicações de direitos, utilizando nos movimentos as agressões físicas. A esta categoria só foi dado o direito de conhecer as reivindicações, conforme as repetições do modelo institucional.

Os indivíduos apáticos, inertes amontoados no mesmo espaço físico e social, sem rebelar-se por isso são considerados "normais", o que vem confirmar os estudos realizados por Albuquerque, (1978) no tocante às funções sociais da doença mental.

As contradições e controvérsias dos conceitos levam profissionais do serviço técnico do P.P.A.B a afirmarem que é preciso espancar, para ter um presídio disciplinado, compactuando com práticas de terror e medo. O objetivo da defesa de tais procedimentos é o de poderem circular nos gabinetes de trabalho e analisar questões de violência, estando fora da violência. Estes profissionais não percebem que são agentes e instrumentos da violência institucionalizada legitimando a morte física e a morte moral do indivíduo, que luta e reivindica por seus direitos e deveres, e a quem não foram dadas as condições para o exercício da prática da cidadania.

"Aqui advogados não soltam nem calango amarrado na linha". (P.P.A.B, desde 1982; 35 anos, art. furto, assalto).

A maioria dos presos desconhece a função institucional do advogado. A proposta portanto, é vinculá-lo ao paternalismo **"não fale, pois estou tentando lhe soltar"**. A leitura perpassa pelo dever de calar, pois é devedor. É mais uma dívida, é mais uma culpa, associada à todas as demais.

Há relatos frequentes de presos que perderam tudo, pagando aos advogados particulares, vendendo propriedades, casas,

ou terrenos. "Levou tudo o que tinha, e não deu entrada em nenhum papel para fechar um processo", é um depoimento confirmando ser a instituição concededora de tais práticas. O corporativismo institui as transgressões e legitima outras categorias a usarem práticas ilegais.

O advogado "pode transgredir código, o preso não". É uma legitimação do poder e da autoridade frente à categoria de estigmatização da marginalidade, camuflando estarem ambos na marginalidade das transgressões. A instituição violenta e determina até o tempo em que os presos vão ou não serem julgados, confinando presos há mais de 10 anos a aguardar julgamento, sem solicitar providências do poder judiciário para a agilização dos processos.

O poder judiciário também institui, e ao mesmo tempo é instituído, legitimado e legitimador da violência.

O Serviço Técnico convive com a violência, compactua com esta e ao mesmo tempo serve de instrumento para manutenção da desordem social, ao não conseguir desenvolver projetos, não conseguir espaço institucional, a não ser para a punição.

As práticas contínuas dos espancamentos, reforçando conceitos de violência vinculada à questão física, camuflam conceitos outros, não competindo a um grupo ter conhecimento que a prisão, com proposta formal de reeducar, legitima a representação da morte.

Os presos, ao relatarem nas histórias de vida, que passaram fome, e iniciando alguns atividades profissionais antes dos 5 anos, revelam não serem tais conceitos considerados como violentos e sim como contingências da categoria de pobreza. O grupo institucional veicula ser o presídio mais violento que a sociedade, quando não, é por questões de amplitude de espaço físico; cabe ao sistema a permanência de tais práticas para não dar a conhecer à categoria estigmatizada que ela tem o direito e o dever de participar dos sistema de educação, saúde e justiça como cidadã que é. As classes de dominação não podem e não devem institucionalizar a morte, nem vincular pobreza à identidade social de criminosos por antecipação, culpabilizan-

do-os; para deslocar a responsabilidade de grupos poderosos que cassam os seus direitos e deveres de cidadãos dentro da sociedade civil.

"O que a gente faz
 É por debaixo dos panos
 Prá ninguém saber
 É por debaixo dos panos
 Se eu ganho mais
 É por debaixo dos panos
 Ou se vou perder
 É por debaixo dos panos...
 ...Que a gente fala do fulano
 E diz o que convém...
 É debaixo dos panos
 Que a gente esconde tudo...
 Que a gente comete um engano
 Sem ninguém saber
 É debaixo dos panos
 Que a gente entra pelo cano
 Sem ninguém ver.

(Ney Matogrosso)

VIOLÊNCIA: LEGITIMAÇÃO

DIREÇÃO: LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Thompson (1976) estudou as contradições inerentes à função de **Diretor de unidade prisional**, entre os vários dados levantados. A pesquisa no P.P.A.B comprova os estudos realizados anteriormente. A direção é um cargo de confiança, transitório, e, ocorrendo mudanças hierárquicas, é previsível que ocorreram alterações nas unidades.

No P.P.A.B a maioria dos diretores eleitos não tem conhecimento prévio do trabalho, assumindo a função sem ter experiência, pouco sabendo sobre a instituição, não havendo tempo de preparação para discutir um projeto de ação. As preocupa

ções básicas, são com a segurança e com disciplina a fim de serem evitadas situações comprometedoras para a Secretaria de Justiça, que diante da ameaça à estrutura, comprometo questão ampla governamental.

No tempo dedicado à segurança não há espaço para a realização de um trabalho preventivo. A segurança torna-se sinônimo de vigilância, chegando esta a ser ostensiva. Inicialmente, existe neles a preocupação com o humano, visto que a maioria tem pretensões a outros cargos e necessita realizar um trabalho que seja amplamente divulgado pela imprensa e aplaudido por todos.

Os **diretores** possuem alguns privilégios, como carro oficial, acesso fácil ao secretário de governo e trânsito livre com políticos de destaque. Somando tudo isso às pretensões políticas, "**fantasiam**" que embora sendo difícil, tudo vai correr bem".

Os **agentes penitenciários** são funcionários permanentes, substituídos diante de inquéritos administrativos ou transferidos, caso seja de interesse da instituição ou solicitação do agente, e conhecem todos os movimentos internos que possam favorecer ou dificultar uma administração.

Quando a direção expõe proposta, onde um dos objetivos é o respeito e a escuta diária dos problemas da população prisional, o grupo de agentes que detém o poder aproxima-se e inicia o chamado "**enxame**". O diretor começa então a receber informações, às vezes distorcidas ou pouco coerentes com a realidade.

Diante das informações mórbidas a respeito da unidade, o diretor pode vir a ter receio de circular internamente. Quando o faz, é sempre acompanhado por agentes, ficando na maioria do tempo fechado no gabinete, desconhecendo o que de fato acontece, e recebendo informações através de terceiros.

Os presos ao perceberem o receio do diretor, começam a criticar e a ironizar o papel da direção o que pode dar início a uma série de dificuldades. A direção tem suporte administrativo de uma equipe multidisciplinar, mas esta categoria é

descompromissada. Sem conseguir desenvolver projetos na unidade, devido a entraves institucionais, já analisados anteriormente, o Serviço Técnico não acredita no trabalho, é pouco mobilizado para as discussões e propostas sociais, limitando-se a permanecer nas funções.

O diretor, na maioria das vezes, ao chegar no PPAB já tem conhecimento da fragilidade do setor e não tenta aliança de trabalho. Vincula propostas individuais a questões institucionais e sociais, desatrelando os trabalhos dos pressupostos básicos da ciência.

Pela ótica do preso uma boa administração é conceituada como **"humana"**, **"quando incentiva o preso a ser disciplinado"**. Discutir problemas com a comunidade e exigir disciplina é ser justo. A maioria relaciona disciplina com castigo, isolamento, mas com direito à visita, respeitando-o e dando-lhe condições de tomar seu banho de sol, assim como de não ser espancado. Para o preso a disciplina é fundamental, pois mantém os contratos internos, dado imprescindível para a convivência no dia-à-dia.

Na percepção dos agentes penitenciários, a direção tem de dar prioridade a essa categoria, apoiando-a nas decisões tomadas e dando-lhe flexibilidade de ação diante das situações que possam surgir; bem como evitando punições ou discordância das medidas tomadas, **"conhecem a instituição e sabem como devem agir"**.

Essa categoria é a representação da força, e do poder. Os agentes conhecem os movimentos institucionais que podem dificultar e comprometer a direção a ponto de substituí-la. Mas, ao mesmo tempo que exercem a força, percebem-se como marginalizados e sem o reconhecimento dos segmentos hierárquicos, dentro da conjuntura do sistema penitenciário.

Sentem-se agredidos, por não terem condições para desenvolver um trabalho prioritário de segurança. Existem conflitos entre o serviço técnico e agentes penitenciários; o primeiro grupo é considerado privilegiado e o outro é conceituado como violento, **"só sabem espancar"**. São frequentes, as trocas de

acusações, e agressões veladas, dificultando o desenvolvimento do trabalho. Chamam-nos de privilegiados, por não trabalharem em regime de escala, podendo ir ou não ao serviço. Ambos os grupos desconhecem os movimentos da violência institucional, em que estão envolvidos e vinculam com questões de agressão física.

Os agentes penitenciários facilitam ou dificultam as ações administrativas. Se o diretor tenta desenvolver um trabalho com metas prioritárias, baseado nos princípios dos direitos humanos, é visto como "ingênuo" e ridicularizado pelos corretores e nas salas de trabalho. A categoria dos agentes inicia, então, uma série de estratégias a fim de dificultar as ações administrativas.

Ao mesmo tempo que aceitam a disciplina rígida, acompanhada de espancamento, os presos sentem-se ameaçados, pois a direção tem um discurso, mas permite ações contrárias a este. Um grupo de agentes penitenciários vinculado a grupos privilegiados de presos unidos inicia um processo de turbulência, e aumento de contravenções ligado à entrada e negociação de tóxico no P.P.A.B. Em decorrência, os "enxames" e a "caboetagem" são incentivadas o que leva às quebras do código de honra da malandragem, trazendo conseqüências que comprometem a estabilidade social.

Diante do comprometimento da ordem, a direção poderá assumir atitudes enérgicas utilizando-se do poder que lhe é atribuído, exigindo posturas éticas dos agentes e disciplina do preso, impedindo a contravenção de tóxicos e maconha, e iniciando assim o círculo de pressão. Em nome da segurança, e da estabilidade da instituição o diretor, poderá quebrar suas propostas humanísticas, dando início aos ritos dos melancólicos festivais de torturas que legitimam a morte física e a da categoria social.

Os agentes relaxam a disciplina, juntamente com um grupo de presos, incentivando as quebras dos códigos. Aumentam consideravelmente os assaltos e as brigas entre a população prisional; em decorrência, abrem-se espaços para conflitos e

atritos entre os grupos internos de posições divergentes.

A ocorrência de motins, e fugas é exarcebada, mas, mesmo aliados preso e policial, cabe à segunda categoria a autoridade e o poder de intervir na violência através de posturas violentas, utilizando a força e afirmando sua importância na manutenção da segurança social.

A seqüência de acontecimentos divulgados pela imprensa compromete a postura institucional perante a comunidade. Diante dos desgastes e arranhões causados pela questão das posturas políticas, muitos são desligados e novo círculo é iniciado.

Essas reflexões são resultados de toda a nossa vivência, ao longo de dois anos onde a prática do cotidiano, era repensada e avaliada.

Esperamos que a leitura da violência do P.P.A.B envolvendo todos os segmentos institucionais possa contribuir para redefinição do conceito da violência. Conceitos ampliados e não direcionados ao movimento de responsabilizar o "bandido" como elemento único envolvido na violência, mas os seus movimentos institucionais, instituindo e legitimando a violência em nome da ordem social.

Em meados de 1990, presos são mortos e todos calam...

Grupos lutam pelo direito de instituir pena de morte, mas a morte é instituída, autorizada e legitimada no PPAB. Provavelmente, grupos de controle e de dominação lutem pela legalização da morte.

A morte é presente no P.P.A.B, simbolizada também na violência individual e coletiva através da estigmatização dos indivíduos.

..

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

Considerações Finais

A minha proposta é levantar alguns questionamentos relativos à violência instituída e legitimada na prisão.

No início da pesquisa, tinha pretensões de mudanças, o desejo utópico de transformar a instituição. Hoje, no fechamento do trabalho, levanto questões, desnudo as relações estabelecidas na instituição entre presos e todos os segmentos da estrutura de poder e questiono quem é mais violento:

O preso ou a Instituição?

A instituição não é vista como violenta, pela maioria da sociedade, pois é autorizada a manter a ordem e segurança social, cabendo punir e vigiar os marginais, utilizando-se de força e poder controlador.

Os marginais devem ser punidos, pois são grupos minoritários e responsabilizados por toda desordem e violência social.

Sublinho a utopia da mudança e transformação, mas desnudo a instituição que transgride leis e normas regidas por uma Constituição Federal.

No tocante às normas relativas aos direitos e garantias fundamentais, no que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, tem registro na Constituição que "ninguém será submetido à tortura nem à tratamento desumano ou degradante" (1988:5).

Será que a instituição não consegue absorver o que é tortura ou tratamento desumano?

Ou não há interesse em refletir ou mesmo em analisar, criticamente, junto com a sociedade, retomar conceitos e reavaliar postulados históricos?

Gilberto Velho (1981) explica a fragilidade da noção de cidadania através de um modelo hierarquizante, herança de um passado colonial, mas ainda predominante na sociedade brasileira, que aliada à "onipresença dos Estados determinam os limites do indivíduo enquanto sujeito moral e político" (Gilberto Velho, 1981:146). Ausência de tais direitos e deveres tem estreitas relações com o indivíduo sem voz e sem espaço dentro

das instituições.

Retomando o percurso histórico do P.P.A.B é pertinente sublinhar algumas observações registradas na Casa de Detenção e alguns questionamentos.

A Casa de Detenção é hoje casa da cultura. É a representação da marca, símbolo da cultura do massacre; da tortura e desigualdade social.

As grades que a circundam, aprisionam os indivíduos, são representações das desigualdades nas distribuições das rendas, participações nas discussões e decisões da sociedade. São marcas da violência.

São controles massificadores de um sistema totalizador e opressor de uma cultura representativa do "Popular", do povo de classes dominadas por mecanismos e estratégias.

É relevante, em momento posterior de estudo e análise minuciosa das transformações nas várias capitais do país, de Casa de Detenção em Casa da Cultura.

Foucault (1986) refere-se na "Microfísica do Poder", à necessidade dos sistemas de controle determinar os movimentos e os padrões dos gestos, discursos e criações dos indivíduos. Perpassando por todos estes controles o meticuloso processo da apreensão e transferência de tais atitudes na prática do dia-à-dia: é a vigilância no lugar da punição. E nada mais prudente na violência do que controles e estratégias para evitarem questionamento dos mecanismos sociais, que são mantidos para grupos mandarem e outros obedecerem.

No percurso etnográfico, questionamos as deficiências do funcionamento da Casa de Detenção, instituição que antecede o P.P.A.B., espaço este, considerado subhumano que, grifando o pensamento de Paulo Cavalcanti, (1980) a definiu como insuportável não somente no movimento de liberdade, mas no que se refere a promiscuidade e falta de respeito ao espaço do outro, violação a integridade física e psicológica.

O surgimento e a necessidade da criação do P.P.A.B., foi pautado na precariedade e nas limitações da instituição denominada Casa de Detenção, que convivia com superlotação de

presos, instalações inadequadas, conflitos, agressões, torturas e morte. O PPAB vinha não só suprir as dificuldades institucionais, vem como atender aos objetivos do Sistema Penitenciário, que é pautado nos pressupostos formais da reeducação do preso e retorno ao convívio social.

Após levantamento e estudos dos dados, constatei no PPAB superlotações de presos amontoamentos nas celas, permanência por período de até dez(10) anos e períodos longos sem os presos serem apresentados a justiça, conflitos e mortes em decorrência das violências institucionais.

Como definiu Machado, (1978) o amontoamento de presos, a superlotação poderão estar correlacionada à representação de continuidade das transgressões, ampliando-se para além do espaço físico da cela e indo até a confusão de idéias e revoltas, que vão sendo amontoadas no espaço físico e social de cada indivíduo. Continuando o seu pensamento, Machado (1978) sublinha a problemática física, psicológica e social da repetição dos modelos institucionais penais em manter o sistema de "amontoar" presos nas celas que muitas vezes não oferece condições sadias de higiene e reforça um caráter de trocas de experiências que, em muitas situações, há uma aprovação entre eles das astúcias de uns, lamentações e ridicularizações da simplicidade do crime do outro. Punir utilizando o terror, o medo, não diminui a violência e sim reforça uma noção de igual ou maior violência.

No P.P.A.B, os presos aguardam julgamento na ociosidade durante meses, ou anos para que possam ser transferidos para penitenciárias. Através da fala expressão do corpo, marcas físicas, constatamos estigmatização de uma população "inútil" e "nociva", não respeitada na condição de ser humano.

A instituição se propõe, a nível formal, a reintegrar o preso ao convívio social. Quando ele é devolvido com vida, é considerado um irrecuperável e, talvez, até nocivo à sociedade de que, quando mata e nada responde e em nada é cobrada. Apenas, repete o modelo ideológico da estigmatização de camadas sociais minoritárias responsabilizados e cobrada pela violência e ordem social.

Como faz referência Foucault, o carácter de inutilidade imposta ao preso "nada lhe ensinar, para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão", (Foucault, 1986:134) reflete o estigma e reforça o carácter de desnecessário, do irrecuperável e nocivo à sociedade sendo preciso a todos vigiá-los e puni-los.

Então, a instituição prisional criada para suprir injustiças e dar condições ao "bandido" retornar ao convívio social é cumprimento formal registrado em papéis, mas, não para ser cumprido.

A prisão é instituída e autorizada a condenar o indivíduo à torturas e em decorrência ser aniquilado e morto. Por detrás dos bastidores, a instituição convive com torturas, espancamento e terror, legitimada e instituída, protegendo-se e utilizando de tais práticas para assegurar o papel policial e repressor, representação de força e autoridade social. Através do medo e terror destaca posição de respeito dentro do poder institucional.

É freqüente o preso comum como: o "bandido" não respeita a sociedade, por que a sociedade deveria respeitá-lo?

Questões como essas vêm sendo analisados num movimento único, apenas repetindo e mantendo a estrutura do poder e dominação, para camuflar a violência das instituições que não têm interesse em refletir os movimentos outros dentro das concepções dialéticas.

As instituições não dão condições ao bandido para agir de forma diferente, uma vez que o próprio sistema institui a prática de deveres e não a de direitos. É "proibido" perceber a impossibilidade de questionar, não há condições de crítica nem de reflexão, o sistema está montado para aniquilamento dos marginais.

Questões como a da legitimação da violência pela instituição, contribuem para a prática de conflitos entre ela e o preso, desestabilizando os movimentos reivindicatórios e reforçando a violência física.

Essas também são crime, mas crime institucionalizado, não podem ser percebidos como violência, fazem parte de encenação, e é dever do "bandido" calar diante das punições, o que leva a concluir ser a instituição também "bandido" só que fantasiado de "mocinho".

Ao tornar-se "mocinho" utiliza-se dos movimentos opostos, autorizando a força e o poder institucionalizando a violência, enquanto marginaliza a categoria policial como grupo social. O papel do policial não poderá associar-se tão somente à questão da segurança. A questão da segurança ultrapassa a apresentação de armamento e munição, mas, a instituição vincula para assegurar o papel repressor. Quando não consegue manter a ordem social, co-responsabiliza os policiais nas fugas e motins, legitimando as práticas da violência que ultrapassam a demarcação dos limites da identidade; configurando-se assim; a inversão dos papéis e passando a assumir a postura do bandido.

Ambos, preso e policial, são instrumento e mecanismos da manutenção do poder. A um é autorizado o direito de matar em nome da ordem. Ao outro, é atribuída a responsabilidade dos atos violentos, camuflando a violência das classes de dominação.

A instituição autoriza a violência, legitimando todos os segmentos envolvidos a agirem de forma policial e repressiva, sem espaço para crítica e reflexão sobre o que nomeia a ordem. O grupo busca uma adaptações, diante da instituição passiva, coisificada e acomodada, inicia-se a repetição dos discursos e das práticas utilizadas, e sem que seja perceptível, legisla conceitos valorativos certo e errado, atendendo a interesses ideológicos, econômicos e sociais, sem perceber que está inserido na violência, sendo que ultrapassam as questões meramente ligados à violência física, envolvendo conceitos bem mais amplos, ligados às violências institucionais.

Ramalho, (1983) no seu trabalho realizado na Casa de Detenção de São Paulo, analisa os códigos da malandragem, semelhantes aos do P.P.A.B, o que nos leva a refletir que não existem códigos específicos dos presídios por regiões e, sim,

uma linguagem própria comum a todos, dentro da organização social.

Da mesma forma que existe uma linguagem única aproximando a representação da violência e estratégias de sobrevivência envolvendo toda a comunidade, existem também pontos convergentes da violência instituída e legitimada na instituição prisional universal.

O P.P.A.B é único por ser nomeado. Universal por conviver com instrumentos da manutenção de estratégias do aniquilamento das classes dominadas, pelo sistema de manutenção do poder controlador, pertencente a classes de dominação. Apesar da escrita ser representativa de um estudo de caso, o P.P.A.B. é único e universal. Pertence a literatura acadêmica, fundamentada na construção teórica dos escritos sem fronteiras, perpassando os continentes e se perpetuando através dos séculos.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio, BORDINI, Eliana. Reincidência e reincidente penitenciários em São Paulo, 1974-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, p. 70-94, fev. 1989
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Instituição e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986. 163 p.
- . **Metáfora da desordem** : o contexto social da doença mental. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. 119 p.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado** : notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1987. 127 p.
- ANDRADE, José Paes. **O "nosso 14 de julho"**. Recife : Dialgraf, 1975.
- ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e os homens do nordeste** : Contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. 5. ed. São Paulo : Atlas, 1986. 249 p.
- ANSART, Pierre. **Ideologia, conflitos e poder**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978. 276 p.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. História e prisão : construção de um paradigma. **Temas IMESC. Sociedade, direito, saúde**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 39-48, 1986.
- BARBOSA, Júlio César Tadeu. **O que é justiça**. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1984. 107 p. (Coleção Primeiros Passos, 105).
- BASAGLIA, Franco. **As instituições e os discursos**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1974. 137 p.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo : Hermes, 1983. 117 p.
- BENEVIDES, Maria Victoria. No fio da navalha : o debate sobre a violência urbana. **Temas IMESC, Sociedade, Direito e Saúde**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 71-76, 1985.
- BETTO, Frei. **Cartas da prisão**. São Paulo : Círculo do Livro, (1986)242. p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 6. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. 211 p.
- . **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1987. 252 p.

- BRASIL. Constituição. **Constituição** : República Federativa do Brasil. Brasília : Senado Federal, 1988, 292 p.
- BRASIL nunca mais : um relato para a história. 7. ed. Petrópolis : vozes, 1985.
- CARDOSO, Ruth (org.) **A aventura antropológica** : teoria e pesquisa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986. 155 p. ”
- CARIDADE, Maria de Amparo. **Sexo, mulher e punição** : a sexualidade feminina numa instituição penal. Recife : UFPE, 1988. 218 p.
- CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi** : memórias políticas. Recife : Guararapes, 1980. v. 2.
- CHENIAUX, Sonia. **Trapaceados e trapaceiros** : o menino de rua e o serviço social. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1986. 90 p.
- COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo** : crises e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1985. 173 p. (Coleção Pensando o Brasil, 3).
- COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempo sombrio. In : BIRMAN, Goel (org.). **Percursos na história da psicanálise**. Rio de Janeiro : Taurus, 1988. p. 151-174.
- . **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro : Graal, 1984. 189 p. (Biblioteca de Psicanálise e Sociedade, 3).
- COVRE, Maria de Lourdes (org.). **Cidadania que não temos**. São Paulo : Brasiliense. 1986. 188 p.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que são direitos das pessoas**. São Paulo : Brasiliense, 1984. 82. p. (Coleção Primeiros Passos, 13).
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis** : para uma sociologia do dilema brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1983. 272 p.
- . **Violência brasileira**. São Paulo : Brasiliense : 1982. 117 p.
- DORNELLES, João Ricardo W. **O que é crime**. São Paulo : Brasiliense, 1988. 82 p. (Coleção Primeiros Passos, 207).
- DUPRAT, Catharine. Punir e curar em 1919 : a prisão dos filantrópos. **Revista Brasileira de História**, v. 7. n. 14, p. 7:57, mar./ago. 1987.

- DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 13. ed. São Paulo : ed. Nacional, 1987. 128 p.
- EDMUNDO, Lygia Pereira. **Instituição ou escola de marginalidade?** São Paulo : Cortez, 1987. 141 p.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano : a criminalidade em São Paulo**. São Paulo : Brasiliense, 1984. 293 p.
- FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Revière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão : um caso de parricídio do século XIX**. 3. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1984. 294 p.
- . **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro : Graal, 1986. 295 p.
- . **Vigiar e punir : história da violência nas prisões**. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1986. 277 p.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978. 323 p.
- GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo : Universidade Estadual Paulista, 1990. 391 p.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma : notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1982. 158 p.
- . **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. Rio de Janeiro : Perspectiva, 1987. 312 p.
- . **A representação do eu na vida cotidiana**. 3. ed. Petrópolis : Vozes, 1985. 233 p.
- LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um**. Uma história do Comando Vermelho, Rio de Janeiro: Vozes, 1991. 107 p.
- LEMGRUBER, Julita. **Cemitérios dos vivos : análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro : Achiamé, 1982. 142 p.
- LOUZEIRO, José. **Lúcio Flávio : o passageiro da agonia**. São Paulo : Círculo do Livro. 246 p.
- MACHADO, Roberto. **Danação da norma : a medicina social e constitucional da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 559 p.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 320 p.

- MARKUN, Paulo. (org.). **Vlado** : retrato da morte de um homem e de uma época. São Paulo : Brasiliense, 1985. 248 p.
- MAUSS, Marcel. **Manual de etnologia**. Lisboa : Portico, 1972. 273 p.
- . **Sociologia e antropologia**. São Paulo : E.P.U., 1974. v.1. ,,
- MORRIS, Terence. **Desvios e controle**, a heresia secular : a ordem social e como ela é composta. Rio de Janeiro : Zahar, 1978. 170 p.
- MOSCATELLI, Luigi. **Política da repressão** : força e poder de uma justiça de classe. Rio de Janeiro : Achiamé, 1982. 157 p.
- MERTON, Robert. **Sociologia, teoria e estrutura**. São Paulo : Mestre Jou, 1986. p. 203-234 : Estrutura social e anônima.
- MOTTA, Roberto e Scoh, Parry (orgs.) **Sobrevivência e Fonte de Renda**. - Estratégias das Famílias de Baixa Renda no Recife. Recife, Sudene, Editora Massangana, 1989. 157 p.
- NEVES, Delma Pessanha. Nesse terreno galo não canta : estudos do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO**, Rio de Janeiro, p. 199-221. 1985.
- ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. 93 p. (Coleção Primeiros Passos, 85).
- OLIVEIRA, Odete Maria. **Prisão** : um paradoxo social. Florianópolis : U.F.SC., 1984. 266 p.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir?** : como o estado trata o criminoso. São Paulo : Cortez, 1987. 87 p. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo, 2).
- . Uma saga carcerária. **Temas IMESC. Sociedade, Direito, Saúde**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 97-110, 1985,
- . **A violência urbana e a sociologia** : sobre crenças e fatos, mitos e teorias, política e linguagem. **Religião e sociedade**. Rio de Janeiro. v. 15, n. 1, p. 68-81, 1990.
- PELTO, Pertti J. **Iniciação ao estudo da antropologia**. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1984. 144 p.
- PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade** : favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. 377 p. (Col. Estudos Brasileiros, 18).

- PERRUCI, Maud Fragoso de Albuquerque, **Mulheres encarceradas**. São Paulo : Global, 1983. 143 p.
- PINHEIRO, Paulo, BRAUN, Eric (org.). O controle da política no processo de transição do Brasil. **Temas IMESC. Sociedade, Direito, Saúde**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 77-95.
- . **Crime, violência e poder**. São Paulo : Brasiliense, 1983. 277 p.
- . **Democracia X violência** : reflexões para a constituinte. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986. 159 p. (Coleção Pensamento crítico, 67).
- PIRES, Cecília. **A violência no Brasil**. 2. ed. São Paulo : Moderna, 1985. 71 p. (Coleção Polêmica).
- PIRES, Teresa do Rio Caldeira. **A política dos outros** : o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo : Brasiliense, 1984, 300 p.
- RAMALHO, José Ricardo. **Mundo e crime** : a ordem pelo avesso. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1983 231 p.
- RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo : Círculo do Livro, 558 p.
- SADER, Emir, BIERRENBACH, Maria Inês, FIGUEREDO, Cyntia. **Fogo no pavilhão** : uma proposta de liberdade para o menor. São Paulo : Brasiliense, 1987. 198 p.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. Com a trave no olho: a criminalidade policial no Pará. **Temas IMESC. Sociedade, Direito, Saúde**. São Paulo, v.3, n. 1, p. 49-79, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça** : a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, Campus, 1987. 89 p.
- SOUZA, Percival. **A maior violência do mundo** : baixada fluminense - Rio de Janeiro - Brasil. Rio de Janeiro : Traço, 1980. 142 p.
- THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos**. Rio de Janeiro : Achiamé, 1983. 145 p.
- . **A questão penitenciária**. Petrópolis : Vozes, 1986. 164 p.
- TUBENCHLAK, James. **Crise social e delinquência**. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1981. 95 p.

VELHO, Gilberto (org.). **Individualismo e cultura** : notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1987. 149 p.

----- . **O desafio da cidade** : novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro : Campus, 1980, 180 p.

----- . **Desvio e divergências** : uma crítica da patologia social. 5. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1985, 144 p.

VIOLANTE, Maria Lucia. **O dilema do decente malandro** : a questão da identidade do menor-FEBEM. 3. ed. São Paulo : Cortez, 1984. 196 p.

----- . Para além da humanização. Temas IMESC. **Sociedade, Direito, Saúde**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 111-126, 1985.

ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1980. 263 p.

----- . **A máquina e a revolta** : as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo : Brasiliense, 1985. 265 p.

----- . Teleguiados e chefes : juventude e crime. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 56-67, 1990.

PERIÓDICOS :

Diário de Pernambuco 17-09-89
 Diário de Pernambuco 13-10-89
 Diário de Pernambuco 10-12-89
 Diário de Pernambuco 19-11-89
 Jornal do Comércio 23-12-89
 Folha de São Paulo 11-06-90
 Folha de São Paulo 24-09-90
 Diário de Pernambuco 21-10-90

Reclamo, n.9 agosto 1986 p. 14

Isto é Senhor 09-10-85
 Revista VEJA 25-06-86
 Isto é Senhor 06-08-86
 Revista VEJA 29-04-87
 Revista VEJA 05-08-87
 Revista VEJA 08-07-87
 Isto é Senhor 02-09-87
 Isto é Senhor 08-06-88
 Revista VEJA 03-08-88
 Revista VEJA 28-09-88
 Revista VEJA 10-05-89
 Revista VEJA 10-08-90
 Isto é Senhor 04-04-90
 Isto é Senhor 27-06-90
 Isto é Senhor 25-07-90
 Isto é Senhor 10-10-90
 Isto é Senhor 21-11-90

ANEXOS

ROTEIRO DOS DADOS PESQUISADOS

NAS

FICHAS DE IDENTIFICAÇÕES

Ano de entrada

Infrações (Artigos)

Primário/Reicidente

Idade

Estado Civil

Naturalidade

Escolaridade

Cor

Profissão

Condições Econômicas

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identidade:

Nome, idade, profissão, escolaridade

Estado Civil - filhos, situação profissional e econômica da companheira

Naturalidade - cor

Pai - Mãe e Irmãos: profissão, condições econômicas e antecedentes criminais

Motivo da Prisão: Quanto tempo Aníbal Bruno

Advogado particular

Tempo que foi à Justiça

Porquê ? Julgamento

Relação com: Preso X Preso

Preso X Agente

Preso X Serviço Técnico

Preso X Direção

Experiência Interna

Espancamento interno, motivo ..

Castigo: motivos: Quanto tempo no castigo. Condições.

Punições: concorda ou não concorda

Conceito de Violência

Comparação : Violência X Presídio

Violência X Sociedade

Experiência de vida na sociedade e presídio

Conceito de livre

Conceito de cidadão

Conceito de bom e mau Presídio

Sociedade

Conceito de certo e errado

Motivo das fugas

Conceito de justiça

Conceito de certo e errada na prisão

Conceito de normal no Presídio

Conceito de normal na Sociedade

Direções anteriores - Relação com Preso/Agente Penitenciário.



SISTEMA PENITENCIARIO

Presídio e Centro de Classificação do Recife

Nomé: _____

Nº do Pront. _____

<p>Olhos: _____</p> <p>Barba: _____</p> <p>Bigode: _____</p> <p>Dentes: _____</p> <p>Orelhas: _____</p> <p>Bôca: _____</p> <p>Nariz: _____</p> <p>Lábios: _____</p> <p>Sobrancelhas: _____</p> <p>Estatura: _____</p> <p>Cicatrices Marca-Tatuagens: _____</p>	<p>Estado Civil: _____</p> <p>Filho(s): _____</p> <p>Sabe ler e escrever: _____</p> <p>Estado econômico: _____</p> <p>Profissão: _____</p> <p>Instrução: _____</p> <p>Classe delinquente: _____</p>
<p>Vulgo: _____</p> <p>Cutis: _____</p> <p>Cabelo: _____</p>	<p>Data do nascimento: _____</p> <p>Naturalidade: _____</p> <p>Nacionalidade: _____</p> <p>Lugar do nascimento: _____</p> <p>Nome do Pai: _____</p> <p>Nome da Mãe: _____</p>
<p>Observação:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p><i>Impressão Digital</i></p> <p>Polegar Esquerdo</p>	<p>Polegar Direito</p>

TRANSFERÊNCIA DE PRESOS DO P.P.A.B
PERÍODO DE 1980 À 1989

1980	
01.01.80	156 presos
31.12.80	271 presos
Durante o ano de 1980, foram transferidos para Penitenciária Professor Barreto Campelo	
P.P.B.C. (Sistema fechado)	119 presos
Penitenciária Agrícola de Itamaracá	
P.A.I. (Aberto)	21 presos
Penitenciária Regional Agreste	
P.R.A. (Sistema aberto)	12 presos
Instituto Médico Penal (IMEP)	15 presos
Outros estados	11 presos
1981	
01.01.81	271 presos
31.12.81	298 presos
P.P.B.C.	170 presos
P.A.I.	47 presos
P.R.A.	10 presos
IMEP	14 presos
outros estados	07 presos
Juizados de menores/FEBEM	09 presos
1982	
01.01.82	298 presos
31.12.82	278 presos
P.P.B.C.	152 presos
P.A.I.	23 presos
P.R.A.	11 presos
IMEP	07 presos
Juizado de menores	09 presos
1983	
01.01.83	278 presos
31.12.83	328 presos
P.P.B.C.	177 presos
P.A.I.	39 presos
P.R.A.	05 presos
IMEP	15 presos
Juizado de menores	03 presos
Outros estados	10 presos

1984

01.01.84	328 presos
31.12.84	450 presos
P.P.B.C.	152 presos
P.A.I.	42 presos
P.R.A.	16 presos
IMEP	24 presos
Juizado de Menores	01 preso
Outros estados	06 presos

1985

01.01.85	452 presos
31.12.85	512 presos
P.P.B.C.	276 presos
P.A.I.	95 presos
P.R.A.	24 presos
IMEP	28 presos
Juizado menores	02 presos
Outros estados	07 presos

1986

01.01.86	521 presos
31.12.86	551 presos
P.P.B.C.	304 presos
P.A.I.	95 presos
P.R.A.	07 presos
IMEP	39 presos
Juizado de menores/FEBEM	16 presos
Outros estados	10 presos

1987

01.01.87	553 presos
31.12.87	489 presos
P.P.B.C.	261 presos
P.A.I.	129 presos
P.R.A.	14 presos
IMEP	55 presos
Juizado de menores	07 presos
Outros estados	06 presos

1988

01.01.88	490 presos
31.12.88	645 presos
P.P.B.C.	131 presos
P.A.I.	104 presos
P.R.A.	10 presos
IMEP	53 presos
Juizado de menores/FEBEM	18 presos

1989

01.01.89	647 presos
31.08.89	734 presos
P.P.B.C.	69 presos
P.A.I.	58 presos

P.R.A.	11 presos
IMEP	25 presos
Juizado de menores/FEBEM	07 presos
Outros estados	04 presos

Os registros de encaminhamento para as Penitenciárias e Instituto Médico Penal não significam que os presos foram julgados e ou internados no Hospital Psiquiátrico (IMEP). Constatamos encaminhamento pro medida de segurança, castigos, segurança máxima.

Os encaminhamento para o IMEP são para exames psiquiátricos, como também por medida de segurança (evitar fugas ou mortes), posteriormente regressar para o P.P.A.B.

O levantamento foi realizado no primeiro e último dia do mês, significando que nesses intervalos prá registros diários de saída e entrada, a preocupação nossa foi com a permânencia do preso no P.P.A.B.



Registro oficial por ano de fugas, recapturas, morte e encaminhamento para o I.M.L. (lesões e agressões internas).

(PERÍODO DE 1980 A 1989)

1980 - Fugas 11
Recapturas 04
Mortes 01
IML 02
Agressões 01

1981 - Fugas 15
Recapturas 09
IML 09

1982 - Fugas 01
Recapturas 01
Mortes 01
IML 18
Agressões 03

1983 - Fugas 05
Recapturas 02
Mortes 01
IML 18

1984 - Fugas 05
Recapturas 01
Mortes 02
IML 22

1985 - Fugas 03
Recapturas 03
Mortes 01
IML 10

1986 - Fugas 07
Mortes 04
IML 19
Agressões 01
Tentativa de suicídio 01

1987 - Fugas 11
Recapturas 01
Mortes 06
IML 28
Tentativa de suicídio 01

1988 - Fugas 11
Recapturas 10
Mortes 03
IML 16
Agressões 01

1989 (31.08.89) Recapturas 02
Mortes 08
IML
Agressões 01

Registro Oficial

Movimento Diário P.P.A.B.

(janeiro 80 à 31 agosto 1989)

Fugas 69

Recapturas 33¹

Mortes 27²

IML 165 - A pesquisa não teve acesso aos laudos do IML

Agressões 07

Tentativa de suicídio 02

(1) Os registros das capturas são na maioria fugas da Penitenciária Agrícola de Itamaracá.
(P.A.I.)

Registros das recapturas com novas infrações (Art. assalto, furtos e homicídios)

(2) Não há registro dos motivos das mortes.

Registro dos encaminhamentos p/consultas ou internamento nos Hospitais do grande Recife³.

(janeiro 1980 à 31 de agosto 1989)

1239 encaminhamentos :

Hospital da Restauração	315
Hospital Geral Otávio de Freitas	310
Hospital das Clínicas	248
Oftamologista	69
Hospital Getúlio Vargas	56
Posto Lessa de Andrade	49
Hemope	38
Hospital Agamenon Magalhães	23
IPSEP	23
Hospital Santo Amaro	20
Hospital Barão de Lucena	14
Hospital Oswaldo Cruz	11
Posto da Madalena	09
Hospital Olinda	09
FUSAN	07
Sancho	06
Hospital Gouveia de Barros	06
Hospital Evangélico	06
Amaury de Medeiros	03
Hospital Correia Picâncio	02
Posto Saúde Afogados	02
Hospital Santa Joana	02
Hospital da Aeronáutica	02
Hospital Português	02
Posto de Areias	01
Liga Pernambucana Tuberculose	01
Hospital Centenário	01
Hospital Albert Sabin	01
Clínica Santa Tereza	01
Procárdio	01
Prontoclínica	01

(3) A pesquisadora não encontrou nos registros o motivo de internamento.

Exigências para submeter-se ao Curso da Academia de Polícia Civil como **Agente Penitenciário** :

- Ter cursado o 2. Grau completo, atualmente feito alteração, passando a, ser exigido o 1. Grau completo.
- Submeter-se a provas de conhecimento e obter grau de aprovação :
Português, Estudos Sociais, História e Geografia (Programa correlato ao 1. Grau).

Provas Físicas : Exame de Saúde Médica

Psicotécnico : Aptidão e Personalidade

Frequentar e ser aprovado em todas as disciplinas no Curso de Formação na Academia de Polícia Civil.⁴

Curso : Tem 4 (quatro) meses de duração.

Exigências durante o curso :

Conhecimentos elementares do Direito Penal, Direito Penitenciário, Psicologia e Relações Humanas.

Direito Administrativo e Polícia Penitenciária.

Educação Física

Armamento, tiro e defesa pessoal.

Durante o período de duração do curso, o aluno não recebe salário, o que causa inquietação, pois tem compromissos familiares e deixam os empregos para poderem frequentar o curso.

Perfil do Policial

- Estatura 1m 60cm (estatura média da Região)
- Não ter antecedentes criminais
- Análise da vida pregressa
- Análise do comportamento do aluno dentro da Academia, durante período do curso.

Princípios básicos é o aluno ter que se moldar as determinações da Secretaria de Segurança.

(4) Percentual pouco significativo de reprovação, o exame psicotécnico tem índice mais elevado de reprovação.

Motivação segurança segundo depoimento do Diretor da Polícia Penitenciária, o grande contingente é buscar melhores condições de emprego, a maioria desenvolve atividades profissionais pouco relevante e instável.

O índice de permanência na função é elevada, havendo pouca desistência após ser integrado no quadro de funcionário.

Apesar de ser reduzido o de bons Policiais, no entanto permanecem na função devido a segurança e estabilidade que a categoria funcionário público oferece.

Falta sensibilidade, equilíbrio e tais atitudes repercute no desenvolvimento do trabalho de um policial.

Desvio das Funções de Segurança Penitenciária :

- Incompatibilidade com colegas.
- Uns não conseguem conviver com colegas, que não tenham condições de ser bons policiais.

- Outros não conseguem conviver com os presos.

Têm receio das agressões dos presos, sentem-se amedrontados.

Receio de ser refém e motim.

É significativo o número de desvio da função.

Falta de meios para preparação da formação do policial.

- Condições econômicas para preparação

- Estado não investe na preparação

"A Polícia despreparada é fruto do Estado"

- Salário não compensador avilta a condição policial.

- Falta de condições : Munição, armas.

Inércia do Estado diante dos deveres (segurança).

- Rediscutir o direito do servidor

Meta Prioritária da Formação : Disciplina

Sistema Penitenciário - 511 policiais como integrante do quadro funcional subordinados a Diretoria da Polícia Penitenciária (Subordinado a Diretoria Geral do Sistema).

Dos 511 policiais distribuídos em vários estabelecimentos do Estado.

Presídio Professor Aníbal Bruno

148 homens (incluindo área administrativa, funcionários à disposição de outros órgãos, férias, licenciados e outros).

Internamente estão subordinados ao Chefe de Segurança do P.P.A.B.

Trabalham em serviço de escala, sendo 24 horas de serviço e 71 horas de descanso. São 4 escalas semanais, composta de 25 agentes, sendo 10 agentes na permanência e 15 agentes no setor de disciplina.



SISTEMA PENITENCIARIO

Presídio Professor Aníbal Bruno

Presidiário:

Nome _____ Nº do Pront. _____ Nº da Ident. _____

RECOLHIMENTO

Data da Prisão	Motivo	Data Recot.	Local do Delito	Juízo de Instrução

ENDEREÇO

Data	Residência	Data	Residência

SEÇÃO EM QUE TRABALHA

Data da Ent.	Secção	Função	Data Saída	Motivo

**PUNIÇÕES DISCIPLINARES
HISTORICO**

NIVEL DISCIPLINAR

Classificação

Bom	Ruim

ENFERMARIA

Baixa		Alta	
Data	Condições	Data	Condições

MOVIMENTAÇÃO

Documentos

Registros

Data	No	Procedência	Assunto

POPULAÇÃO DO PRESÍDIO EM 1979

Item da Pesquisa	Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
Amostragem Geral	--	--	--	--

TABELA 13

POPULAÇÃO DO PRESÍDIO EM 1980

Item da Pesquisa	Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL	4	4	--	--
ARTIGOS				
157	3	1	--	--
311/12	2	--	--	--
1.2- Lei 6368/76	1	--	--	--
121	1	--	--	--
180	1	--	--	--
171	1	--	--	--
155	--	2	--	--
Não Consta	--	1	--	--
PRIMARIO	--	--	--	--
REINCIDÊNCIA	4	4	--	--
IDADE				
18	1	1	--	--
20	--	1	--	--
22	--	1	--	--
23	1	--	--	--
25	1	--	--	--
28	1	--	--	--
29	--	1	--	--
COR				
Branco	2	2	--	--
Mestiço	2	2	--	--
ESTADO CIVIL				
Casado c/filho	1	--	--	--
Solt. c/filho	--	1	--	--
Solt. s/filho	3	3	--	--
ESCOLARIDADE				
Analfabeto	1	2	--	--
Primário	2	1	--	--
1o. grau comp.	1	1	--	--
PROFISSAO				
Autônomo	1	--	--	--
Serralheiro	1	1	--	--
Pedreiro	1	--	--	--
Motorista	--	1	--	--
Agricultor	--	1	--	--
Sem Profissão	1	1	--	--
CONDIÇÕES ECONÔMICAS				
Precária	4	4	--	--

TABELA 14

POPULAÇÃO DO PRESIDIO EM 1981

Item da Pesquisa		Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL		7	5	3	--
ARTIGOS	157	4	2	2	--
	121	1	3	--	--
	155	1	2	2	--
	12- Lei 6368/76	1	1	--	--
	311/12	1	--	--	--
	129	--	2	--	--
PRIMARIO		1	--	--	--
REINCIDÊNCIA		6	5	3	--
IDADE	19	3	--	--	--
	21	1	--	--	--
	22	--	1	--	--
	23	1	1	--	--
	24	1	--	1	--
	28	--	1	--	--
	29	--	--	1	--
	31	1	1	--	--
	35	--	1	--	--
	41	--	--	1	--
COR	Branco	3	2	2	--
	Mestiço	4	3	1	--
ESTADO CIVIL	Casado c/filho	2	2	2	--
	Casado s/filho	--	--	1	--
	Solt. c/filho	2	--	--	--
	Solt. s/filho	3	3	--	--
ESCOLARIDADE	Analfabeto	3	2	1	--
	Primário	3	1	1	--
	1o. grau comp.	--	2	--	--
	1o. grau incop.	--	--	1	--
	2o. grau incop.	1	--	--	--
PROFISSAO	Autônomo	3	1	--	--
	Pedreiro	3	--	1	--
	Motorista	--	2	2	--
	Mecânico	--	1	--	--
	Padeiro	--	1	--	--
	Sem Profissão	1	--	--	--
CONDICOES ECONÔMICAS	Precária	7	5	3	--

TABELA 15

POPULAÇÃO DO PRESÍDIO EM 1982

Item da Pesquisa		Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL		7	6	1	--
ARTIGOS	157	6	2	--	--
	12- Lei 6368/76	2	--	--	--
	129	1	3	--	--
	155	1	1	1	--
	121	--	3	--	--
PRIMARIO		--	2	--	--
REINCIDÊNCIA		7	4	1	--
IDADE	19	--	1	--	--
	20	1	--	--	--
	21	1	--	--	--
	22	1	2	--	--
	23	1	--	--	--
	26	2	1	--	--
	28	1	--	--	--
	32	--	1	--	--
	47	--	--	1	--
	53	--	1	--	--
COR	Branco	4	3	1	--
	Mestiço	3	3	--	--
ESTADO CIVIL	Casado c/filho	2	1	1	--
	Solt. c/filho	2	2	--	--
	Solt. s/filho	3	3	--	--
ESCOLARIDADE	Analfabeto	1	3	1	--
	Primário	1	2	--	--
	1o. grau incop.	3	1	--	--
	2o. grau comp.	1	--	--	--
	Universitário	1	--	--	--
PROFISSAO	Téc. Eletrônico	1	--	--	--
	Func. Público	--	1	--	--
	Motorista	--	1	--	--
	Mecânico	--	1	--	--
	Comerciário	--	1	--	--
	Vigilante	2	--	--	--
	Servente	2	1	1	--
	Agricultor	--	1	--	--
	Sem Profissão	2	--	--	--
CONDIÇÕES ECONÔMICAS	Precária	5	5	1	--
	Razoável	2	1	--	--

TABELA 16

POPULAÇÃO DO PRESÍDIO EM 1983

Item da Pesquisa		Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL		3	10	3	--
ARTIGOS	12- Lei 6368/76	2	2	--	--
	157	1	4	1	--
	121	1	5	1	--
	155	--	1	1	--
	129	--	1	--	--
PRIMARIO		1	5	--	--
REINCIDÊNCIA		2	5	3	--
IDADE	18	--	1	--	--
	19	--	1	--	--
	20	--	2	--	--
	21	2	1	--	--
	24	--	--	1	--
	27	--	--	1	--
	31	--	--	1	--
	36	--	1	--	--
	40	--	1	--	--
	44	--	2	--	--
	46	1	--	--	--
50	--	1	--	--	
COR	Branco	1	1	--	--
	Mestiço	2	9	3	--
ESTADO CIVIL	Solt. c/filho	1	5	2	--
	Solt. s/filho	2	5	1	--
ESCOLARIDADE	Analfabeto	--	6	2	--
	Primário	3	3	--	--
	2o. grau incop.	--	1	--	--
	2o. grau comp.	--	--	1	--
PROFISSAO	Autônomo	1	1	2	--
	Agente Polícia	--	1	--	--
	Pintor	1	--	--	--
	Carpinteiro	--	1	--	--
	Pedreiro	--	2	--	--
	Servente	1	--	--	--
	Agricultor	--	3	--	--
	Enfermeiro	--	--	1	--
Sem Profissão	--	2	--	--	
CONDIÇÕES ECONÔMICAS	Precária	2	10	3	--
	Razoável	1	--	--	--

POPULAÇÃO DO PRESIDIO EM 1984

Item da Pesquisa		Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL					
		7	9	2	--
ARTIGOS					
	155	3	--	--	--
	12- Lei 6368/76	2	2	--	--
	157	2	4	--	--
	121	1	2	2	--
	129	--	1	1	--
	311/12	--	1	--	--
	255	--	1	--	--
	254	--	1	--	--
PRIMARIO					
		--	4	1	--
REINCIDÊNCIA					
		7	5	1	--
IDADE					
	17	1	--	--	--
	19	1	--	--	--
	20	--	1	--	--
	21	--	1	--	--
	22	1	--	1	--
	23	--	1	1	--
	24	1	1	--	--
	25	--	1	--	--
	26	1	1	--	--
	30	--	1	--	--
	32	1	--	--	--
	37	--	1	--	--
	42	1	--	--	--
	44	--	1	--	--
COR					
	Branco	3	1	1	--
	Mestico	4	8	1	--
ESTADO CIVIL					
	Casado c/filho	--	1	--	--
	Solt. c/filho	2	--	1	--
	Solt. s/filho	4	8	1	--
	Desq. c/filho	1	--	--	--
ESCOLARIDADE					
	Analfabeto	2	4	1	--
	Primário	1	2	--	--
	1o. grau Incop.	1	2	--	--
	1o. grau comp.	1	1	1	--
	2o. grau Incop.	1	--	--	--
	Não Consta	1	--	--	--
PROFISSAO					
	Autônomo	3	2	--	--
	Agente Polícia	--	--	1	--
	Pintor	1	--	--	--
	Industriário	1	--	--	--
	Pedreiro	--	1	--	--
	Servente	--	1	--	--
	Agricultor	--	1	--	--
	Mecânico	--	1	--	--
	Caldeireiro	--	1	--	--
	Eletricista	--	1	--	--
	Comerciário	--	--	1	--
	Sem Profissão	2	1	--	--
CONDIÇÕES ECONÔMICAS					
	Preária	7	9	2	--
	Razoável	--	--	--	--

TABELA 18

POPULAÇÃO DO PRESIDIO EM 1985

Item da Pesquisa	Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL	8	33	4	--
ARTIGOS				
157	5	16	3	--
121	2	11	--	--
155	1	3	--	--
29	1	3	--	--
311/12	1	8	--	--
18	1	1	--	--
171	1	1	--	--
297	1	--	--	--
12- Lei 6368/76	--	2	1	--
129	--	5	--	--
59	--	2	--	--
19	--	1	--	--
147	--	1	--	--
180	--	1	--	--
PRIMARIO	4	19	2	--
REINCIDÊNCIA	4	14	2	--
IDADE				
18	1	6	--	--
19	1	3	--	--
20	--	2	--	--
21	1	1	1	--
22	1	2	1	--
23	--	1	--	--
24	2	8	--	--
25	--	3	1	--
26	--	1	--	--
28	--	1	--	--
31	--	2	--	--
33	1	--	--	--
45	--	1	--	--
48	1	--	--	--
50	--	1	--	--
56	--	--	1	--
Não Consta	--	1	--	--
COR				
Branco	1	3	2	--
Mestiço	7	30	2	--
ESTADO CIVIL				
Casado c/filho	2	8	1	--
Casado s/filho	--	1	--	--
Solt. c/filho	2	10	2	--
Solt. s/filho	4	14	1	--
ESCOLARIDADE				
Analfabeto	3	18	3	--
Primário	3	11	--	--
1o. grau incop.	--	1	1	--
1o. grau comp.	--	2	--	--
2o. grau incop.	1	1	--	--
2o. grau comp.	1	--	--	--

PROFISSAO	Autônomo	1	1	--	--
	Talhador	1	1	--	--
	Pintor	1	2	--	--
	Machadeiro	--	1	--	--
	Pedreiro	2	5	--	--
	Servente	--	2	--	--
	Agricultor	--	1	--	--
	Mecânico	--	2	1	--
	Vigilante	--	2	--	--
	Soldador	--	1	--	--
	Comerciário	1	3	--	--
	Aposentado	--	1	--	--
	Motorista	--	2	2	--
	Jardineiro	--	1	--	--
	Cozinheiro	--	--	1	--
	Sem Profissão	2	8	--	--
-----	-----	-----	-----	-----	-----
CONDIÇÕES	Precária	7	31	4	--
ECONÔMICAS	Razoável	--	2	--	--
	Boa	1	--	--	--
=====	=====	=====	=====	=====	=====

TABELA 19

POPULAÇÃO DO PRESIDIO EM 1986

Item da Pesquisa	Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL	22	22	3	--
ARTIGOS				
157	11	9	1	--
155	6	2	--	--
121	5	5	2	--
129	3	2	--	--
311/12	6	6	1	--
12- Lei 6368/76	1	4	1	--
50	--	1	--	--
104/107	--	1	--	--
PRIMARIO	10	15	3	--
REINCIDÊNCIA	12	7	--	--
IDADE				
16	1	--	--	--
17	--	1	--	--
18	1	1	--	--
19	1	3	--	--
20	1	2	--	--
21	--	3	--	--
22	4	1	--	--
23	1	1	--	--
24	1	2	--	--
25	1	1	1	--
26	1	2	--	--
27	1	1	--	--
28	2	2	--	--
29	1	--	--	--
30	1	--	--	--
31	1	--	--	--
32	2	--	--	--
34	--	1	1	--
35	1	--	--	--
44	1	--	--	--
47	--	--	1	--
48	--	1	--	--
COR				
Branco	2	2	--	--
Mestico	19	19	3	--
Preto	1	1	--	--
ESTADO CIVIL				
Casado c/filho	3	2	2	--
Casado s/filho	1	--	--	--
Solt. c/filho	5	7	1	--
Solt. s/filho	12	13	--	--
Não Consta	1	--	--	--
ESCOLARIDADE				
Analfabeto	11	12	2	--
Primário	5	6	--	--
1o. grau incop.	4	3	--	--
1o. grau comp.	1	--	--	--
2o. grau incop.	--	--	1	--
2o. grau comp.	--	1	--	--

		Não Consta	1	--	--	--
PROFISSAO	Autônomo		1		2	--
	Pintor		1		1	--
	Carpinteiro		1	--		--
	Pedreiro	--			3	1
	Servente		5		2	1
	Agricultor		1		4	--
	Mecânico		1	--		--
	Eletricista		2	--		--
	Soldador	--			1	--
	Comerciário	--			1	--
	Jornaleiro		1	--		--
	Motorista		2		2	1
	Jardineiro		1	--		--
	Encanador	--			1	--
	Sem Profissão		6		5	--
CONDIÇÕES ECONÔMICAS	Precária		22		20	3
	Razoável	--			2	--

TABELA 20

POPULAÇÃO DO PRESIDIO EM 1987

Item da Pesquisa	Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL	47	52	8	--
ARTIGOS				
157	25	28	2	--
311/12	17	--	1	--
121	9	11	3	--
155	7	9	1	--
129	5	4	1	--
150	2	1	--	--
61/62/69	1	--	--	--
19	1	--	--	--
254	1	--	--	--
18 CPM	1	--	--	--
157/121	1	--	--	--
311	1	--	--	--
12- Lei 6368/76	--	14	--	--
214	--	1	--	--
329	--	1	--	--
14	--	1	--	--
29	--	1	--	--
65	--	1	--	--
211	--	1	--	--
288	--	--	1	--
7571	--	--	1	--
Não Consta	1	3	--	--
PRIMARIO	28	43	7	--
REINCIDÊNCIA	19	9	1	--
IDADE				
10	--	1	--	--
15	1	--	--	--
16	--	--	1	--
17	3	3	--	--
18	2	3	--	--
19	6	6	1	--
20	2	2	--	--
21	4	11	--	--
22	2	3	--	--
23	4	4	1	--
24	5	1	--	--
25	1	--	1	--
26	3	1	--	--
27	2	--	--	--
28	3	--	1	--
29	1	1	--	--
30	1	1	--	--
31	1	1	--	--
32	1	3	--	--
33	2	1	--	--
34	--	1	--	--
35	--	1	--	--
36	1	--	--	--
37	1	--	1	--
38	--	1	1	--

	39	--	1	--	--
	41	--	1	--	--
	43	--	1	--	--
	48	1	--	--	--
	51	--	1	--	--
	52	--	1	--	--
	56	--	1	--	--
	70	--	--	1	--
	Não Consta	--	1	--	--
COR	Branco	6	10	2	--
	Mestico	40	31	6	--
	Preto	1	3	--	--
ESTADO CIVIL	Casado c/filho	6	15	1	--
	Casado s/filho	2	2	1	--
	Solt. c/filho	10	7	2	--
	Solt. s/filho	25	25	4	--
	Amig. c/filho	3	3	--	--
	Amig. s/filho	1	--	--	--
ESCOLARIDADE	Analfabeto	17	25	1	--
	Primário	16	10	4	--
	1o. grau Incop.	6	4	2	--
	1o. grau comp.	3	2	--	--
	2o. grau Incop.	3	--	--	--
	2o. grau comp.	2	2	1	--
	Não Consta	--	1	--	--
PROFISSAO	Autônomo	2	4	1	--
	Pintor	4	1	--	--
	Carpinteiro	4	1	--	--
	Pedreiro	5	8	1	--
	Servente	3	6	2	--
	Agricultor	--	9	--	--
	Mecânico	1	--	1	--
	Eletricista	1	1	--	--
	Garçon	1	1	--	--
	Comerciante	5	3	--	--
	Motorista	5	9	2	--
	Jardineiro	1	--	--	--
	Encanador	--	1	--	--
	Estufador	1	--	--	--
	Professor	1	--	--	--
	Bancário	1	--	--	--
	Marchante	1	1	--	--
	Func. Público	1	1	--	--
	Alfate	2	--	--	--
	Talhador	1	--	--	--
	Forneiro	--	1	--	--
	Fotógrafo	--	1	--	--
	Padeiro	--	2	--	--
	Ferreiro	1	1	--	--
	Polícia Militar	--	--	1	--
	Industrial	--	1	--	--
	Sem Profissão	6	--	--	--
CONDIÇÕES ECONÔMICAS	Precária	42	47	7	--
	Razoável	5	5	1	--

TABELA 21

POPULAÇÃO DO PRESIDIO EM 1988

Item da Pesquisa	Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL	80	78	13	---
ARTIGOS				
157	36	21	6	---
155	17	7	3	---
121	16	27	2	---
311/12	10	17	6	---
12- Lei 6368/76	7	5	1	---
213	5	---	---	---
129	4	7	2	---
219/213	2	---	---	---
213/224	1	---	---	---
29	1	2	---	---
163	1	---	---	---
150	1	---	---	---
216	1	---	---	---
222	1	---	---	---
288	1	---	---	---
339	1	---	---	---
331	1	---	---	---
311/313	1	---	---	---
14	1	---	---	---
59	---	1	---	---
297	---	1	---	---
302	---	1	---	---
352	---	---	1	---
Não Consta	1	1	---	---
PRIMARIO	68	70	10	---
REINCIDÊNCIA	12	8	3	---
IDADE				
12	---	1	---	---
15	---	---	1	---
17	2	2	---	---
18	10	4	---	---
19	14	7	1	---
20	9	10	1	---
21	6	6	3	---
22	5	8	---	---
23	6	3	1	---
24	4	7	1	---
25	3	5	1	---
26	2	4	---	---
27	2	1	---	---
28	3	2	---	---
29	---	2	---	---
30	2	3	---	---
31	---	---	3	---
32	2	---	---	---
33	1	1	1	---
34	2	1	---	---
35	2	1	---	---
36	1	---	---	---
37	---	1	---	---

		38	--	1	--	--
		39	--	2	--	--
		41	2	--	--	--
		43	--	3	--	--
		44	1	--	--	--
		50	1	--	--	--
		51	--	1	--	--
		54	--	1	--	--
		58	--	1	--	--
<hr/>						
COR	Branco	10		9	3	--
	Mestiço	70		69	10	--
<hr/>						
ESTADO CIVIL	Casado c/filho	9		13	2	--
	Casado s/filho	3		2	1	--
	Solt. c/filho	13		20	3	--
	Solt. s/filho	54		42	7	--
	Amig. s/filho	--		1	--	--
	Não Consta	1	--	--	--	--
<hr/>						
ESCOLARIDADE	Analfabeto	23		28	4	--
	Primário	52		48	5	--
	1o. grau incop.	1	--	--	2	--
	1o. grau comp.	--		1	--	--
	2o. grau comp.	4	--	--	--	--
	Superior Incop.	--		--	1	--
	Superior comp.	--		--	1	--
	Não Consta	--		1	--	--
<hr/>						
PROFISSAO	Autônomo	10		6	4	--
	Pintor	1		6	1	--
	Carpinteiro	6		6	--	--
	Pedreiro	9		11	1	--
	Servente	13		9	--	--
	Agricultor	1		5	1	--
	Mecânico	5		3	3	--
	Eletricista	1		2	1	--
	Comerciário	1		2	--	--
	Motorista	4		2	1	--
	Encanador	--		2	--	--
	Estufador	3	--	--	--	--
	Func. Público	1	--	--	--	--
	Talhador	1		1	--	--
	Fotógrafo	1	--	--	--	--
	Padeiro	3	--	--	--	--
	Vigilante	3		2	--	--
	Soldador	1	--	--	--	--
	Tecelão	1	--	--	--	--
	Pescador	--		2	--	--
	Cozinheiro	1		2	--	--
	Serigrafia	1	--	--	--	--
	Abatedor	--		1	--	--
	Sem Profissão	13		16	1	--
<hr/>						
CONDICOES ECONÔMICAS	Precária	71		71	10	--
	Razoável	8		7	2	--
	Boa	1	--	--	1	--

.....

TABELA 22

POPULAÇÃO DO PRESIDIO EM 1989

Item da Pesquisa	Capital	Interior	Outros Estados	Exterior
AMOSTRAGEM GERAL	111	107	13	3
ARTIGOS				
157	38	31	4	--
311/312	24	24	3	--
155	17	12	3	--
121	8	26	1	--
129	7	7	--	--
213	6	2	1	--
12- Lei 6368/76	2	3	1	1
18	2	--	--	--
19	1	--	--	--
214	1	--	--	--
242	1	--	--	--
177	1	--	--	--
301	1	--	--	--
14	1	--	--	--
218	1	--	--	--
29	--	4	--	--
19	--	1	--	--
59	--	1	--	--
250	--	1	--	--
159	--	1	--	--
50	--	1	--	--
224	--	1	--	--
16	--	1	--	--
304	--	--	--	1
299	--	--	--	1
117	--	--	--	1
PRIMARIO	101	105	13	3
REINCIDÊNCIA	10	2	--	--
IDADE				
15	1	--	--	--
16	1	1	--	--
17	2	1	1	--
18	8	7	--	--
19	6	3	3	--
20	8	8	--	--
21	7	6	--	--
22	11	10	1	--
23	5	6	--	--
24	6	7	1	--
25	5	8	--	--
26	7	3	2	--
27	3	5	--	1
28	3	5	--	1
29	3	2	--	--
30	6	3	3	1
31	5	5	1	--
32	3	2	--	--
33	3	4	--	--
34	4	3	--	--
35	5	1	--	--

	36	1	1	--	--
	37	1	--	--	--
	38	1	1	1	--
	39	1	1	--	--
	40	1	1	--	--
	41	--	3	--	--
	44	--	1	--	--
	45	2	--	--	--
	46	1	1	--	--
	47	--	1	--	--
	48	--	1	--	--
	49	--	1	--	--
	52	--	1	--	--
	53	--	1	--	--
	58	--	2	--	--
	Não Consta	1	1	--	--
COR	Branco	21	23	5	2
	Mestiço	89	84	8	1
	Preto	1	--	--	--
ESTADO CIVIL	Casado c/filho	25	25	3	--
	Casado s/filho	3	1	--	--
	Solt. c/filho	30	19	3	--
	Solt. s/filho	51	61	7	3
	Separ. c/filho	1	1	--	--
	Desq. s/filho	1	--	--	--
ESCOLARIDADE	Analfabeto	38	48	3	--
	Primário	9	13	1	--
	1o. grau incop.	45	34	7	--
	1o. grau comp.	4	4	1	--
	2o. grau incop.	5	4	--	--
	2o. grau comp.	9	4	1	1
	Superior comp.	1	--	--	2
PROFISSAO	Autônomo	19	17	2	1
	Pintor	9	1	1	--
	Carpinteiro	2	3	--	--
	Pedreiro	12	10	2	--
	Servente	16	15	--	--
	Agricultor	1	10	1	--
	Mecânico	5	2	--	--
	Eletricista	1	4	2	--
	Comerciário	6	2	1	--
	Motorista	9	8	1	--
	Encanador	4	--	--	--
	Serralheiro	2	1	--	--
	Func. Público	--	1	--	--
	Enfermeiro	--	--	--	1
	Jardineiro	1	1	--	--
	Padeiro	1	1	--	--
	Vigilante	4	5	--	--
	Soldador	--	3	--	--
	Garçon	2	--	--	1
	Pescador	--	2	--	--
	Cozinheiro	2	1	--	--
	Polícia Militar	--	2	--	--
	Polícia Civil	2	1	--	--
	Abatedor	1	2	--	--
	Jornaleiro	2	--	--	--
	Aposentado	--	1	--	--
	Industriário	3	5	3	--
	Sem Profissão	7	9	--	--
CONDIÇÕES ECONÔMICAS	Precária	94	91	12	1
	Razoável	14	16	1	2
	Boa	3	--	--	--

SECRETÁRIOS DA JUSTIÇA

Dr. José Paes de Andrade	16 - 03 - 71
Dr. Sérgio Higino Dias dos Santos Filho	04 - 08 - 75
Dr. Carlos Alberto Gomes de Oliveira	17 - 03 - 75
Dr. Luiz Gonzaga Andrade Vasconcelos	16 - 03 - 79
Dr. Artur Pio dos Santos Neto	17 - 05 - 82
Dr. Isaac Pereira da Silva	16 - 03 - 83
Dr. Gilberto Marques Paulo	16 - 04 - 84
Dr. Luiz de Sá Monteiro	16 - 05 - 86
Dr. Izael Nóbrega	16 - 03 - 88
Dr. Roberto Franca Filho	junho 1988
Dr. Silvio Pessoa de Carvalho	maio 1990

SUPERINTENDENTES

Bel. Sueldo de Vasconcelos Cavalcanti Melo	1983
Cel. PM. Adilson Alves Wanderley	1984
Cel. PM. Radjalma Rodrigues Leite	1986
Tenente Cel. PM. Absolon Ramos de Oliveira	1986
Mj. PM. João Orlando Alves	1987
Bel. José Luiz de Oliveira Júnior	1988
Bel. Carlos Siqueira	1988
Bel. Geovã Justosa Barreto Cabral	1989

SECRETÁRIOS DA JUSTIÇA

Dr. José Paes de Andrade	16 - 03 - 71
Dr. Sérgio Higino Dias dos Santos Filho	04 - 08 - 75
Dr. Carlos Alberto Gomes de Oliveira	17 - 03 - 75
Dr. Luiz Gonzaga Andrade Vasconcelos	16 - 03 - 79
Dr. Artur Pio dos Santos Neto	17 - 05 - 82
Dr. Isaac Pereira da Silva	16 - 03 - 83
Dr. Gilberto Marques Paulo	16 - 04 - 84
Dr. Luiz de Sá Monteiro	16 - 05 - 86
Dr. Izael Nóbrega	16 - 03 - 88
Dr. Roberto Franca Filho	junho 1988
Dr. Silvio Pessoa de Carvalho	maio 1990

SUPERINTENDENTES

Bel. Sueldo de Vasconcelos Cavalcanti Melo	1983
Cel. PM. Adilson Alves Wanderley	1984
Cel. PM. Radjalma Rodrigues Leite	1986
Tenente Cel. PM. Absolon Ramos de Oliveira	1986
Mj. PM. João Orlando Alves	1987
Bel. José Luiz de Oliveira Júnior	1988
Bel. Carlos Siqueira	1988
Bel. Geovà Justosa Barreto Cabral	1989

DIRETORES DO P.P.A.B.
(DESDE 1979 À AGOSTO DE 1990)⁵

Cel. PM. Edmilson Noronha Galvão	1979 - 83
Cel. PM. Osiris de Souza Ferraz	29.03.83
Major PM. Divaldo Ferreira da Luz	08.01.85
Cap. PM. José Ramos de Lima Filho	06.05.85
Cap. PM. Fernando Pereira de Melo	08.01.86
Cap. PM. Alexandre José de Souza Brito	10.07.86
Cap. PM. Ricardo de Holanda Cavalcanti	1986
Major PM. Eli Campos Pimentel	06.10.86
Major PM. Carlos Fernando Ferreira de Carvalho	08.05.87
Cap. PM. Fernando Pereira de Melo	27.05.87
Cap. Inaldo Cizino da Silva	1987
Bel. Kleber Amorim de Azevedo	1987
Bel. Benivaldo de Andrade Cardoso	27.04.88
Cap. PM. Altair Alves da Silva	23.05.87
Bel. Alberto Fernando Genu de Freitas	06.09.88
Bel. Ernane Lemos de Farias	29.11.89
Cap. PM. Dickson Franklin Alves Luna	02.02.90
Cap. PM. Nanum Ferreira da Silva	16.02.90
Cap. PM. Paulo José Ferraz	16.05.90
Cap. PM. Benjamin Veloso	1990

(5) Pesquisa realizada no livro de posse da Secretaria da Justiça.

Decreto 379 de 17.12.57 D.O.E 18.12.57

Aprova Regimento da Casa de Detenção

Decreto 543 de 18.11.60 D.O.E 18.11.60

Aprova Regulamento Penitenciário do Estado, passa a ser adotado na Casa de Detenção, Penitenciária Agrícola de Itamaracá e Colonia Penal Feminina.

Ato 2679 13.03.67

O Governador do Estado, cria comissão para elaborar projeto de construção de um novo Presídio que substituirá Casa de Detenção.

Decreto Lei 299 de 19.05.70

Organiza o Sistema Penitenciário

Decreto 2341 de 13.03.71 D.O.E 13.03.71

Aprova o Regulamento Penitenciário do Estado de Pernambuco.

Decreto 2404 de 27.08.71

Reorganiza o Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco.

Decreto 2580 de 30.06.72 D.O.E 01.07.72

Incorpora ao Sistema Penitenciário do Estado, subordinado a Secretaria da Justiça o estabelecimento denominado Colonia Reeduacional de Dois Unidos.

Decreto 2686 de 27.12.72

O Governador, considerando que a "Colonia Reeduacional de Dois Unidos" foi transferida de esfera administrativa da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria do Interior e Justiça, passando a integrar o Sistema Penitenciário do Estado.

Devido ao notável papel desempenhado pelo General Mourão Filho no movimento Revolucionário de 1964 e sua destacada atuação, fica denominado "Presídio Mourão Filho" a Colonia Reeduacional Dois Unidos.

Decreto 2793 de 10.03.73

Extingue Casa de Detenção do Recife como órgão setorial do Sistema Penitenciário do Estado.

Decreto 3194 de 05.08.74

Atribui ao Estabelecimento Penal construído no Município de Floresta : Penitenciária Regional do Sertão.

Decreto 3168 de 09.07.74 D.O.E 10.07.74

Incorpora ao Sistema Penitenciário do Estado os estabelecimentos penais construídos em Floresta e Canhotinho.

Decreto 6685 de 03.09.80 D.O.E 27.09.80

Extingue o Presídio Ministro Mourão Filho, cria o Presídio Professor Aníbal Bruno.

Decreto 14400 de 20.06.90 D.O.E 02.08.90

Aprova o regulamento da Secretaria de Justiça, implementa medidas decorrentes da reforma administrativa.

Decreto Lei 299 de 19.05.70

Organiza o Sistema Penitenciário do Estado, incluindo como Órgão Central a Inspeção dos Presídios.

Lei 6797 de 04.12.74 publicado no Diário Oficial de 05.12.74 extingue a Inspeção do Presídios e cria o

Departamento de Polícia Penitenciária

Estrutura da Polícia Penitenciária :

- Diretoria
- Serviço de Inspeção
- Serviço de Polícia Penitenciária.

Cabendo ao Serviço de Inspeção, inspecionar os serviços de segurança e policiamento dos estabelecimentos prisionais.

- ~~Serviço de Polícia Penitenciária~~: Executar as atividades de policiamento e segurança interna dos estabelecimentos prisionais, bem como escolha de preso.

Competência do Departamento de Polícia Penitenciária :

- Estabelecer normas de segurança para os estabelecimentos prisionais.
- Efetuar as diligências requisitadas pelo Juiz de execuções penais.
- Prestar aos Juizes, Tribunais e aos demais órgãos setoriais de serviço público as informações que foram solicitadas.
- Distribuir o serviço de policiamento dos estabelecimentos prisionais de conformidade com as necessidades destes.
- Manter elementos atualizado sobre a lotação dos estabelecimentos prisionais, sob controle do departamento.
- Inspecionar, periodicamente, os estabelecimentos prisionais.
- Escoltar preso ao Fórum da Capital e outros Estados.
- Distribuir o pessoal do departamento fixando os quantitativos de acordo com as características e necessidades.

Decreto 14400 de 20 de junho de 1990 publicado no Diário Oficial do Estado em 02.08.90.

Aprova o regulamento da Secretaria da Justiça, implemento e medidas decorrentes da Reforma Administrativa.

Competência da Diretoria de Polícia Penitenciária :

Art. 300 : Diretoria da Polícia Penitenciária tem por função geral supervisionar, coordenar o policiamento e a segurança interna dos estabelecimentos penais.

Compete a Diretoria da Polícia Penitenciária::

- I - Elaborar e estabelecer normas de segurança para estabelecimento penais do Estado.
- II - Formular planos de segurança para o Sistema Penitenciário do Estado.
- III - Articular com os demais órgãos da segurança objetivando garantir a segurança dos estabelecimentos penais do Estado.
- IV - Assegurar o serviço de policiamento dos estabelecimentos penais.
- V - Distribuir o pessoal do departamento fixando quantitativo para estabelecimento penal.
- VI - Realizar permanentemente correções e inspeções de segurança nos estabelecimentos penais dos penais do Estado.

SERVIÇO TÉCNICO

O serviço Técnico está subordinado a Diretoria Geral do Sistema Penitenciário e a Diretoria de Serviço Técnico Penitenciário. **

Compõe esta Diretoria:

Gerência de Assessoria Jurídica Penal e Gerência de Apoio à População Carcerária.

Sub-divisão da Gerência de Apoio a População Carcerária.

Divisão do Serviço Social e Divisão Educacional.

A divisão de Saúde, no momento da realização da Pesquisa estava subordinada a Diretoria do Serviço Técnico, no entanto, após aprovação da Constituição Estadual através da Lei 10090 de 18.12.89 publicada no Diário Oficial de 02.08.90, passou a pertencer ao Sistema Único de Saúde, subordinado a Secretaria de Saúde do Estado.

COMPETÊNCIAS:

É da competência do Serviço Técnico Penitenciário, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela Gerência de Apoio a População Carcerária, que tem como princípio básico a atuação na supervisão dos projetos desenvolvidos nas unidades prisionais no setor social e educacional. Bem como a Gerência Jurídica Penal, que desenvolve trabalho junto aos presos que não têm condições financeiras de constituírem Advogados. Atuam na área de execução da pena ou condenação.

- VII - Promover sindicância para apurar irregularidades e transgressões praticadas por funcionários públicos.
- VIII - Manter dados atualizados sobre lotação dos estabelecimentos penais para o cumprimento de sua função geral.
- IX - Auxiliar o Poder Judiciário, Ministério Público e demais órgãos essenciais ao funcionamento da justiça, especialmente através do fornecimento das informações que lhe foram requisitadas.
- X - Assegurar atividades de escoltas de preso às comarcas deste e de outro Estado e outras atribuições correlatas.

Da Divisão de Policiamento

Compete :

- I - Executar os serviços de vigilância e guarda dos presos.
- II - Realizar os serviços de escoltas do preso quando requisitado.
- III - Atender as determinações de realização de delinqüências.

Exercer outras atribuições.

Das divisões de Segurança

- 1 - Assegurar as atividades de disciplina no âmbito dos estabelecimentos penais.
- 2 - Promover os serviços de contagem e diligência interna.
- 3 - Manter atividades de vigilância e segurança interna dos estabelecimentos penais. Coordenar, supervisionar, acompanhar e controlar atividades dos escalões de guarda de disciplina e permanência e outras tarefas correlatas.

CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE
DIRETORES 1885 - 1973

1885 - 1860 - Mj. Florêncio Carneiro Monteiro
 1861 - 1866 - William Martineau
 1866 - 1872 - Rufino Augusto de Almeida
 1868 - Pedro Barbalho Uchoa Cavalcanti
 1872 - 1880 - João Batista Gitirana
 1880 - 1892 - Leopoldo Borges Galvão Uchoa
 1892 - 1892 - José Francisco Paes Barreto
 1897 - 1901 - Leopoldo Borges Galvão Uchoa
 1901 - 1902 - Manoel Gonçalves Pereira Lima
 1902 - 1903 - José Muniz de Almeida
 1903 - 1905 - Alexandre dos Santos Silva
 1905 - 1907 - Manoel Gonçalves Pereira Lima
 1907 - 1908 - Alexandre dos Santos Silva
 1908 - 1911 - Joaquim do Rego Cavalcanti
 1911 - 1917 - Antonio Americo Carneiro Pereira
 1917 - 1920 - Francisco de Assis Perdigão Nogueira
 1920 - 1926 - Samuel Rios
 1926 - 1930 - Joaquim do Rego Cavalcanti
 1930 - 1931 - Urbano Ribeiro de Senna
 1931 - José Primo de Oliveira
 1931 - Horácio Pereira da Silva
 1931 - Rodolfo Aureliano da Silva
 1932 - Miguel Calmon de Oliveira Cabral
 1932 - João Barbosa Pontes
 1932 - 1933 - Sindrack de Oliveira Correia
 1933 - Adauto Maia
 1933 - Gerson de Moraes Mello
 1933 - 1935 - Adauto Maia
 1935 - 1936 - Mj. José Pedro da Silva
 1936 - 1937 - Carlos de Barros Cavalcanti
 1937 - 1940 - Cel. João Nunes
 1940 - 1945 - Mj. Presciliano Pereira de Moraes⁶
 1946 - Mj. Álvaro Ferraz
 1946 - 1947 - Benjamin de Moraes Cavalcanti
 1947 - Mair Maranhão Lacerda
 1947 - 1948 - Mj. Álvaro Ferraz
 1948 - José Pontual Peres Lima
 1948 - 1951 - Cap. Natanael de Queiroz Carvalho
 1951 - 1952 - Deoclides de Andrade Lima
 1952 - 1955 - Tenente Coronel Presciliano Pereira de Moraes
 1955 - 1959 - Manoel Pessoa de Luna Filho
 1959 - Antonio Carvalho da Silva
 1959 - 1963 - Cel. Ismael de Gois Lima
 1963 - Ivanildo Leal Avelar
 1963 - Rui Albuquerque
 1963 - 1964 - Tenente Solano Tenório de Moura

(6) Não se tem muita certeza de que ocupou o cargo, mas provavelmente o fez.

1964 - 1955 - Tenente Cel. Olinto de Souza Ferraz
1965 - 1966 - Moacir Sales Araújo
1966 - Tenente Cel. José Josias Vasco
1966 - 1973 - Cel. Olinto de Souza Ferraz

Pesquisa realizada pelo historiador José Paes de Andrade no Arquivo Público e na Penitênciaria Mourão Filho.

30/91
2.500,00
12/91

R\$ 30,00

Melo, Zelia Maria de

Fandidos e mocinhos

39/M528b/PT

(2600/91)

39
M528b
PT